



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
PROGRAMA DE MESTRADO EM ARQUITETURA E
URBANISMO – CIDADE E HABITAÇÃO

DAYODARA TEIXEIRA REIS

**CASAS MODERNISTAS EM MONTES CLAROS (MG):
A OBRA DO ARQUITETO ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA
MOURA**

BRASÍLIA / DF

2019

DAYODARA TEIXEIRA REIS

**CASAS MODERNISTAS EM MONTES CLAROS (MG):
A OBRA DO ARQUITETO ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA
MOURA**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Cidade e Habitação, para a obtenção do título de Mestre.

BRASÍLIA

2019

DAYODARA TEIXEIRA REIS

**CASAS MODERNISTAS EM MONTES CLAROS (MG):
A OBRA DO ARQUITETO ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA
MOURA**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Cidade e Habitação, para a obtenção do título de Mestre.

BRASÍLIA, 26 DE FEVEREIRO DE 2019

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Sávio Tadeu Guimarães, Dr. (UniCEUB)
(Orientador)**

**Prof. Gustavo Cardoso Alexandre Cantuária, Dr. (UniCEUB)
(Coorientador)**

**Prof^ª. Ana Paula Borba Gonçalves Barros, Dr^a. (UniCEUB)
(Examinadora Interna)**

**Prof^º. Junia Marques Caldeira, Dr^a (UniCEUB)
(Examinadora Externa)**

**Prof^º. Eliete de Pinho Araújo, Dr^a (UniCEUB)
(Membro Suplente)**

REIS, Dayodara Teixeira.

CASAS MODERNISTAS EM MONTES CLAROS (MG): A OBRA DO ARQUITETO ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA MOURA, 2019.

168 f. : il

Orientador: Dr. Sávio Tadeu Guimarães.

Coorientador: Dr. Gustavo Cardoso Alexandre Cantuária.

Dissertação (Mestrado - Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário de Brasília / DF -UniCEUB, 2019.

1. Arquitetura Moderna. 2. Patrimônio. 3. Preservação. 4. Inventário.

Para os meus pais.

RESUMO

A proteção do patrimônio arquitetônico vem sendo consolidada como uma medida necessária para a preservação da própria memória coletiva e cultural. Não obstante, a produção modernista começa a ser vista com tal perspectiva, mesmo ainda não sendo reconhecida por alguns como “patrimônio”, especialmente quando se trata da arquitetura de pequenas cidades, produzidas por arquitetos locais. Sendo assim, o presente consiste exatamente no registro das residências da cidade de Montes Claros – MG, projetadas durante a década de 1960 e 1970, pelo arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura, influenciado pelo estilo modernista. Justifica-se não apenas pelo valor da produção do arquiteto para a cidade e para o país, mas, especialmente, pela situação de degradação e descaracterização em que algumas obras se encontram. A falta de estudos sobre o tema, bem como de mecanismos legais para proteção de tais obras, induziu a uma pesquisa de cunho teórico que contextualizasse tanto a arquitetura quanto obras residenciais específicas, que configuram muitos dos projetos de Antônio Augusto Barbosa Moura, evidenciando sua relevância e identificando os elementos importantes para a análise, as reflexões e as possíveis ações de proteção. A pesquisa ressalta as políticas e recomendações preservacionistas com enfoque na ficha de inventário, partindo do princípio de que para proteger é preciso inicialmente conhecer e ter disponibilizadas informações e reflexões produzidas sobre bens culturais de um lugar. Inventariar consiste em um procedimento que atende essas premissas. Sendo assim, este trabalho abrange 35 projetos residenciais unifamiliares na cidade de Montes Claros, consultados no Arquivo Municipal da Prefeitura e no acervo da família Moura, os quais foram mapeados e tiveram seus dados organizados em fichas-base. Por meio de uma pesquisa exploratória sob forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, a metodologia foi estruturada em pesquisa teórica, de campo e além de análises e reflexões vinculando o inventário como instrumento de auxílio de conservação. Tendo em vista a necessidade de medidas preservacionistas e estudos que aprofundem o tema, tal pesquisa visa contribuir, assim com reflexões iniciais na cidade de Montes Claros para proteção de seu legado arquitetônico modernista. Além disso, auxiliar na continuidade de estudos já existentes sobre a preservação da arquitetura modernista brasileira, uma vez que a falta de itens característicos da linguagem modernistas em fichas de registro não fortalecem e/ou estimulam a preservação de tais obras.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna. Patrimônio. Preservação. Inventário.

ABSTRACT

The protection of the architectural patrimony has been consolidated as a necessary measure for the preservation of the collective and cultural memory itself. Nonetheless, modernist production begins to be seen with such perspective, even though it is not yet recognized by some as "patrimony", especially when it comes to the architecture of small towns, produced by local architects. This work consists precisely in the registry of the residences of the city of Montes Claros - MG, designed during the 1960s and 1970s, by the architect Antônio Augusto Barbosa Moura, influenced by the modern style. It is not only justified by the value of the architect's production for the city and the country, but especially by the degradation and decharacterization of some works. The lack of studies on the subject, as well as legal mechanisms to protect such works, has led to a theoretical research that contextualizes both the architecture and the specific residential works, which configure many of their projects, showing their relevance and identifying the important elements for analysis, reflections and possible protection actions. The research highlights the preservationist policies and recommendations focused on the inventory sheet, assuming that in order to protect it is necessary to initially know and have made available information and reflections produced on the cultural assets of a place. Inventory is a procedure that meets these premises. Therefore, this work covers 35 residential single-family projects in the city of Montes Claros, which were consulted in the Municipal Archive of the Municipality and in the Moura family collection, which were mapped and had their data organized in base files. Through an exploratory research in the form of bibliographical research and case study, the methodology was structured in theoretical field research and in addition to analyzes and reflections linking the inventory as an instrument of conservation assistance. Considering the need for preservation measures and studies that deepen the theme, this research aims to contribute, as well as initial reflections in the city of Montes Claros to protect its modernist architectural legacy. In addition, to assist in the continuity of existing studies on the preservation of the Brazilian modernist architecture, since the lack of the characteristic items of the modernist language in record sheets does not strengthen and / or stimulate the preservation of such works.

Key-words: Modern Architecture. Patrimony. Preservation. Inventory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Montes Claros / MG e suas distâncias em relação a Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo.	1
Figura 2 - Festas de Agosto em Montes Claros / MG.....	4
Figura 3 – Antônio Augusto Barbosa Moura.	4
Figura 4 - Igreja Nosso Senhor do Bonfim em Bocaiúva / MG.	5
Figura 5 – Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro.	20
Figura 6 - Alunos em aula de Grande Composição de Arquitetura. Década de 50.	22
Figura 7 – "Frankfurter Küche" – Bruno Taut.	26
Figura 8 - Villa Errazuriz, Chile, 1930.	31
Figura 9 – Residência Antônio Carlos Amaral.....	332
Figura 10 – Residência Rubem Castro.....	332
Figura 11 – Projeto Casas Dominó.	33
Figura 12 – Casa Cook.....	34
Figura 13 – Casa da Cascata.....	35
Figura 14 – Casa de Gropius.	36
Figura 15 – Residência Rua Sofia. Registro de 2005.	38
Figura 16 – Residência Rua Sofia. Registro de 1995.	39
Figura 17 – (A) Armazém da Central do Brasil e (B) Catedral de Nossa Senhora Aparecida.	41
Figura 18– (A) Capela Nosso Senhor do Bonfim e (B) Capela São Geraldo.	41
Figura 19 – (A) Igreja da Matriz e (B) Antigo Conservatório Lorenzo Fernandes.	41
Figura 20 – (A) Escola Estadual Gonçalves Chaves e (B) Prédio da Polícia Civil e Militar. .	42
Figura 21 – (A) Santuário Bom Jesus e (B) Sobrado dos Canela.....	42
Figura 22 – (A) Sobrado dos Mendes e (B) Sobrado n° 93.	43

Figura 23 – (A) Sobrado nº 114 e (B) Sobrado nº 115.	43
Figura 24 – (A) Sobrado dos Versiani e (B) Prédio da Fafil.	43
Figura 25 - (A) Palácio Episcopal e (B) Casarão dos Oliveira em Montes Claros/MG.	44
Figura 26 – (A) Antiga residência 1950 e (B) atual estacionamento.	45
Figura 27 – Croqui do Arquiteto, cliente não identificado.	46
Figura 28 – Croqui do Arquiteto, cliente não identificado.	46
Figura 29 – Croqui do Arquiteto, cliente não identificado.	46
Figura 30 - (A) Residência Roberto Durante e (B) Residência José Carlos Gomes.	48
Figura 31 – Residência Délio Bernadino.	48
Figura 32 - (A) Residência Antônio Carlos Amaral e (B) Residência Geraldo Ruas Abreu. ...	49
Figura 33 – Fotos internas da residência José Geraldo Bicalho.	64
Figura 34 - Fotos de residências com características da linguagem modernista.	65
Figura 35 - Projeto residência Rubem Castro Lacerda.	66
Figura 36 – Registros das casas na Prefeitura Municipal.	66
Figura 37 - Antônio Augusto Pereira Moura e o livro <i>A Arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura</i>	68
Figura 38 - Planta da residência Elias Siufi – recentemente demolida.	69
Figura 39 - Mapa de Parcelamento do solo do bairro São Luís.	70
Figura 40 – Ficha Base.	70
Figura 41 - Mapa do município de Montes Claros/MG. Localização das residências.	72
Figura 42 – (A) Casa Modernista e (B) Faculdade de Arquitetura da USP.	77
Figura 43 – Conjunto do Pedregulho.	77
Figura 44 – MASP – SP.	78
Figura 45 – Casa de Vidro.	78
Figura 46 – (A) Igreja São Francisco de Assis, (B) A Casa do Baile, (C) e (D) Museu de Arte (antigo Cassino).	79

Figura 47 – (A) Residência Marco A. Z. Marcondes e (B) Délio Bernadino.	80
Figura 48 – (A) Residência Genésio Tolentino e (B) Geraldo R. Abreu.	80
Figura 49 – (A) Residência José Carlos Gomes e (B) Pacífico Rodrigues.	81
Figura 50 – Residência João Gonçalves Godinho.	81
Figura 51 – Espécies Vegetais.	82
Figura 52 – (A) Residência Roberto Durante e (B) Antônio Carlos Amaral.	82
Figura 53 – Planta da Residência de José Geraldo Bicalho.	83
Figura 54 - Fachada da residência Waldir Sena.	84
Figura 55 - Cortes Longitudinal e Transversal da residência Geraldo Ruas Abreu.	84
Figura 56 - Planta do térreo da residência João Gonçalves Godinho.	85
Figura 57 - Residência de José Carlos Gomes.	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABM	Antônio Augusto Barbosa Moura
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
AI-5	Ato Institucional nº 05
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
BPM	Batalhão da Polícia Militar
AREA	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Norte de Minas
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
FAFIL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas
UMG	Universidade de Minas Gerais
COMPHAC	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
MEC	Ministério da Educação
DOCOMOMO	<i>International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of Modern Movement</i>
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
MASP	Museu de Arte Moderna de São Paulo
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Identificação do problema.....	7
1.2	Justificativa	10
1.3	Hipótese	12
1.4	Objetivos	13
1.4.1	Objetivo Geral	13
1.4.2	Objetivos Específicos	13
1.5	Metodologia	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	A Linguagem Modernista	16
2.1.1	Contextualização histórica e características do modernismo	17
2.1.2	O Modernismo Brasileiro.....	19
2.2	A Casa Modernista	22
2.2.1	Contexto Internacional.....	29
2.2.2	Contexto Brasileiro	36
2.2.3	Contexto Municipal: Montes Claros.....	39
2.3	O modernismo como patrimônio cultural	50
2.3.1	Os conceitos de bem cultural e patrimônio cultural	51
2.3.2	Políticas e recomendações preservacionistas internacionais, nacionais e municipais 52	
2.3.3	Recomendações e práticas de conservação no patrimônio moderno – Inventário	60
3	PESQUISA EMPÍRICA / METODOLOGIA	64
3.1	Pesquisa de dados locais	64
4	RESIDÊNCIAS MODERNISTAS.....	76
4.1	As obras de Antônio Augusto Barbosa Moura.....	76
5	INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO DE CONSERVAÇÃO	86
5.1	O inventário como instrumento de pesquisa	87
6	CONCLUSÕES	96

7 SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS	99
REFERÊNCIAS	100
ANEXO I – Modelo de Ficha de Inventário – INEPAC	110
ANEXO II – Modelo de Ficha DOCOMOMO	117
ANEXO III – Modelo de Ficha IPHAN. Manual de Aplicação - Educação Patrimonial: Inventários Participativos	119
ANEXO IV - Modelo de Ficha para Bens Imóveis no município de Montes Claros	130
ANEXO V - Registro pessoal das obras do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura	131
APÊNDICE I - FICHAS – BASE	133

MOTIVAÇÃO PESSOAL

O interesse em estudar as manifestações da arquitetura modernista em Montes Claros / MG, aliado à percepção de descaso existente com a preservação do patrimônio da cidade, foram decisivos para a escolha do tema a ser estudado.

O descobrimento do tema, autor e obras surgiu ainda na graduação em arquitetura e urbanismo. Tendo oportunidade de morar em uma das casas modernistas de Antônio Augusto Barbosa Moura, a autora pôde vivenciar as premissas projetuais bem como a influência e aplicação do estilo modernista associado as tradições e costumes locais.

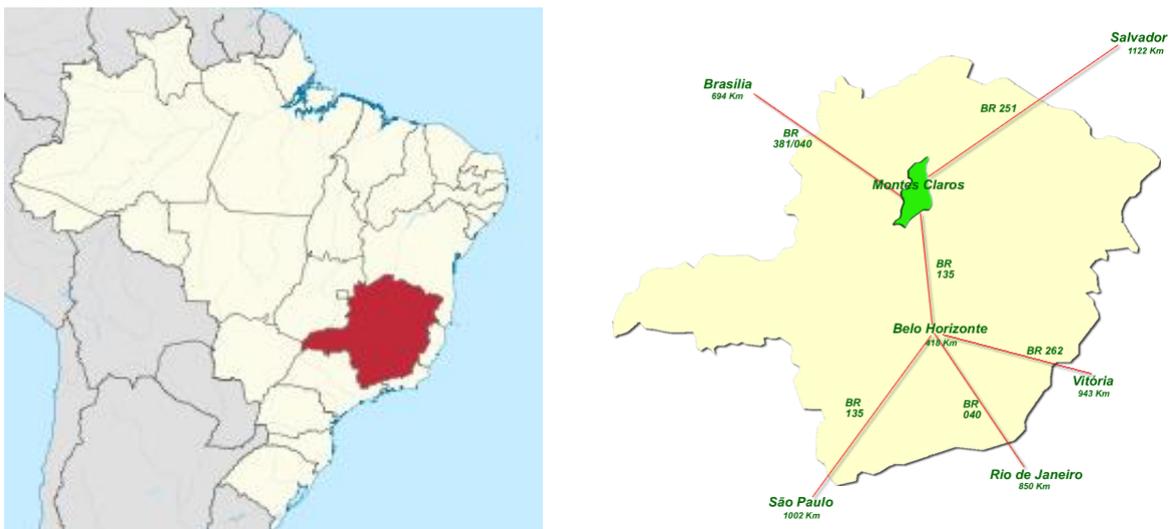
Após a graduação, tendo oportunidade de lecionar as disciplinas de projeto arquitetônico e história, a autora consegue não apenas vivenciar as obras, como também apresenta-las aos alunos; despertando o interesse pela produção local, bem como, valorizando a arquitetura e o estilo modernista. As histórias que envolvem as obras, o pioneirismo no uso de alguns materiais despertam nos alunos o interesse em acompanhar o cotidiano e o processo de envelhecimento das mesmas, sendo mobilizados pela perda gradativa do acervo em função do não reconhecimento como patrimônio.

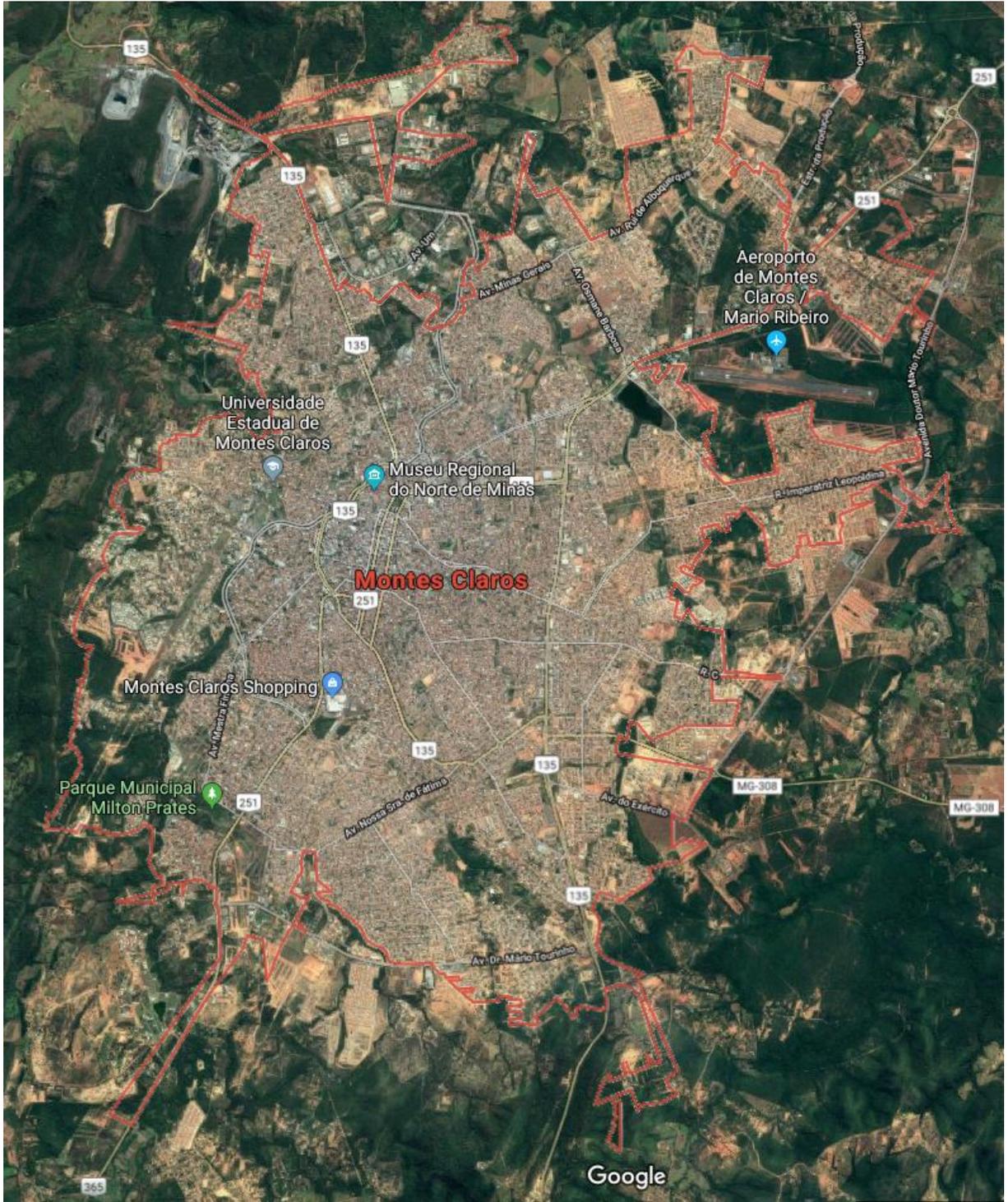
1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma dissertação de mestrado sobre o estudo de casas com estilo modernista na cidade de Montes Claros / MG, em específico, obras do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura, motivado também por interesse pessoal em aprofundar conhecimento sobre dois temas, uma vez que normalmente estes são tratados separados: arquitetura moderna e patrimônio cultural.

O município de Montes Claros está situado no norte de Minas Gerais (Figura 1), na bacia do alto médio São Francisco, sub-bacia do rio Verde Grande (PMMC, 2006). Segundo o Censo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) no ano de 2015, a população do município era de aproximadamente 394.350 habitantes, sendo a maior cidade da região Norte do estado. A cidade tem a economia fundamentada principalmente nos setores terciário e secundário, com seus segmentos industriais, de comércio e de prestação de serviços diversos, em especial nas áreas da educação e da saúde. Deve-se destacar que o setor primário, caracterizado pelas atividades agrícolas e pecuárias, também contribui com a economia local, mesmo que de forma mais reduzida (PMMC, 2006).

Figura 1 - Localização do Município de Montes Claros / MG e suas distâncias em relação a Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo e imagem aérea da cidade.





Fonte: Montes Claros (2018) e Google Earth (2018)

Em meados dos anos 80, a cidade de Montes Claros já apresentava um crescimento populacional notável, de forma a interferir na organização da cidade, que inclusive tornou-se

conhecida como a cidade que mais crescia no estado de Minas Gerais, o que, segundo Brasil (1986):

[...] de um lado tem sido bom, de outro lado, sente-se alguns pontos negativos. Evidentemente, tem sido muito bom vermos o seu acentuado progresso no concerto com seus coirmãos do Estado, salientando-se e mostrando sua pujança por qualquer prisma que se encare. Todavia, é de se notar que seu crescimento geométrico, principalmente no que respeita ao traçado e dimensões das ruas, deixa muito a desejar (BRASIL, 1986, p.45).

O desordenado e acelerado crescimento da cidade apresentou consequências não apenas para a configuração das vias, mas também para o patrimônio histórico e cultural. Segundo Lessa e Silveira (2012), o rápido processo de modernização ocorrido em grande parte das cidades brasileiras e no mundo em geral, possibilitou a descaracterização e destruição de seu patrimônio histórico e cultural, o que também ocorreu em Montes Claros a partir da década de 1970, aproximadamente. Apontam ainda, que tal fator se dá em virtude de reformas urbanas desenvolvidas sem o cuidado e o respeito cabidos ao passado da cidade, o que reforça a necessidade de restaurar e preservar os poucos elementos vigentes que constituem seu patrimônio histórico.

Além do patrimônio material, o município de Montes Claros tem hoje uma importante manifestação cultural em processo de reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio imaterial, as tradicionais Festas de Agosto¹ (Figura 2), que, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Tecnologia (MONTES CLAROS, 2018) “graças ao incentivo de alguns órgãos oficiais (...), as ruas de Montes Claros se enchem de alegria com o reluzir dos espelhos, o tinar das espadas que espocam e a banda de música do 10º Batalhão da Polícia Militar (BPM) dirigindo-se até a Igreja do Rosário”.

¹ As Festas de Agosto contam com as presenças de grupos de Marujada, Catopês e Caboclinhos, que compõem a Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros, sendo uma das manifestações folclóricas mais ricas e antigas de Minas Gerais, realizadas há 180 anos.

Figura 2 - Festas de Agosto em Montes Claros / MG.



Fonte: Montes Claros (2018)

Montes-clarense, nascido em 07 de outubro de 1941, Antônio Augusto Barbosa Moura (Figura 3), filho de família tradicional da cidade, cursou os antigos ensinos primário e ginásio em sua cidade natal e o colegial em Belo Horizonte, encerrando em 1960. Já no ano de 1961 iniciou o curso superior de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), finalizando-o em 1965 (MOURA, 2007).

Figura 3 – Antônio Augusto Barbosa Moura.



Fonte: Acervo da Família Moura (2018)

Após a graduação, buscando aperfeiçoamento e complementação da sua formação profissional, Antônio Augusto viaja para a Europa onde realiza um curso de especialização, em Urbanística Técnica, na Universidade de Milão. Surge, então, uma grande oportunidade de estágio, segundo Moura (2007), com um dos maiores arquitetos do século 20 na Itália, Ângelo Mangiarotti, que tinha atuação reconhecida nas áreas de Urbanismo, Arquitetura e Design.

A experiência na Europa, num período bastante rico em termos de movimentos sociais, de renovação na arquitetura e o contato com um dos mais renomados arquitetos italianos contemporâneos pode ser a explicação para que Antônio Augusto Barbosa Moura tenha desenvolvido um trabalho de qualidade indiscutível e já reverenciado por vários profissionais e estudiosos da Arquitetura Moderna Brasileira (MOURA, 2007, p.20).

De volta ao Brasil, no ano de 1968, Antônio inicia em sua cidade natal o trabalho como arquiteto. Inicialmente, trabalha em parceria com José Correia Machado, depois segue em carreira solo. No ano de 1968 casa-se com Vera Lúcia Pereira Moura e tem dois filhos: Antônio Augusto Pereira Moura e Viviane Pereira Moura.

Em seu escritório, trabalhando arduamente, elabora projetos residenciais, comerciais e públicos em Montes Claros e em diversas outras cidades do Norte de Minas Gerais. Destacam-se algumas obras como a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim (Figura 4), em Bocaiúva; o Clube Campestre em Salinas; o Mercado Municipal em Espinosa, além de residências na capital mineira. Desenvolveu ainda, projetos para as cidades de Tubarão e Laguna, no estado de Santa Catarina por volta do ano de 1980. Suas últimas produções aconteceram na cidade de Montes Claros, onde elaborou edifícios comerciais e residenciais até o ano de 1982, quando faleceu.

Figura 4 - Igreja Nosso Senhor do Bonfim em Bocaiúva / MG.



Fonte: Paróquia Senhor do Bonfim (2018).

Segundo o seu filho, o também arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura (2007), em um período de treze anos de trabalho foi possível identificar quase uma centena de

projetos a partir de uma pesquisa nos arquivos da Prefeitura, com a família, amigos e colegas de trabalho; um número expressivo para os anos de 1970.

Segundo a arquiteta norte mineira Viviane Marques (apud MOURA, 2007, p.14), “em seu trabalho, o sentido da forma marca a arquitetura em que as relações internas e externas condicionam a estrutura e a identidade singular de cada projeto”. O modernismo foi portanto o estilo da época em vigor durante o trabalho do Moura, uma produção de grande valor para a cidade tanto em qualidade como quantidade.

Presidente da Associação Regional do Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Norte de Minas – AREA, de 1972 a 1974, Antônio Augusto Barbosa Moura, recebeu homenagem póstuma em 1985 nas comemorações dos 20 anos da entidade pelos serviços prestados (MOURA,2006).

Segundo Correia (2004), a moradia traz consigo uma série de implicações sobre a vida e as pessoas que nela habitam, sendo considerada um elemento da organização social, que ao longo do tempo incorpora significados diversos. Outro desafio é o reconhecimento das edificações residenciais enquanto patrimônio histórico, o que antes era atribuído apenas a monumentos.

No cenário internacional, uma das primeiras ações de preservação da arquitetura moderna foi o movimento contra a demolição da Robie House, de Frank Lloyd Wright, Chicago, no final da década de 1950. No Brasil, os movimentos de proteção foram iniciados na década de 1940, quando os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foram iniciados (CORREIA,2004).

A arquitetura moderna tem sido reconhecida como patrimônio cultural, mesmo sem ter uma posição unânime sobre as formas de proteção e de ação para esses bens, já que, em alguns países, a legislação de patrimônio possui diversos entendimentos no que diz respeito ao tema. Segundo Choay (2006), a expressão “patrimônio histórico” designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum; e remete a uma instituição e a uma mentalidade. Segundo a autora, entre os bens ligados ao patrimônio histórico, o que se relaciona mais diretamente com a vida de todos é o representado pelas edificações.

O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira, será apresentado o problema, a justificativa, a hipótese, os objetivos (geral e específicos) e a metodologia adotada, além de tratar de um panorama geral da pesquisa que possibilitará a compreensão do trabalho. Na segunda parte, a fundamentação teórica, será debatido o contexto da linguagem modernista

com enfoque residencial, a partir dos fatos internacionais, nacionais e regionais, na qual abordará políticas e recomendações preservacionistas, e, práticas e recomendações de conservação do patrimônio modernista.

Na terceira parte será apresentado o campo da pesquisa, os locais nos quais foram realizados os estudos, os projetos identificados, o acervo disponibilizado pela família e o registro de como a pesquisa se desenvolveu. Na quarta parte, o trabalho exporá os elementos da linguagem modernista e sua relação com as obras do arquiteto em estudo. Por último, na quinta parte, serão apresentados os modelos de ficha de inventário de bens culturais, como instrumento de auxílio de conservação, e um exemplo aplicado em uma das casas considerando o modelo municipal, bem como uma avaliação crítica sobre o mesmo.

Cabe destacar que não se pretende com este trabalho esgotar o assunto em debate ou repassar mais uma vez todo o percurso do Movimento Moderno e sua difusão no mundo. O intuito desta pesquisa é contribuir com a discussão sobre os instrumentos de preservação do patrimônio cultural, sua valorização como debate na educação patrimonial e pertencimento da comunidade, na cidade de Montes Claros e em um programa específico, a moradia unifamiliar.

1.1 Identificação do problema

A discussão sobre o legado das representações culturais e já históricas do modernismo bem como a dificuldade de enfrentamento de intervenção em arquiteturas recentes, não são tão recorrentes. Em edifícios de épocas passadas, por exemplo, as marcas do tempo se encarregam de confirmar o seu valor enquanto patrimônio, seu potencial de informação estética e, principalmente, histórica, o que serve de auxílio neste processo de valorização pelo campo cultural.

Segundo Lima (2002), hoje é possível considerar que apenas com o envolvimento instruído de setores mais diversos da sociedade pode-se planejar e determinar a importância patrimonial, em continuidades e permanências enriquecidas tanto pela memória quanto pela história. Sendo a preservação do patrimônio uma construção cultural, ratifica-se que um bem patrimonial só adquire legitimidade social com a participação de múltiplas subjetividades.

O Modernismo faz parte de um grupo de movimentos que surgiu entre o século XIX e século XX que, segundo Cavalcanti (2006, p.11), “almejava e propunha a sua universalidade”, a ruptura e a superação das tradições. O movimento não era visto como um

estilo, mas sim como uma “evolução racional de fases anteriores e como a solução ética e estética para a sociedade industrial” (CAVALCANTI, 2006, p.11). As primeiras manifestações que surgiram na Europa, no início do século XX, tinham como principal tema a questão habitacional, a casa e, como consequência o modo de morar. Segundo Alberton (2006), os profissionais envolvidos no movimento acreditavam que a nova arquitetura vinculada ao contexto industrial resolveria muitos problemas sociais, inclusive o déficit habitacional.

O Movimento Modernista no Brasil teve o seu início bastante conturbado, marcado por um abalo à cultura. Nomes como Anita Malfatti, Oswald de Andrade e Mário de Andrade foram significativos no início das manifestações em prol da defesa de uma nova ideia, do sentimento de mudança e de liberdade (SEGAWA, 1999). No movimento modernista, é possível afirmar que o programa residencial foi propulsor ao debate para a transformação do ambiente urbano (CAMARGO, 2006). Nos anos 50 e, sobretudo, após a divulgação dos projetos da nova Capital Federal, o Brasil vivenciou uma verdadeira “epidemia moderna”. Os arquitetos brasileiros, mesmo com pouca influência cultural perante países mais desenvolvidos, foram capazes de conceber e realizar obras segundo as teorias estéticas e alguns princípios de Le Corbusier (CAVALCANTI, 2005). O pensamento modernista foi um divisor entre a arquitetura tradicional brasileira e a nova arquitetura. Entre os anos 20 e 30, a visibilidade da arquitetura brasileira acontece internacionalmente; profissionais como Vilanova Artigas (1915-1985), Rino Levi (1901-1965), Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), Oscar Niemeyer (1907-2012) e Lúcio Costa (1902-1998) se destacam por adequar os princípios modernistas à realidade nacional.

A cultura e a arquitetura produzidas nas cidades do interior são fruto do processo de interiorização da economia do país e da influência da produção de egressos de cursos de arquitetura implantados nos anos de 1960 e 1970. No interior do Brasil, os arquitetos passaram a lidar com uma realidade bastante diferente dos grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo (SEGAWA, 1999). A cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, é um centro econômico e político regional do Norte do Estado. Seu desenvolvimento e expansão urbana aconteceram com a implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em meados dos anos 60, quando a crescente infraestrutura fez a cidade tornar-se atração de grandes investimentos (OLIVEIRA, 1996). Neste contexto, observou-se a preocupação das classes média e alta com um comportamento mais atualizado em relação às capitais, buscando status através de uma imagem moderna (LARA, 2005).

Igualmente tardio, como o Brasil em relação à Europa, o modernismo em Montes Claros veio a se desenvolver pós-Brasília/Distrito Federal, por volta dos anos de 60 e 70, adotando uma linguagem ofertada por arquitetos recém-formados, vindos principalmente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em que o repertório formal da capital brasileira era hegemônico. Segundo Moura (2007), na produção arquitetônica influenciada por esse clima de descontração, otimista e pouco compromissada com discursos fechados e completos, destaca-se a produção do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura na cidade de Montes Claros. A pesquisa das obras de Antônio A. B. Moura, seu estado de conservação, seu atual uso e desuso validam a sua importância perante a sociedade enquanto patrimônio histórico, através da apropriação, por suas obras, das características modernas.

Desde a década de 1980, a preservação dos exemplares da arquitetura moderna passou a atrair a atenção de profissionais e público em geral. O cuidado pela preservação deste legado se deu pela perda ou desfiguração de importantes ícones do Movimento Modernista, ocasionada pelas atualizações dos aspectos tecnológicos, imposições de adaptação a novas funções, atendimento a novos padrões de conforto e segurança decorrentes do desenvolvimento social e econômico, como também pelas rápidas transformações do ambiente e as constantes ameaças de demolição (CARVALHO, 2003).

Lima (2002) afirma que a identificação, o conhecimento e a interpretação dos exemplares da nossa arquitetura, levando em consideração a qualidade edificada e a importância histórico-social, possibilita uma melhor forma de intervenção, credencia ainda os usuários e gestores a efetuar uma correta manutenção e conservação, não impedindo a adequação as novas demandas que a realidade coloca. As principais dificuldades encontradas para a preservação dos edifícios modernistas foram a fragilidade e a vulnerabilidade dos seus materiais e seus aspectos construtivos: processos de degradação, perda da função original, redução gradativa das instalações, proximidade com o sistema projetual, elementos que dificultam o seu reconhecimento como testemunhos históricos, encaixando-os apenas como referências projetuais e falta de distanciamento histórico para atribuições de valor (CARVALHO, 2003).

A discussão sobre o tema, assim como a realização de intervenções seguindo os princípios correntes de preservação, demonstraram que a preservação da arquitetura moderna, por sua diversidade e complexidade, deve estar apoiada nos princípios estabelecidos ao longo dos mais de cem anos desse campo disciplinar, este que oferece instrumentos próprios para

esta ação, e deve ser entendida como uma ação cultural voltada à transmissão do legado deste passado, ainda que recente, às gerações futuras (CARVALHO, 2003).

Reafirmando essa questão de transmissão, Harvey (1992, p.85), citando Hewison (1987) coloca que:

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de seqüência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. (HEWISON 1987, apud Harvey, 1992, p.85).

O conceito de Conservação adotado no trabalho tem como referência a Carta do Restauro Italiana que define as práticas de não intervenção (preservação, manutenção) e intervenção (restauro, revitalização), reforçando a continuidade do uso e adequação às novas práticas. Segundo a Carta do Restauro (1972, n.p.), as intervenções que forem de fato indispensáveis, com fim superior de conservação do bem cultural, “(...) deverão ser realizadas de modo que evitem qualquer dúvida sobre a época em que foram empreendidas e da maneira mais discreta possível”.

Hoje, alguns instrumentos jurídicos são responsáveis pela promoção e preservação do patrimônio cultural, dentre eles a desapropriação, o registro, o tombamento e o inventário. O inventário, no entanto, não possui uma regulamentação infraconstitucional e federal como os demais, cabendo a cada município essa função. É possível, então, através do inventário, como utensílio jurídico, de conhecimento e/ou preservação, produzir um estudo local auxiliar para futuras práticas de conservação? Esta é a principal questão sobre a qual o presente trabalho pretende efetuar reflexões.

1.2 Justificativa

Esta análise foi motivada primeiramente a partir de um interesse pessoal em aprofundar o conhecimento em duas questões geralmente tratadas separadamente: a arquitetura moderna e o patrimônio cultural. O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Santo Agostinho em Montes Claros - MG permitiu a autora

conhecer a arquitetura moderna, ao mesmo tempo em que vivenciava o conceito mais generalista de habitar. A oportunidade de morar em uma residência com linguagem modernista durante cinco anos também instigou e estimulou a pesquisar sobre o tema. Mesmo não sendo natural da cidade norte mineira, o fato de morar e trabalhar há mais de 12 anos permitiram adotar a cidade como “lugar” (usando a definição de Montaner).

A importância dada a esse trabalho se faz na investigação dessas obras dentro do contexto modernista a partir de um viés acadêmico, viabilizando o (re)conhecimento nacional, podendo auxiliar ou estimular uma melhor conservação das residências modernistas do arquiteto em estudo, interrompendo os processos de deterioração e descaracterização em um novo momento experimentado por tais bens. No Brasil, especificamente, a questão envolvendo patrimônio cultural e arquitetura moderna ainda é considerada por alguns autores como atraso. Salvo (2008) reforça em sua conferência intitulada A intervenção da arquitetura contemporânea como tema emergente do restauro: “o cerne do problema está (...) no desconforto histórico-crítico que, inevitavelmente, cerca o reconhecimento de um valor de obras recentíssimas, dificultado pela ausência de um congruente distanciamento ‘histórico’ e da falta de uma historiografia consolidada (SALVO, 2008, p. 200).

Hoje, na cidade de Montes Claros MG, vive-se outro momento ligado principalmente a expansão dos setores de serviços, educacionais e hospitalares. Neste contexto, observam-se duas situações relativas à conservação destas obras localizadas nas áreas centrais, antigas áreas residenciais, refuncionalizadas para adaptarem-se ao uso comercial e de prestação de serviço. As casas nas áreas centrais tendem a ser adaptadas a novos programas, sendo que, em alguns casos, têm recebido modificações pertinentes vistas as novas necessidades. No entanto, em outros casos, apesar de estarem em bom estado de conservação, como afirmado acima, estas vêm sofrendo profundas alterações descaracterizadoras.

Na cidade, alguns casarões foram objetos de estudo e posteriormente passaram pelo processo de restauração. Nesse contexto, destacam-se o prédio da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) do século XIX onde, até os anos 1992, funcionou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas (FAFIL) e hoje sedia o Museu Regional do Norte de Minas; o antigo casarão da família Versiani Maurício, onde funciona atualmente a Secretaria de Cultura do município. No entanto, a degradação se mostra presente não apenas em prédios antigos da cidade, mas também em edificações residenciais localizadas principalmente nas áreas centrais e não têm o seu valor histórico reconhecido, como as casas modernistas.

O interesse em estudar as residências com linguagem modernista em Montes Claros, associada à percepção de descaso existente com a preservação patrimonial da cidade foi primordial para a escolha do tema a ser estudado. No início, a vontade era elencar algumas casas ditas “modernas” dentro da produção do arquiteto para estudá-la. No entanto, considerando o importante papel que a moradia tem dentro do contexto urbano e o senso de pertencimento e vínculo entre morar e preservar, optou-se pela identificação e registro de todos os imóveis, residências unifamiliares, produzidos durante o seu curto período de atuação.

Outra questão valorativa da dissertação é buscar a preservação das características externas de conjuntos ou edificações consideradas de interesse sócio-cultural – através do incentivo ao inventário das casas, visando à preservação de espaços referenciais de memória coletiva, estruturadoras da paisagem, da ambiência urbana e rural do Município.

1.3 Hipótese

Sendo assim, a questão que se colocou para essa pesquisa, para além de compreender a arquitetura residencial modernista norte mineira do Antônio Augusto Barbosa Moura é descobrir em que medida as fichas de inventário existentes refletem o reconhecimento do modernismo como patrimônio e as possibilidades de preservação do modernismo enquanto bem patrimonial. É possível identificar outros caminhos para a pesquisa, como, por exemplo, a percepção social do modernismo enquanto patrimônio, a sua identificação e valoração. Ou ainda a possibilidade de avaliação das obras não apenas como bem individual, mas como conjunto, estimulando a criação de um caminho e de um percurso que fortaleça o reconhecimento, a apropriação e a preservação.

No entanto, em função de algumas questões como o cronograma e o orçamento, optou-se por trabalhar com a metodologia enquanto documentação, através da ficha de inventário, verificando até que ponto a sua elaboração contribui para a percepção patrimonial.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar e interpretar as obras e os elementos característicos da linguagem modernista em obras arquitetônicas residenciais na cidade mineira de Montes Claros, nas quais esta linguagem já está presente expressa no tecido urbano. Com objetivo de fornecer instrumento útil para a compreensão da história da preservação, sua evolução e normas atuais sobre o processo, auxiliando na aplicação e na formação de novas políticas cada vez mais eficientes e humanas em relação ao patrimônio bem como os desafios de continuidade.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Fazer o mapeamento das edificações residenciais em estudo, a fim de identificar as áreas da cidade em que estas estão concentradas;
- Identificar atributos específicos que configuram as casas modernistas;
- Identificar atributos específicos que configuram as casas modernistas locais;
- Identificar a diversidade de itens/componentes em fichas de inventários distintos (internacional, nacional e local);
- Preencher a ficha de inventário adotadas pelo município;
- Ressaltar a importância de se preservar e historiar a memória edificada da cidade;
- Criar um banco de dados online e disponibilizar de forma a auxiliar eventuais estudos futuros, ou mesmo um aprofundamento desse presente estudo, informações sobre as casas do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura.

1.5 Metodologia

Para discutir a educação patrimonial na promoção de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural na cidade de Montes Claros - MG, fazendo da arquitetura presença indispensável na construção permanente da identidade nacional, será aplicada a pesquisa bibliográfica, documental e estudos de caso. A análise terá como enfoque as casas com linguagem modernista do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura, dentro de duas fases pré-definidas pelo seu filho, também arquiteto, Antônio Augusto Pereira Moura; trabalho

publicado no livro *A Arquitetura* de Antônio Augusto Barbosa Moura no ano de 2007 pela Fundação Santo Agostinho, de grande valor para a pesquisa como único compêndio que trata sobre o arquiteto.

Definidos os objetivos desta pesquisa e o referencial teórico, a descrição sucinta da metodologia empregada na coleta e análise de dados será apresentada aqui. Com base em seus objetivos, esta pesquisa é classificada como exploratória, conforme conceituação apresentada por Gil (2002), envolvendo “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p. 41). Ainda segundo o mesmo autor, embora exista uma flexibilidade grande em relação às pesquisas exploratórias, na maior parte dos casos, estas assumem a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. Nesse, o estudo de caso se delinea de forma mais precisa a pesquisa, estruturada com base em quatro diretrizes, a saber:

Pesquisa Teórica: verificação do estado da arte, o mapeamento e a discussão de uma produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, visando compreender quais os princípios modernistas para habitação, para identificação dos métodos de criação e elementos formais. Em um primeiro momento será realizada a busca de elementos e dados que estabeleçam um panorama acerca da evolução da cidade de Montes Claros, especificamente no recorte cronológico aqui proposto. Essa busca está pautada na leitura de livros e trabalhos que tratam da história da cidade e do Estado, além das transformações sofridas durante o seu crescimento, principalmente pelo processo de industrialização a que se submeteu na década de 1960. O segundo momento tem como objetivo fornecer subsídio para o estudo da Arquitetura Moderna Brasileira, sua difusão e sua apresentação na cidade de Montes Claros, diretamente relacionado com a leitura de livros que tratam sobre o tema, como indicados na bibliografia.

Pesquisa de Campo: se dará através de estudos de caso a fim de reunir a maior quantidade de dados sobre as casas possibilitando uma análise mais aprofundada; em três procedimentos vinculados entre si. O primeiro, a observação direta, através do olhar investigativo do observador; o segundo, mais complexo e extenso, a investigação dos projetos existentes no Arquivo Municipal de Montes Claros; o terceiro, por fim, a seleção das residências consideradas significativas para estudo, uma vez que a completude dos dados é fundamental para uma análise mais precisa. Para um registro sistemático dos dados obtidos nessa pesquisa, criou-se uma ficha com os dados básicos de cada exemplar, incluindo fotografias e desenhos do projeto (ver apêndice I).

Análise e reflexões: um estudo acerca da produção do arquiteto; não apenas uma discussão de como aplicar uma metodologia, mas identificar edificações e seus elementos característicos da linguagem modernista, que se constituem como elementos significativos ou representativos da história da arquitetura e urbanismo para a preservação das diferentes paisagens culturais construídas ao longo do tempo.

Inventários de bens culturais como instrumento de auxílio de conservação: modelos de inventário, instrumento administrativo de preservação do patrimônio cultural, que tem por objetivo preservar, como patrimônio cultural, imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, ambiental, simbólico e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Análise das fichas, organização dos dados levantados em campo, digitalização dos projetos e apresentação da ficha-base para sistematização dos dados levantados; acompanhada de uma análise crítica adotando um modelo de ficha de inventário

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentadas informações relevantes ao tema da pesquisa que permitam a formação de uma base teórica para o entendimento do tema proposto. Inicialmente, apresenta-se o levantamento bibliográfico a partir da interpretação de alguns teóricos sobre o significado da casa e o seu legado para a cultura doméstica. A relação que um indivíduo constrói com sua habitação reflete nos seus hábitos e no modo como ele vive. O papel da arquitetura assume, nesse sentido, uma dimensão simbólica, como consequência de um senso de pertencimento do homem com o seu lugar de moradia, além de produzir sensações e significados. Desta forma, são apresentados autores como os arquitetos Iñaki Ábalos, Ludmila de Lima Brandão e a Telma de Barros Correa.

Com o intuito de aprofundar os conhecimentos acerca da temática levantada e enriquecer o trabalho em questão, são abordados pontos como a importância da preservação do patrimônio edificado das cidades, os órgãos e os instrumentos que têm como incumbência a proteção desses acervos, bem como um recorte sobre a cidade de Montes Claros nesse cenário de salvaguarda do patrimônio histórico alçado no município.

O referencial utilizado está dividido em quatro partes, abordando primeiro o significado da casa modernista e na sequência sua aplicação dentro do contexto internacional, brasileiro e municipal (Montes Claros/MG). Logo após, será apresentada a origem do patrimônio modernista, reconhecimento e práticas de intervenção.

2.1 A Linguagem Modernista

A cidade moderna pode ser classificada como aquela que rompeu com as estruturas de edificações apertadas, construídas em ruas estreitas e que acompanhou o crescimento econômico acelerado associado ao adensamento populacional. Essa modernidade atingiu praticamente todas as cidades do mundo com o crescimento econômico no século XX. Não obstante, a cidade também foi aquela que proporcionou os recursos necessários para que essas transformações pudessem acontecer, uma vez que existiram avanços também na área da justiça e igualdade social. Segundo Gnoato (1999), o arcabouço teórico do Movimento Modernista foi estruturado pelas vanguardas dos anos 1920.

A proposta comum dos modernistas para uma nova linguagem arquitetônica era baseada nas novas disponibilidades tecnológicas, destinada a atender uma nova sociedade inserida na era industrial.

No pós-guerra, com a reconstrução européia, estes princípios foram colocados em prática em grande escala, enquanto nos Estados Unidos, a difusão do Movimento Moderno ficou conhecida como Estilo Internacional. Le Corbusier, Walter Gropius, Mies van der Rohe e Frank Lloyd Wright foram as principais figuras da primeira geração de arquitetos modernos, e dentre os teóricos, críticos e historiadores encontramos: Sigfried Giedon, Leonardo Benevolo, Bruno Zevi, Giulio Carlo Argan e Reyner Banham (GNOATO, 1999, p.3).

Por volta de 1970 surge uma nova tendência conhecida como pós-modernismo, e com ela alguns princípios da arquitetura e do urbano modernista são colocados em discussão. Entre os críticos desse período podem-se destacar Charles Jencks, Kenneth Frampton e Roberto Venturi (GNOATO, 1999).

2.1.1 Contextualização histórica e características do modernismo

Entre as décadas de 20 e 60 do século XX, o conjunto de movimentos e escolas arquitetônicas do período configurou o conceito de Arquitetura Moderna. As diversas origens das ideias modernistas vieram de locais como a Alemanha, França e Estados Unidos. Nesse sentido, consta-se a existência de duas vertentes do movimento modernista - o *International Style*, de origem europeia; e a Arquitetura Orgânica, um desdobramento da Arquitetura Moderna que se contrapunha ao *International Style* (BENEVOLO, 1976). Embora marcado por múltiplas facetas, o Modernismo evidenciou certos princípios que foram seguidos por vários arquitetos, das mais variadas escolas e tendências. O primeiro e mais marcante traço é a aversão à formalidade do passado e à ideia de estilo:

Conjuntamente às vanguardas artísticas que manifestavam-se no período de gênese do moderno (décadas de 1920 e 30), havia no ar um sentimento de construção que levaria à criação e ao estudo de espaços abstratos, geométricos e mínimos. Os modernos viam no ornamento, um elemento típico dos estilos históricos, um inimigo a ser combatido: produzir uma arquitetura sem ornamentos tornou-se um desafio constante (COELHO e ODEBRECHT, 2007, p.1).

As duas máximas: “Menos é Mais”, do arquiteto Mies Van der Rohe e “A Forma Segue a Função”, do arquiteto Louis Sullivan representavam os traços dos ideais de industrialização, economia e a noção de design, esta que era recém-descoberta na época. Apesar de confrontadas, essas máximas estampam o conjunto de ideais modernistas, no qual o arquiteto era responsável pela construção de edifícios econômicos, limpos e úteis (BENEVOLO, 1976).

A origem da Arquitetura Moderna pode ser traçada em três linhas evolutivas. A primeira está relacionada aos ideais iluministas, às inovações tecnológicas alcançadas na Revolução Industrial e aos projetos urbanísticos e sociais realizados por teóricos. De acordo com essa vertente, o modernismo importa-se muito mais com uma causa social do que com uma causa estética. A segunda está vinculada às mudanças de definição e teorização da arte e de seu papel na sociedade; o movimento Art & Crafts se destaca nesse âmbito. Por fim, a terceira perspectiva, considerada a base do modernismo, afirma que a Arquitetura Moderna surge justamente com a gênese do movimento modernista sendo, portanto, influenciada pelas vanguardas artísticas como o Cubismo, o Abstracionismo - destacando os estudos realizados pela Bauhaus, pelo De Stijl e pela vanguarda russa - e o Construtivismo (ARGAN, 1992).

Conhecida como Bauhaus, a escola de design, artes plásticas e arquitetura Staatliches Bauhaus funcionou entre 1919 e 1933 na Alemanha. Uma das primeiras escolas de design do mundo, a Bauhaus almejava unir arte, artesanato e tecnologia (BENEVOLO, 1976; GROPIUS, 1977). O movimento estético Arts e Crafts surgiu na Inglaterra em meados do século XIX. Apesar da sua curta duração, é considerado como uma das raízes do modernismo do design gráfico, do desenho industrial e da arquitetura. Um dos propósitos do movimento era o fim da distinção entre artesãos e artistas (ARGAN, 1992; BENEVOLO, 1976).

A Arquitetura Moderna Internacional teve grandes nomes de referência: Mies Van der Rohe, Frank Lloyd Wright e Le Corbusier que foram considerados os mais importantes arquitetos do século XX. Professor da Bauhaus, Mies Van procurou sempre uma abordagem racional, clara e simples, voltada sempre às necessidades impostas pelo lugar, segundo o preceito no minimalismo, Less is More (menos é mais). Mies Van fez uso de materiais representativos da era industrial em seus edifícios, como o aço e o vidro, presentes na maioria das obras modernas. Grandes referências de sua arquitetura são a Casa Farnsworth e o Pavilhão Alemão da Feira Mundial de Barcelona (BLASER, 1992).

Frank Lloyd Wright foi o protagonista da arquitetura orgânica e defendia a individualidade dos projetos de acordo com sua localização e finalidade. Grandes referências

de seus trabalhos são a Casa da Cascata, também conhecida por Casa Kaufmann, e a sede do Museu Solomon R. Guggenheim, em Nova Iorque (ZEVI, 1990). Le Corbusier afirmava que, “por lei, todos os edifícios deviam ser brancos”. O seu trabalho expandiu-se ao urbanismo e colaborou na construção de uma nova linguagem arquitetônica para o século XX.

2.1.2 O Modernismo Brasileiro

O início dos anos 30 no Brasil foi marcado por uma ascensão de novas ideias, a partir da reinterpretação do pensamento de Le Corbusier, falava-se numa “construção do homem novo”. O modernismo na arquitetura brasileira constituiu-se em meio a uma crença de que as transformações arquitetônicas e sociais andavam juntas, portanto, não era apenas uma mudança na forma de construir, mas sim uma intervenção na realidade brasileira (CAVALCANTI, 2006).

Lucio Costa, um jovem arquiteto, liderou a divulgação ampla do ideário modernista. Sua atuação na direção da Escola de Belas Artes promoveu a reformulação do ensino neocolonial brasileiro para uma orientação racionalista. Os alunos passaram a estudar as grandes referências da arquitetura internacional (FISHER e ACAYABA, 1982).

A expressão Arquitetura Racionalista veio a ter entre os arquitetos brasileiros um significado bastante flexível: seria, de forma sucinta, a arquitetura preconizada por Gropius, Mies Van der Rohe, Le Corbusier e Oud. Além das características apontadas por Hitchcoc e Philip Johnson em *The International Style*, os arquitetos brasileiros, nesta primeira etapa, davam preferência às formas geométricas claramente definidas, à separação entre estrutura e vedação, permitindo maior liberdade no agenciamento interno dos edifícios, ao uso sistemático do pilotis, aos panos de vidro contínuos, ao invés das janelas tradicionais, e à integração da arquitetura com o entorno pelo paisagismo e com as outras artes plásticas pelo emprego de murais, painéis de azulejo decorado e escultura em substituição à decoração aplicada (FISHER e ACAYABA, 1982, p. 10).

Os arquitetos modernistas brasileiros estavam inseridos não apenas num movimento intelectual, mas numa verdadeira missão em conceber uma identidade nacional, na qual a intervenção nessas práticas populares buscava estabelecer aos cidadãos numa nova realidade e ordem social. Os profissionais atuaram na realidade brasileira por intermédio das repartições do Ministério da Educação e Saúde, liderados pelo ministro Gustavo Capanema. Os objetivos

dos ministérios iam além da educação da população, a verdadeira missão era construir um novo homem brasileiro a partir do desenvolvimento cultural das camadas mais populares (CAVALCANTI, 2006).

Em 1936, Lucio Costa dirigiu a equipe de uma das obras de repercussão nacional - o Ministério da Educação e Saúde. O ministro Gustavo Capanema convidou Le Corbusier para conduzir o trabalho, tendo como projeto final um produto da equipe brasileira influenciada pelo método de projetar de Le Corbusier (FISHER e ACAYABA, 1982).

O edifício do Ministério, composto de um volume em altura sobre pilotis que abriga os escritórios e outro mais baixo e perpendicular ao primeiro que compreende o auditório e o salão de exposições, ocupa uma quadra inteira e libera uma ampla esplanada no tecido urbano. As fachadas foram tratadas de acordo com a incidência do sol: a face SSN fracamente insolada foi revestida por grandes caixilhos de vidro e a face oposta recoberta por um brise-soleil de placas verticais fixas e placas horizontais móveis. O interior possui também características únicas para a época, a planta dos andares é livre e as circulações de funcionários e público isoladas. As divisórias internas de madeira foram distribuídas segundo as necessidades de cada repartição e não chegam até o teto para permitir a ventilação cruzada em todos os ambientes. Dentro do espírito de integrar arquitetura e artes plásticas, o auditório foi revestido externamente por azulejos do pintor Candido Portinari e os jardins complementados por esculturas de Lipschitz, Bruno Giorgi e Antonio Celso (FISHER e ACAYABA, 1982, p. 10).

Figura 5 – Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro.



Fonte: <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro003>

A partir da obra do Ministério, os modernistas inauguraram um período de triunfos cuja genialidade de Oscar Niemeyer, o domínio de novas linguagens estruturais e os contatos internacionais contribuíram para esse sucesso. Niemeyer iniciou uma série de obras governamentais em Minas Gerais. Visando à aceitação e legitimação do novo movimento, em função das demais correntes arquitetônicas, os arquitetos modernistas, buscaram um modelo que justificasse o presente. Calvalcanti (2006) afirma que:

(...) dominantes no polo erudito, Lucio Costa e equipe arbitraram o que deve ser sacralizado, o que deve pertencer para a posteridade e o que pode ser demolido. (...) Os arquitetos modernos brasileiros conseguiram, dessa forma, realizar o sonho de todo revolucionário: o controle dos polos erudito e popular, além do reconhecimento de sua sabedoria sobre o passado e o futuro (CAVALCANTI, 2006, p.15).

Sem a recusa sistemática do passado, como aconteceu na Europa, os modernistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) escolheram uma linguagem tradicional, reconhecendo e valorizando as raízes coloniais. A arquitetura moderna no Brasil, portanto, foi protagonista com a preservação da arquitetura do passado, uma vez que Lucio Costa tinha dupla filiação como idealizador de novas formas e estudioso do passado (BRANDÃO, 2013).

Em relação às escolas de arquitetura no Brasil, é importante destacar a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), federalizada pela Lei nº 971, de 16 de dezembro de 1949, antiga Universidade de Minas Gerais (UMG), esta que foi a escola de formação do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura (AABM). Durante a graduação, AABM participou de diversos eventos marcantes para a instituição. Um deles, por exemplo, foi a inserção do serviço de Foto-Documentação, impulsionado pelo então professor Sylio de Vasconcellos. Esse avanço permitiu que entre os anos de 1961 e 1963 ocorresse a edição de 67 títulos cujos autores eram, em sua maioria, professores da escola, no entanto, em 1964 Vasconcellos é afastado por ocasião do Golpe Militar (OLIVEIRA E PERPÉTUO, 2016).

A Semana de Arte Moderna de 1922 repercutiu também na Escola de Arquitetura e os preceitos modernistas passaram a influenciar a mentalidade dos alunos e professores. No princípio, eram raros os professores que procuravam inovar nos métodos de ensino, avaliação ou mesmo temas para Grandes Composições de Arquitetura, disciplina que corresponderia atualmente a de “Projeto”, como afirmam Oliveira e Perpétuo (2016).

Figura 6 - Alunos em aula de Grande Composição de Arquitetura. Década de 50.



Fonte: Oliveira e Perpétuo (2016).

O perfil só começa a mudar a partir do retorno dos primeiros alunos formados na instituição, agora como professores, como o próprio Sylvio de Vasconcellos, Shakespeare Gomes, Raphael Hardy Filho e Eduardo Mendes Guimarães. Isso acabou gerando um conflito de métodos de ensino e opiniões pessoais em relação aos novos rumos que a arquitetura vinha tomando. Os mais novos discentes se inclinavam para a arquitetura moderna e os mais antigos se mantinham fixos aos estilos consolidados.

Conforme afirmam Oliveira e Perpétuo (2016), a disciplina que mais vivenciava a estética modernista era de fato a de Grandes Composições de Arquitetura e Pequenas Composições de Arquitetura; as demais utilizavam apenas um vocabulário modernista, mesclado com as proporções clássicas. Foi nesse momento que elementos como: lajes planas e delgadas, rampas, pilotis e brises se mostraram presente nos estudos, influência vivenciada pelo arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura que refletiu em sua obra.

2.2 A Casa Modernista

Os referentes teóricos considerados nesta dissertação constroem uma interpretação sobre o significado da casa e o seu legado para a cultura doméstica. Busca-se entender a importante relação que a arquitetura desenvolve com o usuário, não apenas enquanto

dimensão simbólica, mas como senso de pertencimento, sentimento de vínculo e consequentemente, de preservação. Segundo Mateus (2010), por se tratar de um projeto “simples” a casa é sempre um empreendimento desafiador para um arquiteto, isso devido ao fato de se tratar de uma abordagem a essência humana, por lidar com questões como a intimidade, o viver em família e o trabalhar.

Nesse sentido, invocam-se autores que, num primeiro momento, classificam o habitat, como, por exemplo o arquiteto espanhol Ábalos (2003), a partir de diversas casas inventadas pela modernidade, dentre elas: a existencialista, a pragmática, a positivista, a fenomenológica, a comunal e a pós-estruturalista. Em cada modo de habitar, o autor vai construindo os diferentes sujeitos sociais para cada modelo, revelando uma crítica. Segundo Wisnik (2008, n.p.), “a pretensão universalista que ficou colada à imagem da casa moderna, que o autor chama de ‘casa positivista’, situando-a como apenas um modelo entre outros. O único, aliás, que em sua opinião se encontra hoje definitivamente esgotado”.

Outra autora, como Brandão (2002), é citada enquadrando a temática com a intenção de trazer a casa considerando toda a sua consistência e singularidade expressiva. Brandão (2002) subdivide o texto em três blocos, sendo eles: a casa Catedral – Rizoma, remetendo a casa da fazenda, a casa Encruzilhada – Território, que traz a casa da cidade e, por último, as Casas Contemporâneas – Nomadismo. Foi considerado mais pertinente para satisfação dos objetivos dessa pesquisa trabalhar com os significados de casa – moradia de acordo com Correia (2004). Segundo a autora, a moradia traz consigo uma série de implicações sobre a vida e as pessoas que nela habitam, sendo considerada como elemento da organização social que ao longo do tempo incorpora significados diversos.

O abrigo, como foi registrado desde os primórdios, tinha além da finalidade de proteção individual e em bando, o alojamento e refúgio, a defesa e a aptidão contra as ameaças externas e as intempéries. O processo de incorporação de novos significados começa a acontecer principalmente na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX, quando a definição de alojamento é severamente criticada. Problemas com a produtividade do trabalho, as condições sanitárias e o papel na reprodução da família foram discutidos na busca de novos modelos de moradia.

Esses entendimentos, de acordo com Correia (2004), resultam na concepção de moradia como espaço sanitário e casa como santuário doméstico. A convergência de habitação como lar, espaço sanitário e local de repouso acontece no habitat modernista, estando associada ainda a ideia de propriedade, estojo do homem e máquina de morar. Dentre

as críticas relacionadas ao modo de vida e de habitação do pobre, a partir do século XIX, Jaques Donzelot (1986, apud CORREIA, 2004, p.48) conceitua como espaço sanitário a moradia penetrada por normas de higiene, confortável e capaz de assegurar certa privacidade aos seus moradores, alterando assim a vida doméstica por meio de instrumentos de regulação.

Um episódio significativo para a defesa da reestruturação da moradia do trabalhador, mais especificamente em 1931, foi o Primeiro Congresso de Habitação em São Paulo, um comum acordo entre médicos e engenheiros brasileiros quanto à defesa da casa saudável, sólida e econômica. Magro (1931, p.56) sintetiza que as habitações econômicas, “precisam ser salubres, sólidas e confortáveis e convenientemente orientadas de modo a constituir o ambiente propício a conservação da saúde física e mental de seus moradores”. Ainda segundo o autor, deve existir uma preocupação em relação a proximidade com os centros urbanos.

No que diz respeito à habitação econômica, Gropius (1997) defendia que a indústria deveria fornecer componentes padronizados, fabricados em série, de modo que permitissem desenvolver diferentes tipologias, assim como já acontecia na construção de máquinas. Funcionalidade como, sinônimo de bem-estar, uma casa como máquina, conceito também defendido por Le Corbusier. Habitações construídas com base nos mínimos admissíveis de habitabilidade, respondendo restritamente às necessidades (FONSECA, 2011). Já enquanto espaço sanitário, a casa do trabalhador envolve diversas ações no Brasil. Espaços considerados pelo Estado como insalubres foram interditados e demolidos. A construção das novas moradias salubres e baratas tiveram impulso das indústrias, companhias ferroviárias e empresas imobiliárias. A partir da primeira década do século XX, segundo Correia (2004), o Estado iniciou uma crescente atuação na construção de casas populares:

A noção de casa como espaço sanitário não deixa de se chocar com a ideia de moradia como lugar de autonomia, consagrada no ideário burguês pelo conceito da inviolabilidade do domicílio e pelo direito de propriedade. O primeiro válido no Brasil desde 1891 – toma a casa como “asilo inviolável”, cujo acesso depende do consentimento do morador, o segundo elege a defesa da propriedade como atributos e direito fundamental do cidadão. Os mecanismos sutis e indiretos de intervenção sob esse espaço sanitário, entretanto, têm a capacidade ocultar a restrição à autonomia domiciliar e individual que incorporam (CORREIA, 2004, p.51-52).

No que concerne ao local de proteção da família, trocas afetivas, hierarquias e convívio, a casa também pode configurar-se como “santuário doméstico”. A respeito das raízes remotas da casa como proteção da família, Correia (2004) aborda a questão:

Sobre o Brasil colonial, há referências recorrentes de viajantes à proteção do interior das residências senhoriais contra a presença de estranhos. Nas casas rurais, os quartos reservados aos hóspedes ficavam geralmente isolado dos cômodos da família, às vezes, inclusive, abria-se para um alpendre. Nas residências urbanas, até meados do século XIX, o acesso de estranhos limitava-se geralmente à sala de visitas, onde nem sempre as mulheres se faziam presentes. A ascensão da família nuclear no século XIX só viria a acentuar a noção da casa como local de proteção e fortalecimento dos lares familiares (CORREIA, 2004, p.52).

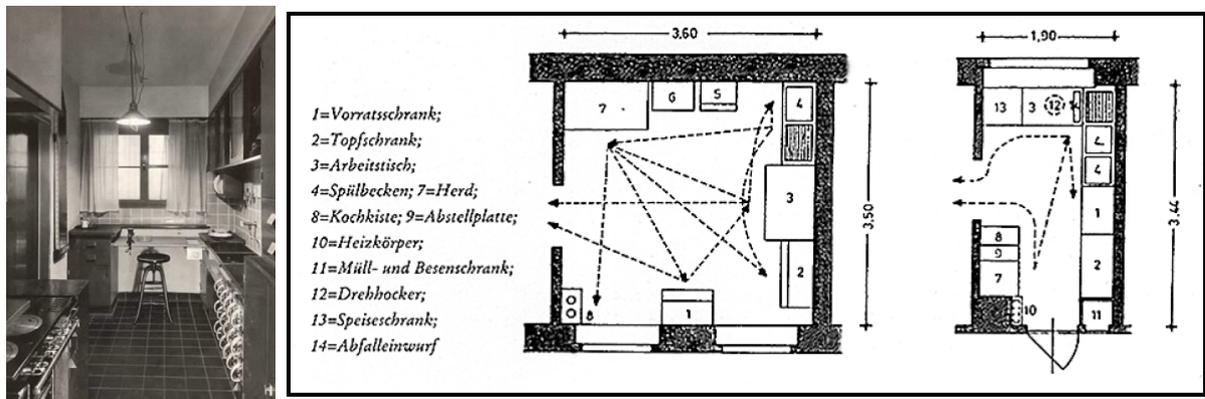
No tempo que o conceito de santuário doméstico esteve atribuído à casa associado ao projeto de fixar indivíduos e fortalece seus vínculos com a família, emerge o tema da economia doméstica, buscando uma preparação das mulheres para o desempenho de suas tarefas relativas à família, os seus deveres enquanto esposa e mãe. O fortalecimento e a moralização da família trabalhadora difundida em países como Inglaterra e França na segunda metade do século XIX tendeu à conversão de casa como moradia de uma família nuclear, buscando a separação dos moradores em diversos dormitórios conforme sexo e condição. Essa intervenção aconteceu principalmente promovida pelos patrões e pelas empresas imobiliárias na habitação popular pela construção de casas econômicas e salubres (CORREIA, 2004).

Segundo Vieira (2006), o século XX deu coordenadas absolutamente inéditas ao mundo, o que provocou transformações radicais e profundas. A missão da arquitetura moderna era modificar a forma de viver nas novas cidades planejadas para uma civilização movida pela máquina, a era industrial. Da articulação entre um novo modelo de moradia e de uma nova relação entre casa e urbano surge o termo “habitat moderno” que, segundo Correia (2004), incorpora o lar familiar, o espaço sanitário e um local para descanso e reposição de energias. Com a redução da necessidade de trabalho nesse novo conceito de morar, a casa limita-se ao acesso de estrados, privatizando o local da vida familiar e de repouso. Esse novo uso reforça a organização do tempo e a ordenação do espaço doméstico. Willer (1997) compartilha do mesmo conceito adotado por Correia (2004) em relação ao habitat, defendido por Murad e Zylberman (1976) como:

(...) espaço que “passa progressivamente a ser útil ao poder na medida em que é resultante de experiências executadas sobre os indivíduos (...) organizado a partir da descrição detalhada dos comportamentos, com o objetivo de obter a formação e estabilização das intimidades familiares (WILLER, 1997, p. 56).

A indústria tem um papel importante na reforma das moradias, na busca de aumento da eficiência dos usuários em cada movimento realizado. Prova disso são as cozinhas reestruturadas nos Estados Unidos na primeira década do século XX, com armários embutidos, ergonomia das bancadas de trabalho, posicionamento das ferramentas, além de uma grande variedade de máquinas e utensílios desenvolvidos para tornar mais rápida e eficaz a realização de cada tarefa do lar. Um exemplo interessante de cozinha é a Bauhaus-küche (cozinha da Bauhaus), Figura 7, construída por Bruno Taut em 1927, na qual a ferramenta tinha um lugar predeterminado e em que o tempo e os percursos necessários para execução de cada uma das tarefas reduzidas ao mínimo (VIEIRA, 2006).

Figura 7 – "Frankfurter Küche" – Bruno Taut.



Fonte: Museum Der Dinge (2018).

Essa praticidade e economia, portanto, é o que justifica uma arquitetura de volumes, linhas retas, ausência de elementos decorativos e a estrutura como forma de cumprir a sua função, elementos que são significativos, segundo Vieira (2006), para defender a causa pela qual os arquitetos acreditam ser a transformação da sociedade. Meyer (2004), no entanto, se apresenta contra essa ideia de transformar a cidade em uma máquina rápida e eficiente e defende que a ordem e o caos devem ser vistos como categorias inerentes e interdependentes.

A autora concentra seus argumentos na rejeição à cidade anônima, na apatia social e na cultura dos novos espaços urbanos produzidos a partir dos preceitos formalistas. Isso configura-se como uma crítica à orientação modernista que visava intervir nos problemas urbanos utilizando parâmetros uniformes e generalizáveis.

No Brasil, no ano de 1940, uma grande força do Estado foi colocada em prática na busca da implantação da moradia solidária com esse conceito de habitat aos pobres.

O desejo adormecido de ter uma casa higiênica precisa ser despertado pela ação social do Estado. O público dos mal domiciliados deve ser levado a querê-la e, quando a possuir, saber conservá-la higiênica. Deve ser educado no sentido de destinar às despesas com a sua habitação o máximo que comportar seu salário; a sentir satisfação em desfrutar a casa, como um bem precioso (...), como parte importante de sua felicidade, como um pequeno mundo seu, em que se deve realizar tudo que cada um sonha, como sede de uma pequena sociedade de que é o presidente, em que não existe inerente à vida de trabalho (MARTINS, 1942, p.9 apud CORREIA, 2004, p.59).

Em Belo Horizonte, ainda em 1940, um dos equipamentos que passa a compor a vida moderna é a máquina de costura, digna de um espaço próprio nas residências projetadas por Sylvio de Vasconcellos que, segundo Brasileiro e Salles (2007, p.98) reafirma uma importante circunstância social: “o papel desempenhado pela mulher de classe média nos anos 1940 é notadamente doméstico e incorporou a atividade do ‘corte e costura’. Contudo, é nas cozinhas que aporta a maior variedade de equipamentos eletrodomésticos: geladeiras, fogões a gás, liquidificadores, batedeiras”.

A ideia de propriedade advém do desejo de uma sociedade burguesa, revelando status e poder. Até a metade do século XIX, a casa é restrita às classes mais favorecidas, e só a partir de então com uma preocupação do Estado em estender o programa, é que a casa enquanto propriedade é alcançada pelo trabalhador pobre. A sociedade letrada discutiu amplamente a favor do tema afirmando poder ser essa a solução para inúmeros problemas que abatiam sobre a classe dos trabalhadores.

A ideia de propriedade de um imóvel poderia gerar imensas transformações, uma aproximação familiar, mudança de hábitos noturnos, o desenho de poupar para investir no imóvel, além de um afastamento dos movimentos grevistas, revoltas e rebeliões, tendo em vista uma nova perspectiva: a preocupação com o lar. “As responsabilidades, a tranquilidade e o prazer da posse de um imóvel era, portanto, vistos como um antídoto poderoso contra a inquietação, a revolta e a desmoralização...” (CORREIA, 2004, p.60). No Brasil, os primeiros registros em relação à propriedade datam do início do século XX, quando a Fábrica de Tecidos e Fiação São Bernardo, ambas em São Paulo, ofertam recursos para a construção ou a compra das casas que quase todos os operários habitavam.

Ainda segundo a autora, outro conceito adotado para a ideia de casa é “um templo de vida privada e local de expansão e expressão das individualidades” (CORREIA, 2004, p.62). Quando se habita um espaço, imprime-se valor nele, a personalidade e os gostos pessoais. As

superfícies repletas e ora amontoadas de objetos e cores, refletem também uma reação a crescente impessoalidade dos espaços de trabalho, nesse sentido um “estojo do homem privado”. A arquitetura promovida pela burguesia francesa já na década de 1930 mostra o interior das casas como um reflexo do espírito dos seus donos que, muitas vezes, tentavam com esse amontoado de adornos imitar a nobreza.

Os estilos são empregados confusamente. Como não existem mais cortes, nem nobreza para dar o tom, não se vê nenhuma harmonia nas produções da arte. Por sua vez, nunca a arquitetura descobriu tão numerosos econômicos para macaquear o verdadeiro e o sólido, nem desenvolveu tanta ciência, tanto gênio nas distribuições. Ofereci a um artista a orla de um jardim de um velho palácio demolido e ele vos construirá um pequeno Louvre, abarrotado de ornamentos; nele encontrareis um pátio, cachoeiras e, se fizerdes questão, também um jardim; no interior ele acumulará tantas saletas e tatos corredores, saberá tão bem enganar a visita, que vos sentireis à vontade (BALZAC, 1989, p.443 apud CORREIA, 2004, p. 64).

Não distante de tal situação, no Brasil a burguesia adota também a exacerbação da decoração já durante a segunda metade do século XIX. Quando o estilo neocolonial atinge Belo Horizonte, entre os anos 20 e 30, Vasconcellos (1946) lamenta:

Transplantando para a casa formas de monumentos, chafarizes principalmente, detalhes de igrejas etc. e decorando-a com elementos também retirados de lugares muito diferentes daqueles onde foram aplicados, nada pior se poderia conseguir e nada mais deprimente para a nossa arquitetura colonial de fato. No caso típico fizeram do chafariz um lado da casa: onde havia a inscrição colocaram almofadas de azulejos, onde havia a carranca de boca aberta para a água puseram a janela, do tanque fizeram jardineira para flores e as mesmas pinhas e conchas colocaram encimando a platibanda. De lado abre-se a varanda com arco ou a chamada “curva colonial”, porém, sustentado por colunas às vezes torsas e de capitéis exóticos inspiradas (mal-inspiração) nas colunas de altares. Estava aí o “neocolonial” que se esparramou pelas cidades (Belo Horizonte, coitada) e outras, antecipando missões, o californiano, o mi casita. (VASCONCELLOS, 1946, p. 47-48).

Tal configuração só começa a ser questionada com a emergência do “estilo internacional” da arquitetura moderna, iniciando uma queda/retrocesso dos estilos anteriores. No entanto, por vezes, a mudança só substituiu os adornos por máquinas e utensílios adotados como decoração de uma estética maquinista. No ano de 1928, vinte e quatro arquitetos se

reuniram no castelo de H elene de Mandrot, na Su ı a e, atentos a essa questão da evolu o industrial, organizaram o primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM. O objetivo de tal organiza o era fortalecer a conexão entre arquitetura e sociedade, em que o arquiteto deveria buscar atuar conforme a sua época (AYMONIO, 1973).

Dessa forma, o conceito de casa como “máquina de morar”, pode ser entendido, em grande parte, como uma tentativa de ir além e aplicar no ambiente doméstico a racionalidade do mundo fabril taylorizado². Formulada pelos arquitetos ligados ao CIAM, o modelo de habitat moderno se destaca pelo uso residencial, por separar o repouso do trabalho.

  uma moradia com organiza o presidida por preocupa es relativas   higiene, a privacidade,   busca de economia do tempo despendido em trabalhos domésticos e ao barateamento da constru o – associado   produ o em série de componentes da constru o, a uma nova elabora o estética e ao estudo de dimensões mínimas (CORREIA, 2004, p.67).

Em São Paulo - BR, em 1931, durante o Primeiro Congresso de Habita o, a casa moderna como a “mais c moda e barata possível”, tal conceito postulado por Gregori Warchavchik em 1925, foi tema de debate. Além disso, questão como a maior economia possível na concep o das moradias, a dimensão dos cômodos e o p  direito têm foram julgados durante o evento. Ernst May (1929) desenvolveu um trabalho intitulado “A Casa para o mínimo nível de vida” reconhecido e aprovado pelo engenheiro-arquiteto Magro (1931). O estilo internacional, todavia, foi mais aceito pela burguesia na arquitetura do que na decora o de interiores. O poder aquisitivo da moradia associado às raízes dos estilos anteriores assimilava ainda os adornos, as obras de arte, as peças antigas que remetiam a uma vida nobre, ao status, ao gosto apurado.

2.2.1 Contexto Internacional

O Modernismo faz parte de um grupo de movimentos do início do século XX que, segundo Cavalcanti (2006, p.11), “almejava e propunha a sua universalidade”, a ruptura e a supera o das tradi es. Segundo Mahfuz (2002), a arquitetura moderna representou o

² O *Taylorismo*   um sistema de gestão do trabalho baseado em diversas técnicas para o aproveitamento ótimo da mão de obra contratada (RIBEIRO, 2015).

rompimento metodológico no processo projetual, um abandono da imitação uma vez que os subsistemas (estrutura, esquadrias, divisões internas) passaram a ser concebidos separadamente. O arquiteto Adolf Loos, em seu discurso teórico, prenunciou as fundações de todo o movimento moderno. Nos ensaios controversos, Loos elaborou o seu próprio estilo arquitetônico com formas adaptadas à época, funcionais, simples e sem decoração, que condenava o ornamento e tudo o que não pudesse ser explicado por uma razão funcional (LUPFER et al., 2003).

Outros importantes e influentes arquitetos modernistas nesse período, como Le Corbusier e Mies van der Rohe, tiveram suas ideias como reflexo da obra de Loos. Em sua publicação – Para uma Nova Arquitetura, Corbusier buscou causar com suas comparações, segundo ele, sem as contaminantes acadêmicas (CORBUSIER, 1923, apud LUPFER et al., 2003). Diferente do pensamento minimalista de Loos, no qual estabeleceu um método inteligente para projetar embasado na razão pragmática, Corbusier encontra uma abertura estética em tudo o que diz respeito ao arranjo urbano nas “formas eternas da geometria pura”, que não decorre única e logicamente da função, demonstrando estar “cheias de poesia” (1922 apud. LUPFER et al. 2003, p.698).

O modernismo funcionalista preconizado no CIAM tornou-se uma referência que, segundo Oliveira (2008, p.36), “visava dar aos centros-urbanos mundiais uma solução para o que identificava como o caos”. A Carta de Atenas, publicada em sua versão final no ano de 1943, foi resultado do IV Congresso descrito, a bordo de um navio em Marselha – Atenas. Foram dez encontros, entre os anos de 1928 a 1956, estes que trataram, dentre outras coisas, do “habitat mínimo, da cidade funcional, do edifício racional, do núcleo urbano da cidade e do habitat coletivo”. O objetivo de Le Corbusier era dar a arquitetura um sentido real, social e econômico e estabelecer os limites dos seus estudos (COLIN, 2010, n.p.).

A ordem moderna, constituída de elementos geométricos simples e desprovida de ornamentos, foi feita à imagem e semelhança, não de uma Antiguidade distante, mas de um mundo presente e tangível: as máquinas industriais. (...) Sua beleza reside na sua capacidade de servir. Foi essa analogia que os modernistas tentaram e, aqueles de talento, conseguiram. (MALARD, 2004, p.6).

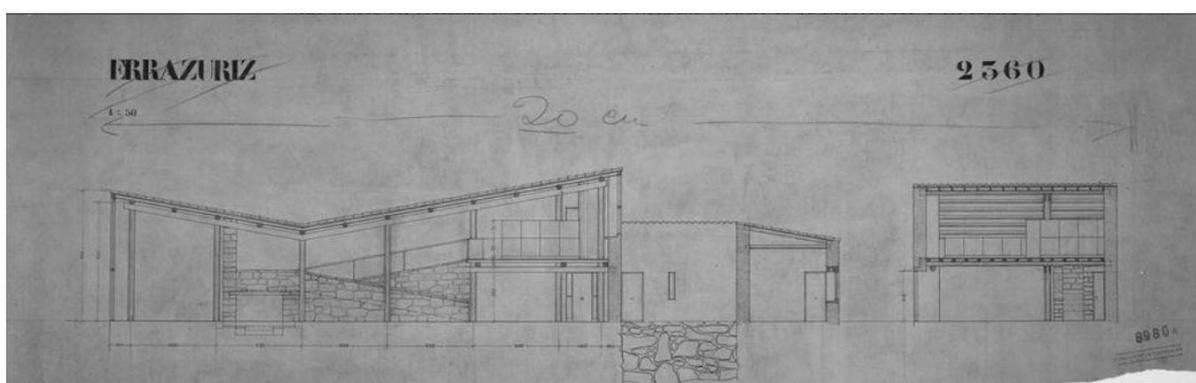
Além de ser arquiteto e escritor, Le Corbusier buscava tratar de forma clara e objetiva as ideias que defendia, com o intuito delas serem elementos formais aplicáveis aos projetos. Isso fez com que sua obra se tornasse mundialmente conhecida. O projeto para a

Villa Savoye (1929) sintetiza a aplicação dos cinco pontos estabelecidos como parâmetros estético-tecnológicos que permitem que a arquitetura incorpore a problemática da arte moderna. São eles:

1. Pilotis, liberando o edifício do solo e tornando público o uso deste espaço antes ocupado, permitindo inclusive a circulação de automóveis;
2. Terraço jardim, transformando as coberturas em terraços habitáveis, em contraposição aos telhados inclinados das construções tradicionais;
3. Planta livre, resultado direto da independência entre estruturas e vedações, possibilitando maior diversidade dos espaços internos, bem como mais flexibilidade na sua articulação;
4. Fachada livre, também permitida pela separação entre estrutura e vedação, possibilitando a máxima abertura das paredes externas em vidro, em contraposição às maciças alvenarias que outrora recebiam todos os esforços estruturais dos edifícios;
5. A janela em fita, ou fenêtre en longueur, também consequência da independência entre estrutura e vedações, se trata de aberturas longilíneas que cortam toda a extensão do edifício, permitindo iluminação mais uniforme e vistas panorâmicas do exterior (MACIEL, 2002).

Mesmo apresentando os cinco pontos como requisitos para a arquitetura moderna, esse constituiu-se apenas um dos repertórios formais possíveis. Um exemplo disso é a casa Errazuriz (1930) no Chile (Figura 8), onde o arquiteto optou por trabalhar com materiais existentes no local como a pedra, a madeira e a telha. A rusticidade estabelecida pelos materiais não era um impedimento para uma arquitetura modernista (MACIEL, 2002).

Figura 8 - Villa Errazuriz, Chile, 1930.



Fonte: Corbusier (1930) <<http://www.foudationlecorbusier.fr>>. Acesso em: agosto de 2018.

Essa mesma rusticidade associada aos pontos apresentados pelo Le Corbusier pode ser notada em algumas obras residenciais do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura,

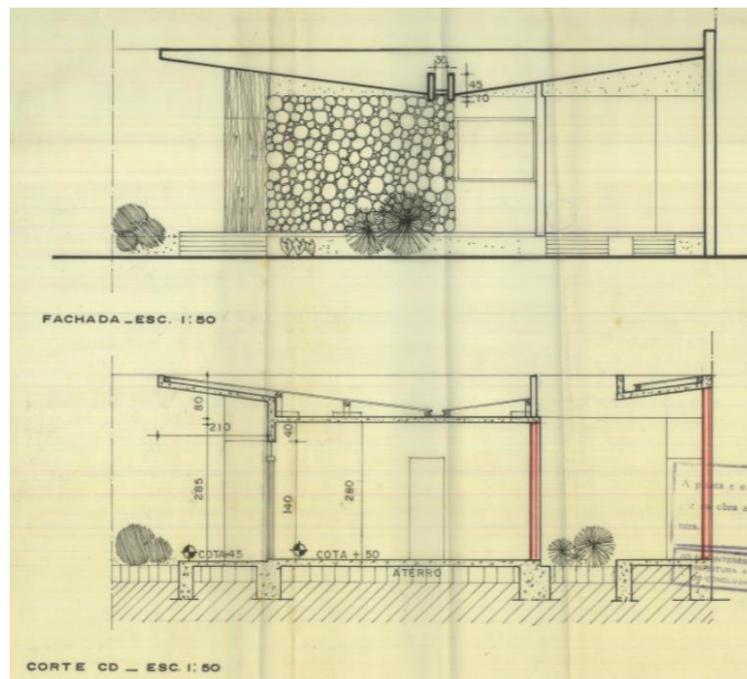
como o uso das pedras (material encontrado na região) como revestimento de parte das fachadas (Figura 9 : Residência Antônio Carlos Amaral), ou ainda o telhado tipo borboleta como a própria casa Errazuriz (Figura 10 : Residência Rubem Castro).

Figura 9 – Residência Antonio Carlos Amaral



Fonte: Moura (2007).

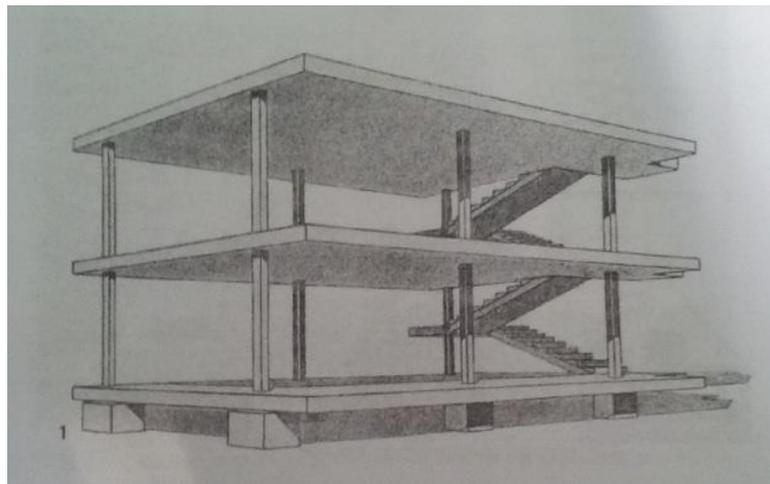
Figura 10 – Residência Rubem Castro



Fonte: Moura (2007).

Arquiteto também de grande influência no Brasil, Le Corbusier viu suas ideias começarem a ser implantadas já no início da década de 20. Arquitetos brasileiros que conheciam a vanguarda européia aderiram ao movimento, adaptando-os à realidade nacional. Como resultado obteve-se uma arquitetura singular, tipicamente nacional e regionalista, que já na década de quarenta tornou-se referência mundial (ALBERTON, 2006). Segundo Kopp (1990), a atual referência de casa é o resultado de um processo de transformação ocorrido no século XX, assim como de uma ação conjunta de arquitetos modernistas, artistas e profissionais do século passado. A crença em transformações profundas por parte do operariado juntamente com os artistas foi fundamental para as mudanças do período. É nesse cenário que, em 1914, surgem as Casas Dominó, projetadas por Le Corbusier, que consistem simplesmente em lajes e em uma escadaria, ideais para reconstruções rápidas que poderiam ser moldadas de acordo com a necessidade de cada habitante.

Figura 11 – Projeto Casas Dominó.



Fonte: Vieira (2006).

Seis anos depois, Le Corbusier apresenta o projeto das Casas “Citrohan”, as primeiras casas em série, consideradas um avanço sobre a Casa Dominó (Figura 9). A criação consistia, basicamente em dois pisos que comunicavam por um vão. Avançados os estudos das Casas “Citrohan”, em 1922 é apresentada no Salão de Outono uma grande maquete em gesso, que comporta a padronização sistemática dos elementos construtivos: estrutura, janelas, escadas, etc. Pela primeira vez Le Corbusier apresenta um dos pontos estabelecidos como parâmetros estético-tecnológicos, o pilotis (BOESIGER, 1994).

Porém só em 1926, Le Corbusier reúne na Casa Cook (Figura 10) os cinco pontos defendidos por ele como requisitos para a arquitetura moderna.

Esta casa de planta quadrada com a circulação vertical centralizada de modo que defina os espaços desde o pavimento térreo até o jardim da cobertura, onde fica claro que esta setorização guiada pela circulação vertical coloca do lado direito – de quem entra na casa – os ambientes mais livres como entrada, salas de estar e jantar e terraço. Em se tratando do lado esquerdo, este abriga os ambientes mais fragmentados e compartimentados como cozinha, área de serviços e demais ambientes. Isto também fica claro na composição da fachada que é desenvolvida através de figuras geométricas nas janelas contínuas e outros elementos da fachada (VIEIRA, 2006, p.54)

Figura12 – Casa Cook.



Fonte: Vieira (2006).

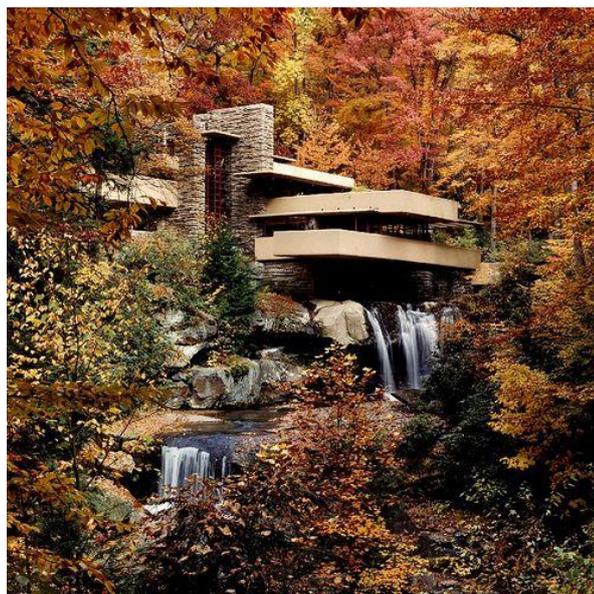
Já em 1963, Le Corbusier projeta a “Casa do Homem” baseada em sua proposta de que a casa deveria reunir todas as funções primordiais em uma moradia: social, serviços e íntimo, além da incorporação do automóvel e dos equipamentos eletrônicos lançados para facilitar a rotina do homem urbano. O arquiteto não chega a conduzir a obra, pois falece no ano de 1963, porém a Casa do Homem torna-se um símbolo da evolução do trabalho de Le Corbusier, influenciando arquitetos pelo mundo até os dias atuais (VIEIRA, 2006).

Ludwing Miss van der Rohe nasceu na Alemanha em 1886 e ficou conhecido por seu domínio na execução de obras e detalhes de projeto. Apesar de defender a expressão “Menos é Mais”, sua arquitetura era extremamente rica e detalhista. A casa para Madame Grete Tugendhat, encomendada em 1929, foi construída sobre um terreno a meio nível. A topografia plana permitiu a criação de uma planta livre e a exploração de vistas.

A estrutura metálica da casa consiste em uma armação regular composta por uma retícula de 5,00 x 4,60m, sendo suas colunas independentes, revestidas em chapas de aço cromado e afastados aproximadamente um metro da fachada que recebe seus caixilhos em vidro abrindo-se para os jardins externos da casa, onde a paisagem compõe um quadro de fundo para esta obra. Nesta casa, Mies conseguiu combinar neste trabalho o uso de materiais muito bem elaborados e detalhados por ele próprio e que, estes conceitos viriam a influenciar diversos arquitetos no início do século XX (VIEIRA, 2006, p.57).

Segundo Villela (2007), outro importante nome para arquitetura moderna foi o norte americano Frank Lloyd Wright, que em 1936 projetou a tão reconhecida “Casa da Cascata”, implantada sobre uma cascata e entre as colinas na formação rochosa (Figura 11). A fama da obra é tamanha não só pela beleza, mas pela ruptura do padrão de paredes e ambientes confinados. A integração de forma passível a paisagem encontrada nela gera uma nova visão, na qual a casa é um conjunto de ambientes que se integram compondo a moradia.

Figura 13 – Casa da Cascata.



Fonte: Archdaily (2018).

É possível destacar ainda, dentro do contexto de casa modernistas, o arquiteto Walter Gropius, reconhecido por pesquisar técnicas construtivas que possibilitassem a pré-fabricação de casas para suprir a demanda de moradia das famílias alemãs após a primeira Guerra Mundial. Segundo Berdini (1994), a casa do arquiteto (Figura 12) em Lincoln - Massachussets construída em uma colina, de dimensões medianas é um símbolo em sua forma plástica do Racionalismo arquitetônico com o Internacional Style.

A racionalização das casas unifamiliar, sua total pré-fabricação tem como finalidade promover de forma renovada e econômica como um modelo de moradia para a família alemã. Gropius elabora nesta ocasião um sistema experimental de montagem a seco para uma estrutura composta de um esqueleto em aço e vedação em painéis pré-fabricados modulares, porém esta proposta não pode seguir adiante devido ainda ao alto custo para sua execução, não desmerecendo a proposta colocada pelo autor do projeto (VIEIRA, 2006, p.60).

Figura 1410 – Casa de Gropius.



Fonte: Archdaily (2018).

2.2.2 Contexto Brasileiro

A era agrária, depois dos anos 20, foi dada como terminada, e a cidade de São Paulo, centro regional, exalava o entusiasmo da era industrial. A geração desse período vivia mergulhada num país em plenas lutas políticas e mudanças sociais. O fim do escravismo, o novo regime político e a crise do capitalismo, tudo isso simultâneo à crescente e influente

participação da burguesia. Em meio a esse novo contexto urbano aconteceram as primeiras manifestações influenciadas pelos modernistas europeus.

Um episódio, mais específico, a semana de arte moderna de 1922, contradizendo muitas opiniões, viria a marcar, o início do movimento modernista no Brasil, este até então difundido apenas no meio literário. Inicialmente, era um movimento contra. Para alguns, apenas um movimento de exaltação, uma vez que, o que se fez, bem que poderia ter sido feito sem ela. Com seu reconhecimento controverso pela crítica mundial, a arquitetura moderna brasileira, diferentemente da recepção europeia à sua produção modernista, foi mais aceita pelas diversas camadas sociais e adotada como uma linguagem (REIS e SILVA, 2010).

Pouco tempo depois, em 1925, os jornais brasileiros já publicavam duas obras que tratavam de temas comuns como a praticidade e a economia. Segundo Bruan (1981, apud ALBERTON, 2006), tais obras ressaltavam a redução dos elementos decorativos e a necessidade do arquiteto ser técnico e artista. A primeira publicação do, até então estudante de arquitetura, Rino Levi intitulada “A Arquitetura e a Estética das Cidades” e a segunda do arquiteto russo Gregori Warchavchik “Acerca da Arquitetura Moderna” fazia uma apologia à racionalidade como crítica aos estilos passados.

A participação eufórica nacionalista que marcou o início da arquitetura moderna, em aliança aos intelectuais, no entanto, era contraditória à vontade de romper com o passado europeu progredindo numa volta às raízes coloniais brasileiras, em um processo de “revalorizar as tradições históricas” (ARRUDA, 2003). A conservação de um bem patrimonial está no fato dele se constituir como “registro material da cultura, da expressão artística, da forma de pensar e sentir de uma comunidade, em determinada época e lugar, em registro de sua história” (MEDEIROS, 2005, p. 1).

Num contexto menos regionalista, destaca-se dentro desse âmbito de bem patrimonial, residências que ainda hoje se mantêm conservadas, como afirma Camargo (2006), o que reforça sua condição enquanto obra de arte. São alguns exemplos de preservação as obras de Walter Gropius, Mies Van Der Rohe, Frank Loyd Wright, Richard Neutra, que resistiram à especulação e à síndrome renovadora, isso graças ao reconhecimento dos seus proprietários, enquanto bem cultural. Na esfera brasileira, as residências enquanto tema de pesquisa e de análise historiográfica, são igualmente reconhecidas. Por outro lado, enquanto patrimônio, não tem igual reconhecimento.

[...] a residência Rino Levi, projeto de 1945, uma obra prima da arquitetura brasileira, publicada em vários livros, não existe mais, foi vendida pelo metro quadrado do terreno e totalmente demolida, [...] a casa Modernista à Rua Santa Cruz de Gregori Warchacvchik, (...) está completamente abandonada (CAMARGO, 2006, p.5).

O acervo demolido, substituído, reformado e de valor inquestionável só comprova a pressão atual do mercado imobiliário, o que torna-se ainda mais importante e igualmente complexa a preservação do legado arquitetônico (LARA, 2005). Põe-se que, em alguns casos, esta preservação quando associada à mudança de uso, acaba desnecessária, sendo a manutenção do uso original à certeza da integralidade. (CAMARGO,2006).

Uma casa publicada pela revista Projeto Design em 2004, só reforça essa ideia da manutenção do uso. Projetada por Carlos Brake em 1945, ela foi reformada pelo Mauro Munhoz que, mesmo não se tratando de um bem tombado, buscou dar ênfase a revalorização das características originais adaptadas em favor das atuais necessidades, como mostram as Figuras 13 e 14.

Figura 1511 – Residência Rua Sofia. Registro de 2005.



Fonte: Revista Projeto Design (2018).

Figura 1612 – Residência Rua Sofia. Registro de 1995.



Fonte: SEGAWA (1999, p.29)

Como toda ação tem seus personagens, o Movimento Modernista Brasileiro teve como seus protagonistas Lucio Costa e Oscar Niemeyer, estes que roubaram a cena e até hoje suas obras contribuem como referência mundial. Oscar Niemeyer, nos anos 40, reuniu em seus projetos dois aspectos considerados opostos – a liberdade criativa e a disciplina técnica. Dessa união resultaram várias obras, uma delas é a Casa das Canoas. Segundo Vieira (2006), a casa é considerada uma das cinco mais belas residências modernas do mundo e a sua construção se desenvolve a partir de uma grande rocha, e tem na cobertura uma forma abstrata que, através do seu contorno, liga o exterior com o interior. Como observou Le Corbusier, “a paixão pode criar o drama a partir da pedra inerte” (UNDERWOOD, 2002, p.75).

Assim como Le Corbusier utilizou da escrita para difundir as suas ideias, no Brasil Sylvio de Vasconcellos acumulou uma volumosa obra. Vasconcellos (1946), primeiro teórico da arquitetura mineira, através dos seus escritos mostrou aos leigos os problemas modernistas da moradia e provou serem os arquitetos os indicados a resolverem os obstáculos. Em defesa da liberdade de decisão do arquiteto diante da a opinião dos clientes, Sylvio dizia que “a arquitetura deve ser feita por arquitetos como a medicina deve ser exercitada por médicos” (CASTRIOTA, 1998, p. 212).

2.2.3 Contexto Municipal: Montes Claros

O surgimento da cidade de Montes Claros está associado a um grande desbravador e bandeirante do sertão no século XVII, Antônio Gonçalves Figueira. Situada na região norte do estado de Minas Gerais, a cidade foi o local de parada após receber uma sesmaria como

prêmio por serviços ao Governador Geral. Figueira chegou às margens do Rio Verde e, observando a fertilidade do solo e as suas vantagens, resolveu ali se instalar, fundando a “Fazenda dos Montes Claros” (MONTES CLAROS, 2014).

O bandeirante trabalhou durante muito tempo com o comércio de gado, acumulando uma fortuna e despertando o interesse de outros fazendeiros do estado da Bahia e São Paulo. Mais velho, ele decide vender as terras para o alferes José Lopes de Carvalho e regressa para São Paulo. Carvalho mudou a sede da fazenda para terras mais próximas do Rio Vieira e mandou que construíssem uma capela. Homem religioso, ele atraiu seguidores e, com o crescimento acelerado da cidade, viu surgir às margens do Rio um povoado, conhecido como “Arraial das Formigas” (SAINT-HILAIRE, 2000).

O Arraial das Formigas desenvolveu de forma acelerada, impulsionado pelo grande comércio de gado, cavalo, salitre, couro, entre outros produtos. A partir de esforços políticos, o Arraial foi elevado à categoria de vila, e em outubro de 1831, passou-se a chamar “Vila de Montes Claros de Formigas”. Com o crescimento ainda fortalecido, no dia 3 de julho do ano de 1857, conforme a lei nº 812, a Vila de Montes Claros de Formigas transformou-se em cidade e recebeu o nome de Montes Claros (MONTES CLAROS, 2014). Segundo Lessa e Silveira (2012), o município possui hoje 18 edificações históricas tombadas através do Decreto-Lei nº 1761, de 28 de setembro de 1999, são elas (Figuras 15 a 23):

- Armazém Central do Brasil,
- Catedral de Nossa Senhora Aparecida,
- Capela de Nosso Senhor do Bonfim (Igrejinha do Morrinhos),
- Capela de São Geraldo,
- Igreja da Matriz,
- Antigo Prédio do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez,
- Escola Estadual Gonçalves Chaves,
- Prédio da Polícia Civil e Militar (Antigo Colégio Tiradentes),
- Santuário do Bom Jesus,
- Sobrado dos Canela,
- Sobrado dos Mendes,
- Sobrado da rua Justino Câmara, nº 93,
- Sobrado da rua Justino Câmara, nº 114,
- Sobrado da rua Justino Câmara, nº 115 (o “Sobradinho”),

- Sobrado dos Versiani-Maurício,
- Prédio da FAFIL,
- Palácio Episcopal,
- Solar dos Oliveira.

Figura 1713 – (A) Armazém da Central do Brasil e (B) Catedral de Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Montes Claros (2014).

Figura 1814 – (A) Capela Nosso Senhor do Bonfim e (B) Capela São Geraldo.



Fonte: Montes Claros (2014).

Figura 19 – (A) Igreja da Matriz e (B) Antigo Conservatório Lorenzo Fernandes.



Fonte: Montes Claros (2014).

Figura 20 – (A) Escola Estadual Gonçalves Chaves e (B) Prédio da Polícia Civil e Militar.



Fonte: Montes Claros (2014).

Figura 2115 – (A) Santuário Bom Jesus e (B) Sobrado dos Canela.



Fonte: Montes Claros (2014).

Figura 22 – (A) Sobrado dos Mendes e (B) Sobrado nº 93.



Fonte: Montes Claros (2014).

Figura 23 – (A) Sobrado nº 114 e (B) Sobrado nº 115.



Fonte: Montes Claros (2014).

Figura 24 – (A) Sobrado dos Versiani e (B) Prédio da Fafil.



Fonte: Montes Claros (2014).

Figura 25 - (A) Palácio Episcopal e (B) Casarão dos Oliveira em Montes Claros/MG.



Fonte: Montes Claros (2014).

Popularmente conhecida como “Praça da Matriz”, o núcleo histórico da cidade se situa na Praça Dr. Chaves, onde, segundo Lessa e Silveira (2012), deu-se o início da ocupação pelos primeiros habitantes, aproximadamente no ano de 1768. A prefeitura da cidade (2014) aponta ainda para um conjunto paisagístico na Praça da Matriz, composto, além da praça por alguns casarões do século XIX e início do século XX, sendo eles:

- O Solar dos Oliveira,
- O Solar dos Mendes,
- Sobrado dos Canela,
- Palácio Episcopal,
- Igreja Matriz.

A arquitetura residencial montesclareense caracterizou-se, segundo Moura (2006), por acompanhar as necessidades da época e do lugar. Dentro do contexto urbano da cidade, algumas edificações históricas podem ser destacadas. “Os altos pés direitos permitem aproximar em equivalência a altura e a largura dos edifícios; cimalthas emolduradas, soco, barras salientes e faixas divisórias de andares horizontais contrariam o verticalismo presente nos vãos, altas portadas e pilastras.” (MOURA, 2006, n.p.), uma antecipação do neoclássico no município.

Novas soluções, ainda, segundo Moura (2006) aparecem durante o século XIX, como o Sobrado (1920-1930) na praça Dr. Chaves, onde fica evidente a diferenciação dos

ornamentos dos coroamentos dos vãos. O caráter robusto e estático começa a dar lugar para o volume da fachada principal com afastamentos da via pública. O Sobrado dos Canelas, datado de 1920 a 1930 (Figura 19) ilustra as novas soluções que aparecem durante o século XIX. A construção se afasta do alinhamento da via pública e o volume começa a se movimentar, perdendo o caráter robusto e estático. Os ornamentos se diferenciam e os vãos são coroados de formas diversas (MOURA, 2006).

Ainda segundo Moura (2006), como um dos últimos exemplos do final da década de 1950, a arquitetura residencial se evidencia com colunas decorativas, além de cobogós, brises e jardins. No entanto, este é um exemplar que já não mais existe na cidade, foi demolido e hoje o espaço atende um estacionamento Figura 24.

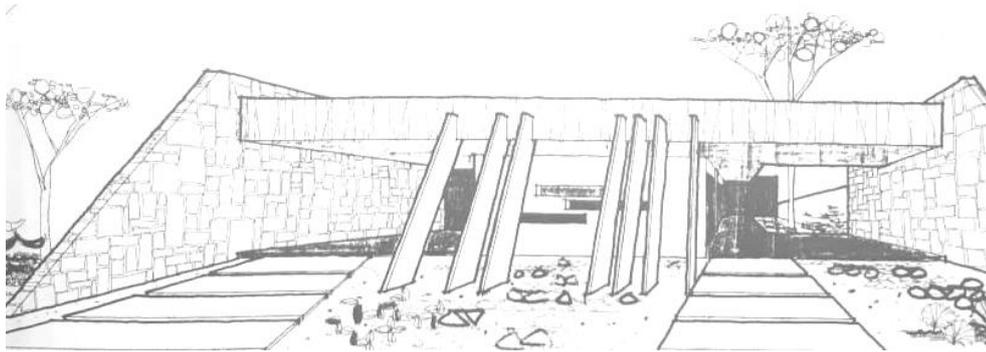
Figura 26 – (A) Antiga residência 1950 e (B) atual estacionamento.



Fontes: (A) Moura (2006) e (B) Acervo da autora (2008).

Tem-se então uma arquitetura variada, com mistura de estilos e tendências, mas bastante característica e regional. Inicia-se “a abertura de espaço para o modernismo na arquitetura (...) com os novos arquitetos recém-formados na capital, que voltam para o interior e procuram colocar em prática as tendências modernistas tão discutidas na academia e já experimentadas nos grandes centros” (MOURA, 2006, n.p.). Alguns croquis apresentados pelo seu filho, Antônio Augusto Pereira Moura, exemplificam essa prática, como ilustram as imagens abaixo (Figuras 25, 26 e 27).

Figura 27 – Croqui do Arquiteto, cliente não identificado.



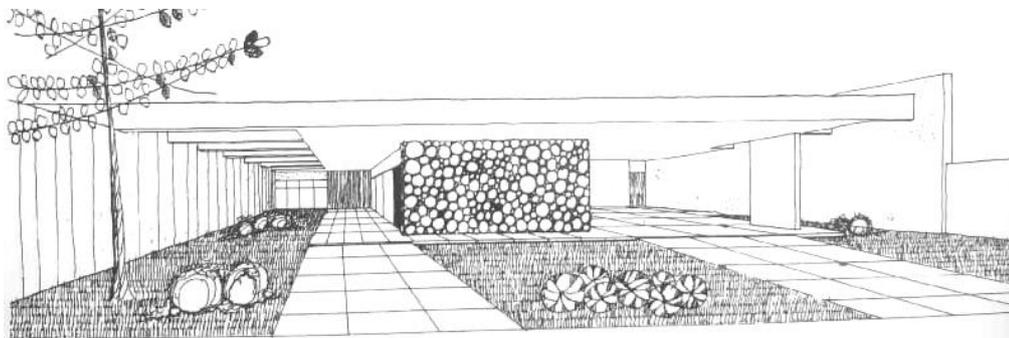
Fonte: (MOURA, 2007).

Figura 28 – Croqui do Arquiteto, cliente não identificado.



Fonte: (MOURA, 2007)

Figura 29 – Croqui do Arquiteto, cliente não identificado.



Fonte: (MOURA, 2007).

Inicialmente, o Antônio Augusto Barbosa Moura trabalhou com o arquiteto José Correia Machada realizando algumas obras em parceria. Destas obras, destacam-se o projeto da Maçonaria Deus e Liberdade e algumas residências unifamiliares. Algum tempo depois, ele abre o seu escritório e passa a executar projetos tanto residenciais quanto comerciais e públicos na cidade de Montes Claros e outras cidades mineiras.

Algumas obras, como a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim (Bocaiúva-MG), Clube Campestre (Salinas-MG) e o Mercado Municipal (Espinosa-MG) se estacam nesse período. No início dos anos 1980, o arquiteto tem algumas produções registradas no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Laguna e Tubarão. Pouco tempo depois, em 1982, ele vem a falecer (MOURA, 2007).

De acordo com registros do próprio arquiteto e de dados da prefeitura do município de Montes Claros, o acervo arquitetônico de AABM é composto de aproximadamente 70 projetos. No entanto, como alguns projetos foram desenvolvidos em parceria com outros profissionais, esse número ultrapassa as 100 obras, segundo o seu filho, o também arquiteto, Antônio Augusto Pereira Moura. O arquivo pessoal do arquiteto com o registro das suas obras encontra-se no Anexo V deste trabalho.

As obras em estudo localizam-se na da cidade de Montes Claros (região central e bairros adjacentes), com ênfase na produção do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura, não descartando a produção dos demais arquitetos que influenciaram e foram influenciados pela linguagem do movimento modernista recém adotado no interior do país.

Alguns elementos inovadores para a época como o material e a forma como foram aplicados destacam-se nas residências. É o que se pode observar na residência Roberto Durante (Figura 28(A)), o uso do guarda-corpo todo em vidro, o primeiro a ser implantado na cidade. Destacam-se ainda outros itens, como o uso de escada curva aliada aos panos de vidros na residência José Carlos Gomes (Figura 28(B)) e o jogo de volumes com uso da pedra natural na Residência Délio Bernadino (Figura 29).

Figura 30 - (A) Residência Roberto Durante e (B) Residência José Carlos Gomes.



Fonte: Moura (2007).

Figura 31 – Residência Délio Bernardino.



Fonte: Moura (2007)

Inicialmente, destacam-se essas duas obras, uma situada em um bairro ainda hoje residencial e outra na área central de Montes Claros. Ambas, residência de Antônio Carlos Amaral (1971-72) (Figura 30(A)) e residência de Geraldo Ruas Abreu (1976); (Figura 30(B)), apresentam rigor e simplicidade formal resultante do trabalho com prismas geométricos. Há uma nítida separação visual de estrutura e vedação através da caracterização feita por cores e

materiais em seu estado bruto, como o concreto e a pedra. Também é notada a presença de vigas em balanço explorando algumas possibilidades estruturais do concreto armado e, no caso da residência Antônio Carlos Amaral, a elas resultam em espaços avarandados. É possível perceber ainda o uso padronizado de caixilharia e o traçado regulador compondo as fachadas em geral.

Figura 32 - (A) Residência Antônio Carlos Amaral e (B) Residência Geraldo Ruas Abreu.



Fonte: Moura (2007).

Uma das características que diferenciam as obras foi a inviabilidade do uso de amplos panos de vidro na fachada da residência Geraldo Ruas Abreu, dada a sua implantação próxima ao passeio público. Já na residência Antônio Carlos Amaral, a utilização deste recurso criou uma integração espacial da obra com o meio, o jardim frontal. Toda essa discussão arquitetônica permite a reflexão sobre um período da história ainda próximo, os últimos 100 anos. Algo que se confunde com o atual, a preocupação anterior apenas com a conservação dos prestígios do passado já não faz mais tanto sentido. Sem a proteção do urbano “em movimento”, da ambiência na qual se estão inseridos, tal conservação seria desnecessária.

A permanência e a integralidade de certos costumes também não podem ser impostas aos futuros que habitarão esse período edificado, deve-se pensar em cada intervenção “o justo limite da junção entre o permanente e o transitório” (BARTHÉLÉMY, 1984). Precisa-se entender e saber lidar com questões como a reabilitação. Exemplo disso é o novo uso dado, por exemplo, a prédios, que em outras situações teriam sido condenados à demolição. “A questão essencial consiste em determinar qual, dentre as novas funções, poderia interessar à

sociedade de hoje, seria mais diretamente compatível com as características morfológicas e estruturais do edifício já existente” (BARTHÉLÉMY, 1984).

Tais intervenções, ao contrário do que alguns poderiam julgar como incisivas e descaracterizadoras, provam que, a adição sensata da qualidade contemporânea à do passado permite que algumas obras tornem-se ainda mais apropriadas do que nunca. Um exemplo de tal intervenção é a antiga residência Geraldo Ruas Abreu (1976), hoje adaptada ao Cartório Regional Eleitoral, que segue termo adaptação, uma vez que a edificação foi quase em sua totalidade preservada. Na fachada principal do Cartório Regional Eleitoral, nota-se a instalação de uma rampa, visando a acessibilidade, a realocação do jardim e as pequenas adaptações internas de divisórias adequadas à nova função.

A etapa final desta dissertação consistirá na análise de exemplares residenciais do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura na cidade de Montes Claros MG, aplicados ao instrumento de inventário do patrimônio cultural.

2.3 O modernismo como patrimônio cultural

A noção de patrimônio está atrelada a própria noção do ser humano habitar; essa ocupação de uma área se dá, entre outros motivos, pelo senso de pertencimento e proteção do espaço ocupado. Com o crescimento demográfico inserido nesse mesmo contexto, a evolução aconteceu não apenas no sentido individual, mas coletivo. Surge, então, a preocupação, atrelada ao dever, de propriedade cumprindo uma função social. O patrimônio pode ser separado e classificado de várias formas, destacando o patrimônio edificado (arquitetônico), patrimônio natural, patrimônio arqueológico, patrimônio artístico e patrimônio religioso. Nesta pesquisa, trabalha-se apenas com o patrimônio edificado, o direito à propriedade e seus principais reflexos no Brasil e no mundo.

O Brasil alcançou um avanço significativo em sua política de preservação do patrimônio durante a última década. Hoje, uma grande dinâmica é observada na elaboração de diretrizes e instrumentos, assim como na sua aplicação. As conquistas podem ser atribuídas tanto ao nível federal quanto local. A principal influência para esse pensamento preservacionista se destacou a partir da Constituição de 1988, quando, finalmente, os princípios modernizadores começaram a ser traduzidos em ação.

2.3.1 Os conceitos de bem cultural e patrimônio cultural

A etimologia da palavra “Patrimônio” do latim *Patrimonium* significa “bem que vem do pai e da mãe”, “o que é considerado como herança comum”; de PATER “pai” e MONIUM “condição, estado, ação”, uma palavra com raízes na área jurídica familiar, repleta de significados simbólicos. A associação a um bem histórico, no entanto, estende a sua complexidade que envolve diversas sinuosidades da cultura de um povo/região por abranger a memória coletiva e a identidade. Segundo a autora Choay (2006, p.11), “em nossa sociedade errante, constantemente transformadora pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, ‘patrimônio histórico’ tornou-se uma das palavras chaves da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade”.

Alguns autores que se propõem a discutir a noção de patrimônio, iniciam por localizá-la historicamente e dão continuidade ao estudo a partir da etimologia e das alterações de significado da palavra ao longo do tempo. A formação de patrimônios históricos e artísticos, segundo Vogt (2008, p.15), pode ser datado a partir do surgimento dos Estados modernistas, “quando monumentos do passado passaram a ser símbolos do que se desejava preservar”. Porém essa necessidade de se preservar vestígios do passado para gerações futuras, se tornou uma febre de memória, de tal forma que a precisão em relação ao seu surgimento é questionada por outros autores, como afirma Chuva (1995, p.37), “a conservação desses vestígios como herança (...) tem se colocado como uma obrigatoriedade, tamanho o reconhecimento social dessa tarefa, não somente no mundo desenvolvido, mas em todas as partes do planeta”.

Santos (2011) traz uma abordagem sobre o patrimônio vinculada ao “entendimento da relação de cada sociedade com o tempo em mutação” como ponto inicial da discussão ressaltando a necessidade que o ser humano tem de “lembrar e, conseqüentemente, de esquecer”. A autora afirma que “essa necessidade de patrimônio e de história vai se organizar de maneira irreversível na Europa Ocidental a partir do século XIX, para continuar se impondo até hoje”. Para os europeus, esse momento de reflexão, é um importante ponto não apenas de referência memorial, mas de um sentimento de nacionalidade.

Assim, se patrimônio, desde a origem, remete historicamente à ideia daquilo que é sagrado e à herança de bens de família, referindo-se à memória do indivíduo, na França pós 1789 a palavra patrimônio passa a designar também, e principalmente, os bens comuns a um grupo social, definidores de

sua identidade e, enquanto tal, merecedores de proteção, significado intimamente vinculado àquele momento histórico preciso, mas assim entendido até nossos dias (SANTOS, 2011, p. 245).

A decisão sobre o que deveria ou não ser preservado recaía principalmente sobre arquitetos, juristas, antropólogos, sociólogos, historiadores, entre outros especialistas. Cabia a eles a árdua função de determinar quais seriam os símbolos de uma nação. Fazendo uso das palavras de Bourdieu (1989), é possível inferir que os símbolos de uma nação representavam a cultura da classe dominante e serviam:

[...] para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1998, p.10).

O autor completa ainda afirmando que esse conjunto de princípios acaba por dissimular a função de divisão entre a cultura que une a cultura que separa e que “legitima as distinções compelindo todas as culturas (...) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, 1989). Preservar sempre foi uma necessidade do ser humano. As concepções de o que, para que e de como preservar é que tem se modificado ao longo dos últimos decênios. Por um lado, o fenômeno da mundialização e o desenvolvimento tecnológico como propulsores na aceleração da história, provocando como resposta a necessidade de preservar registros da memória coletiva na tentativa de eternizar o passado. De outro lado, a derrubada das fronteiras pela globalização, impondo a semelhança do mundo, instigando a valorização regional, do local, daquilo que é característico a povos e grupos sociais ou étnicos. Esses fatores combinados contribuíram para aprofundar e ampliar o conceito de patrimônio cultural.

2.3.2 Políticas e recomendações preservacionistas internacionais, nacionais e municipais

O registro do primeiro documento internacional que apresentou os princípios gerais relativos à conservação e restauro de monumentos foi resultado de uma conferência realizada na Grécia no ano de 1931. Segundo Pelegrini (2006, p.55), o Escritório Internacional dos

Museus e da Sociedade das Nações promoveram um evento, tem sido recomendado que “a utilização dos monumentos fosse capaz de assegurar-lhes a existência, destinando-os sempre a finalidades condizentes com o seu caráter histórico ou artístico”.

Os congressistas destacaram ainda o respeito em relação ao caráter e a fisionomia da cidade e, no que tange a questão das reconstituições, admitiam o emprego de materiais e recursos técnicos modernistas para a consolidação de edifícios antigos. A autora ainda alerta que, no entanto, para os meios de reforço, ficou definido que fossem dissimulados de modo a “não alterar o caráter da construção a ser restaurada, nem tampouco interferir nos seus estilos originais”. Nessa carta, de acordo com Meneses (1996, p.17), já foram citadas, inclusive, “recomendações de educação patrimonial”.

A conferência convencida de que a conservação do patrimônio e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história (...).

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude e se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam e lhe façam aumentar o interesse, de uma maneira geral pela proteção dos testemunhos de toda civilização (Meneses, 1996, p.17).

Dois anos após a realização da conferência supracitada, realizou-se também na Grécia outro evento internacional que culminou com a confecção da Carta de Atenas-1933, muitas vezes confundida com a Carta de 1931. Essa nova publicação constitui-se ainda hoje, como uma importante referência acerca da relação entre a preservação do patrimônio histórico e a crescente expansão das cidades, pois, segundo Pelegrini (2006, p.56), “insere a questão no âmbito do planejamento físico e territorial das áreas urbanas”.

Frente aos novos paradigmas da arquitetura moderna, principalmente ao crescimento acelerado das metrópoles, a referida carta usou como referência para seu estudo a experiência de trinta e três cidades dispersas no mundo, o que lhe conferiu um sentido generalizado. “Em linhas gerais, o documento ocupava-se de duas questões principais, quais sejam: da articulação entre a cidade e sua região (...) e da situação das cidades na terceira década do

século XX, especialmente (...) pela densidade demográfica e habitação” (PELEGRINI, 2006, p. 56).

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou a mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. (IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – Atenas – outubro de 1933 apud PELEGRINI, 2006).

Um dos principais pontos amplamente discutidos e questionados levantados na Carta de 1933 diz respeito ao desejo de promoção da qualidade de vida e da segurança urbana através de uma relação conceitual com os princípios da arquitetura funcionalista adotada pelos arquitetos Adolf Loos e Le Corbusier. Esse conceito defendia o exercício de quatro funções consideradas essenciais: habitar, trabalhar, circular e recrear.

Outro importante ponto levantado pela Carta de 1933 sugeria que “os monumentos e os conjuntos urbanos fossem enfocados nas suas excepcionais como documentos ou testemunhos da história”. Nesse sentido, a proposta de salvaguarda caberia apenas aqueles que constituíssem a expressão de uma cultura anterior vinculada ao interesse geral (PELEGRINI, 2006, p.56).

[...] nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico (IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – Atenas – outubro de 1933 apud PELEGRINI, 2006).

A difusão da II Guerra Mundial (1945) interrompeu várias atividades internacionais, mas no seu término teve como pauta a problemática da restauração. Alguns congressos voltados para essa temática foram realizados em Moscou no ano de 1958 e em 1961 em

Santiago de Compostela. Outras Cartas foram recomendadas, como a Carta de Veneza em 1964, que aconselhava a preservação não apenas das grandes criações, mas também das obras modestas com significação cultural; e a Declaração de Amsterdã em 1975, que propôs a extensão da noção de patrimônio não somente as construções isoladas, “mas também nos conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentassem interesse histórico e cultural”, como afirma Pelegrini (2006), posturas essas também reforçadas na Declaração de Tlaxcala (1982).

No período pós II Guerra Mundial foi fundada também a Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a se encarregar “entre tantas outras causas, da tarefa de criar instrumentos para a proteção dos patrimônios naturais e culturais existentes” (MENESES, 1996). Além da ONU, outra importante instituição foi fundada com a missão de intervir em escala mundial nos campos da educação, da ciência e da cultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – criada em novembro de 1946.

Indo contra a setorização defendida na Carta de Atenas de 1933, a Carta de Machu Picchu (1977) se constituiu como um marco na reflexão em torno da preservação e defesa dos valores culturais e patrimônio histórico-monumental, incorporando valores socioculturais nos processos de restauração e conservação. Para que a dinâmica das grandes cidades acontecesse, no sentido de se integrar ao processo urbano, a sugestão era a poli funcionalidade contextual, “abarcando soluções legais capazes de inibir a contaminação ambiental, incrementar a disponibilização do solo urbano (...) e estimular o planejamento do transporte público de massa”, afirma Pelegrini (2006, p.59-60). Nesse sentido, a Carta buscava ressaltar que a identidade de uma cidade era refletida apenas em suas características físicas, mas também nas sociológicas, propondo assim que a preservação e a conservação mantivessem os valores “(...) de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm um autêntico significado para a cultura em geral”.

Em 1972, a UNESCO aprovou em Paris a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que definia, entre outras coisas, os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse como integrantes do patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético, ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e de vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972, p.2).

Portanto, é possível notar que, se por um lado nos anos setenta e oitenta do século XX o esforço de preservação era concentrado na adaptação dos edifícios antigos aos usos contemporâneos, numa busca para manter as características originais reutilizando o seu valor patrimonial, por outro lado, a partir dos anos noventa as diretrizes iriam versar sobre a relação preservação – integração – patrimônio histórico (PELEGRINI, 2006).

No Brasil, somente a partir do Estado Novo se configurou uma política de Estado, quando se deu também a institucionalização da preservação do patrimônio cultural através da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 1937. Botelho (2006, p. 471), sobre a transformação do patrimônio cultural no Brasil afirma que “embora a preocupação com a preservação da memória nacional remonte ao surgimento do Estado independente brasileiro, é após a Revolução de 1930 que ela ganhará sistematicidade”. Afirma ainda que a criação do SPHAN foi de fato o marco inicial dessa preocupação nacional, consagrado com o Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937 (BRASIL,1937). “O Estado brasileiro tomou para si esta tarefa e, até os anos de 1970, ela ficou a seu cargo, quando órgãos começaram a surgir nos níveis estaduais e municipais, espelhados na legislação e nas práticas do SPHAN” (CHUVA, 1995, p.40).

Meneses (1996, p.22), no entanto, ressalta que anteriormente à criação do SPHAN, a Constituição de 1934, no seu artigo 148, já referenciava o patrimônio cultural ao estabelecer que cabia:

[...] à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (MENESES,1996, p.22).

Reforçando que no artigo 134 da Carta Magna de 1937, também anterior ao surgimento do SPHAN, a Constituição previa que:

[...] os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados

contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937).

Uma grande mudança no panorama sobre a nação e o ser brasileiro aconteceu com a valorização do caráter popular da cultura brasileira, levantada pela Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922. Neste contexto Chuva (1995, p.41) afirma que:

Nessa nova visão, esses intelectuais queriam encontrar uma feição própria para o Brasil e dispensar os padrões estéticos estrangeiros, que predominavam na Primeira República, buscando suas raízes e uma memória nacional (CHUVA, 1995, p.41).

O Decreto-Lei 25/1937 supracitado inicialmente elaborado por Mário de Andrade a pedido do ministro Gustavo Capanema, como afirma Botelho (2006), tinha em seu texto base diversas formas de expressão da cultura brasileira. Essa forma, no entanto, foi substituída por uma versão que incorporou apenas parte do que se pensava e, “na sua forma definitiva, o diploma legal, que regulamentou a proteção ao ‘patrimônio histórico e artístico nacional’, tomou como seu princípio basilar o instituto do tombamento”. A justificativa para tanto deveria provar que o bem em questão apresentasse excepcional valor, conforme consagrado no caput do Artigo 1º. do Decreto-Lei 25/1937:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Caput do Artigo 1º. do Decreto-Lei 25/1937).

Durante o período de 1936 a 1967, na chamada ‘fase heroica’ do SPHAN (pouco tempo depois de Secretaria e hoje de Instituto), o Brasil conseguiu imprimir uma forte marca na consolidação de uma visão particular do passado brasileiro, tendo como diretor e impulsionador o advogado, jornalista e escritor Rodrigo Melo Franco. Tal ênfase fez com que o chamado “patrimônio histórico e artístico nacional” assumisse um conjunto de características bastante identificáveis. É o que descreve Botelho (2006, p.473):

Em primeiro lugar, o claro foco no patrimônio tendia a valorizar, sobretudo, aquele originado da ação do colonizador português. Em consequência o período histórico privilegiado era o colonial, e o estilo arquitetônico por

excelência era o barroco. Havia uma forte preferência pelos monumentos religiosos e pelas construções que marcavam a presença do Estado português (fortes, casa de Câmara, e cadeia etc.). De forma apenas aparente paradoxal, construções modernistas foram rapidamente incorporadas no conjunto de bens protegidos por tombamento, gerando um evidente desprezo pelo século XIX e pelas primeiras décadas do século XX (BOTELHO, 2006, p.473).

Por um lado, o recurso cenográfico estimulado pelo historicismo, por outro, a destruição das construções originárias do século XIX sob o pretexto de serem reconhecidas como signatárias da herança francesa. Uma prática de preservação que, segundo Pelegrini (2006, p. 66) “remontavam aos pressupostos que informavam as nações de memória e de patrimônio, assentadas na ideia de que os monumentos históricos constituíam basicamente objetos artísticos- arquitetônicos e não signos da memória social”.

“Durante o Estado Novo, o SPHAN tombou 40% de todo o acervo de bens tombados e nível federal até o início do século XXI” afirma Chuva (1995, p.44). Quando comparados aos apenas oito bens tombados até 1945, o número 56 se torna alto. Sob a orientação de Capanema, Rodrigo Melo Franco e Lúcio Costa naquele momento sabiam bem o que deveria ser escolhido como patrimônio da nação. Lúcio Costa, em 1939, teve a oportunidade de enviar uma carta para Rodrigo Melo Franco, expressando critérios básicos que julgava que deveriam nortear a ação do SPHAN, definindo as obras de arte “por critérios de ‘beleza e verdade’; pela pureza de linhas e equilíbrio; sem compromisso com estilos, mas baseada em técnica atualizada, para resolver seus problemas de construção da melhor forma possível, no momento de sua produção” (CHUVA, 1995, p. 45).

A Constituição de 1946 iniciou a preocupação em relação à proteção de documentos históricos e confirmou o que havia sido estabelecido na Constituição de 1937, a responsabilidade do Estado para com o patrimônio e os bens culturais, como já mencionado. Foi, então, a partir de 1967, que a questão da preservação é retomada na Carta Constitucional, “mediante a criação de novas categorias de bens a serem preservados como jazidas e sítios arqueológicos anteriormente classificados como locais de valor histórico.” (PELEGRINI, 2006, p.66). Nesse mesmo período, o agora IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) volta à sua pesquisa para a inventariação da arquitetura e das obras de arte brasileiras. A mudança de relação entre o Estado e os produtores culturais só acontece em dezembro 1968 com a decretação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), no qual “inúmeras obras passaram a sofrer intervenções e proibições colocadas em prática por meio da ação censória do governo”.

Já no ano de 1970 acontece em Brasília a primeira reunião para discussão sobre o patrimônio, O I Encontro de governadores e prefeitos do qual resultou a confecção do Compromisso de Brasília, inspirado na Carta de Veneza (1964), que reformou o papel do Estado na proteção dos bens culturais atribuindo as universidades a “pesquisa histórica e a elaboração de inventário dos bens regionais” (CESAR e STIGLIANO, 2010).

O que se observou com a promulgação da Constituição de 1988, e consequente redemocratização do sistema político brasileiro para com os temas referentes ao patrimônio, foi um significativo avanço. Retomando alguns pressupostos preservacionistas sugeridos por Aloísio Magalhães e Mário de Andrade, “reafirmando que a ação em prol do patrimônio devia se desenvolver independente da de tombamento e com base na referencialidade dos bens” (PELEGRINI, 2006, p.68). Em concordância com isso, começa a vigorar o Estatuto da Cidade, através da Lei Federal no. 10.257, de 10 de julho de 2001.

A partir da década de 90, as políticas de preservação adotadas no Brasil, entre avanços e retrocessos, culminaram na noção de cidade-espetáculo, terminologia sugerida por Nestor Canclini e referenciada por Pelegrini (2006, p.69). Pelegrini, que afirma que, “desse modo, a associação dos bens culturais ao seu valor de mercado corroborou para profusão do consumo cultural e para transformação da paisagem historicamente construída em ‘ruínas’ patrimoniais de marketing citadino”. Não se pode negar, no entanto, que no caso brasileiro tem-se observado avanços do ponto de vista conceitual e “as ações preservacionistas tem tentando adotar uma abordagem do patrimônio centrada na visão do conjunto, buscando a integração dos bens culturais à dinâmica da cidade” (PELEGRINI, 2006, p.70).

De acordo com Porta (2012, p.25), “após setenta anos de atuação, o Iphan vem deixando para trás a imagem de órgão responsável por dizer o que não pode ser feito. Tem demonstrado (...) que a política de preservação pode e deve atuar na identificação e realização das oportunidades”. O Instituto reforça ainda que o patrimônio reconhecido pode oferecer as comunidades e para todo o país uma valorização da cultura, desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida.

Visando conhecer e tornar públicos a história, os valores e o patrimônio cultural, a Prefeitura do município de Montes Claros criou, em 1999, o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico (COMPHAC). Além da função de fiscalização, o Conselho tem como objetivo implantar as políticas de preservação do município e resgatar a memória local. Para isso, busca restaurar e conservar os bens históricos por meio do incentivo à população, aliado a ações com empresas privadas. O município possui hoje 17 patrimônios arquitetônicos

tombados, de acordo com o decreto municipal nº1761 de 28 de setembro de 1999, mesmo ano em que o município assina a lei nº 2705/99 que dispõe sobre a política cultural. De acordo com artigo primeiro desta lei, “o pleno exercício dos direitos culturais neste município é assegurado a todos, individualmente ou em sociedade, na conformidade das normas da política cultural estabelecidas nesta Lei”.

No entanto, nesse acervo, nenhuma edificação com características modernistas se faz presente. Apesar da lei citada anteriormente, só dez anos depois, em 2009, o município cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, através da lei nº 4195/09, que dispõe no Art. 1º: “Fica criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio do Município de Montes Claros – MG (...) com o objetivo de financiar as ações de preservação e conservação a serem realizadas no patrimônio cultural material e imaterial protegido”.

2.3.3 Recomendações e práticas de conservação no patrimônio moderno – Inventário

Existe hoje uma grande diversidade de ações de preservação do patrimônio cultural. No entanto, segundo Pádua (2013), muitas dessas ações ainda são realizadas sem levar em consideração os motivos fundamentais do ato, mesmo havendo cartas, teorias e intensos debates sobre o tema. Preservar a cultura de um lugar significa abranger muito mais do que simplesmente a edificação, significa cuidar da memória e da cultura a ela associada.

Dessa forma, intervir em um patrimônio edificado, seja para quaisquer finalidades: preservação, manutenção, restauração e revitalização, por exemplo, estando em um contexto modernista ou não, é um processo complexo, no qual o conhecimento deve ultrapassar as teorias e as cartas, abrangendo principalmente os valores a serem preservados (PÁDUA, 2013).

Tratando sobre a arquitetura moderna especificamente, há uma tendência em desqualificar as metodologias de restauração arquitetônica internacionais, descritas como pouco flexível frente a riqueza material e diversificada do acervo modernista. (TIRELLO e COSTA, 2017). Grande parte dos ícones do Movimento Modernista, cuja proximidade com o tempo presente tira o encantamento exercido pelas edificações do passado, relaciona-se ainda com a dificuldade de valoração, com a pouca significância memorial e com a capacidade de criar sentimento de pertença, o que dificulta o entendimento de como as recomendações para preservação, colocadas nos documentos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), possam ser utilizadas como parâmetros de intervenção.

Alguns ícones da arquitetura moderna no país, no entanto, tiveram um reconhecimento precoce como patrimônio cultural nacional, como, por exemplo, a Igreja da Pampulha e o Ministério da Educação (MEC), ações que foram ao encontro das intenções do SPHAN de promover a arquitetura moderna. Segundo Pádua (2013, p.61), “são muitos os argumentos utilizados para justificar a invalidez das teorias de restauro em obras do século XX, como, por exemplo, a suposta efemeridade dessa arquitetura, que legitimaria o abandono ao respeito pela autenticidade do material”. Outro argumento, ainda segundo a autora, é a ênfase na característica serial dos elementos utilizados, que acabam sendo mal interpretados como falta de originalidade, e a reprodutibilidade do produto interpretada como perda da condição de raridade.

Diante de tais circunstâncias, a seleção e a catalogação de documentos dos bens, sejam eles: projetos, fotografias, memoriais descritivos, etc. são de extrema relevância para a sua preservação. Os documentos reunidos deixam de ser apenas a representação do patrimônio e passam a ser parte integrante do bem preservado. A organização não - governamental DOCOMOMO (*International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of Modern Movement*), fundada em 1988 na Holanda tem como objetivo a documentação e a preservação das criações do Movimento Modernista na arquitetura, urbanismo e nas manifestações afins. Assim, isso estimula o interesse sobre o legado da arquitetura e se responsabiliza por este recente patrimônio.

São muitas as direções do debate de como conservar a arquitetura moderna. Para Tirello e Costa (2017, p.85), no entanto, não é preciso formular novas teorias, “o que precisa ser revisto é a postura filosófica frente aos bens analisados, identificando neles valores plenos de objeto cultural para que as comunidades se reconheçam e assegurem o apoio necessário à conservação”. Devendo, portanto, as práticas de conservação dos bens tangíveis se adequarem às mudanças culturais e evolução tecnológicas.

De forma geral, as intervenções em edificações históricas podem ser enquadradas em dois grupos: intervenções de cunho preventivo e cunho corretivo. As intervenções preventivas são ações contínuas de preservação desde o período pós-contrução, e as corretivas, por sua vez, são adotadas quando algum problema já se estabeleceu. No Brasil, segundo Silva (2013), as intervenções mais adotadas são as corretivas. Complementando, segundo Kuhl (2008), é de grande importância esclarecer alguns termos referentes a intervenção em patrimônio cultural, evitando assim um desrespeito a historicidade do bem. A intervenção deve ser sempre de

conservação e/ou restauro. O uso de qualquer outro termo, como “*retrofit*” ou “reciclagem” não possui um embasamento teórico-metodológico, sem um apuro técnico necessário.

Em relação aos instrumentos jurídicos que buscam a promoção e preservação do patrimônio cultural, além da desapropriação e registro, destacam-se também o tombamento e o inventário. No entanto, o inventário não possui uma regulamentação infraconstitucional federal como os demais, o que, segundo Campos (2013), não justifica o uso dos efeitos típicos e restritos do tombamento. O artigo nº 24 da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; [...] IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (BRASIL, 1988, n.p.).

Por meio da lei nº 939 de 2011, o estado de Minas Gerais, buscando suprir a ausência quanto à regulamentação do Inventário, define em seu artigo 3º:

O inventário consiste na identificação das características, particularidades, histórico e relevância cultural, objetivando a proteção dos bens culturais materiais, públicos ou privados, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros (ALMG6, 2012, n.p.).

Portanto, nessa descrição minuciosa, a listagem dos bens significa “inventariar”, conforme afirma Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2012), em concordância com a definição estabelecida pelo estado de Minas Gerais. A Unesco (1972) também compartilha da mesma opinião em relação ao inventário como instrumento de conhecimento de bens culturais. Na cidade de Montes Claros, a metodologia aplicada na realização do inventário segue as diretrizes recomendadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Segundo o Plano de Inventário da cidade de Montes Claros (2013), “um instrumento de caráter permanente, dinâmico e sistemático, visando registrar as manifestações humanas e também as potencialidades naturais (...), o inventário parte do princípio de que: para proteger temos que conhecer. Para conhecer temos que inventariar”.

Ainda segundo Plano municipal (2013), o objetivo do inventário é servir como instrumento para a política de preservação, através de diretrizes com ações claras e viáveis para a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico. A classificação dos bens,

segundo as instruções do IEPHA subdivide-se em: Bens Imóveis, Integrados, Móveis, Arquivos, Patrimônios Arqueológicos, Sítios Naturais e Imateriais. O modelo de ficha aplicado aos Bens Imóveis, objeto de análise deste trabalho, encontra-se no Anexo IV.

3 PESQUISA EMPÍRICA / METODOLOGIA

3.1 Pesquisa de dados locais

O levantamento das obras envolveu pesquisa em arquivos, jornais, revistas, bem como em dados da prefeitura, mapoteca e biblioteca municipal, além de entrevista com moradores e acesso ao acervo da família.

Uma vez que o arquiteto morreu precocemente, após apenas 13 anos de produção, não se fez um recorte temporal. Todas as possíveis obras do artista que compõem o acervo foram identificadas. Dessa maneira, definido o objeto de análise, iniciou-se uma primeira pesquisa de campo, antes mesmo da elaboração da dissertação. Nesse momento algumas casas se destacaram no tecido urbano ou por manterem suas características originais ou por terem sofrido modificações desastrosas, o extremo oposto. Nessa fase, foram realizadas visita às casas cujo acesso era facilitado, como por exemplo a residência José Geraldo Bicalho, local de vivência da autora durante cinco anos (Figura 31).

Figura 33 – Fotos internas da residência José Geraldo Bicalho.



Fonte: Acervo pessoal (2018)

Associados a esse registro, foram identificadas outras casas que chamavam a atenção por possuírem características de linguagem modernista próxima às obras do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura (Figura 32), mas sobre as quais não se tinha muitas informações sobre: o arquiteto, o proprietário, o ano de produção, etc. Formava-se inconscientemente, uma preferência pelo estudo das residências unifamiliares em dois sentidos: primeiro, pelo número

significativo dessas construções no contexto urbano da cidade e, segundo, porque muitas estavam passando por processos descaracterizadores e/ou sendo demolidas.

Figura 34 - Fotos de residências com características da linguagem modernista.

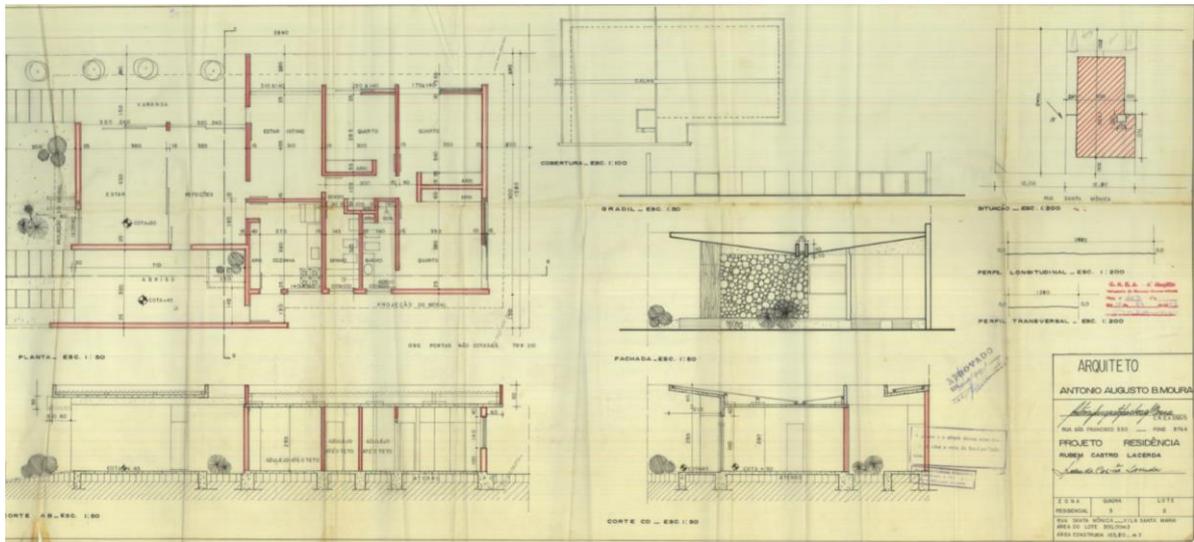


Fonte: Acervo pessoal (2018)

Com a experiência de morar na residência José Geral Bicalho, e conhecendo o arquiteto que a projetou, o objeto de pesquisa e o recorte temporal estavam então definidos, coincidentes com o período de maior expressão em termos de disseminação da arquitetura modernistas em cidades do interior do país: a década de 1960 e 1970.

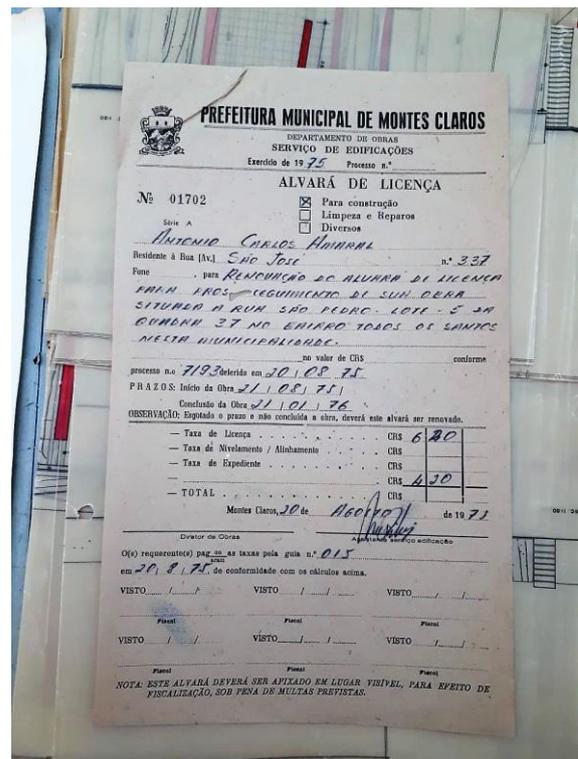
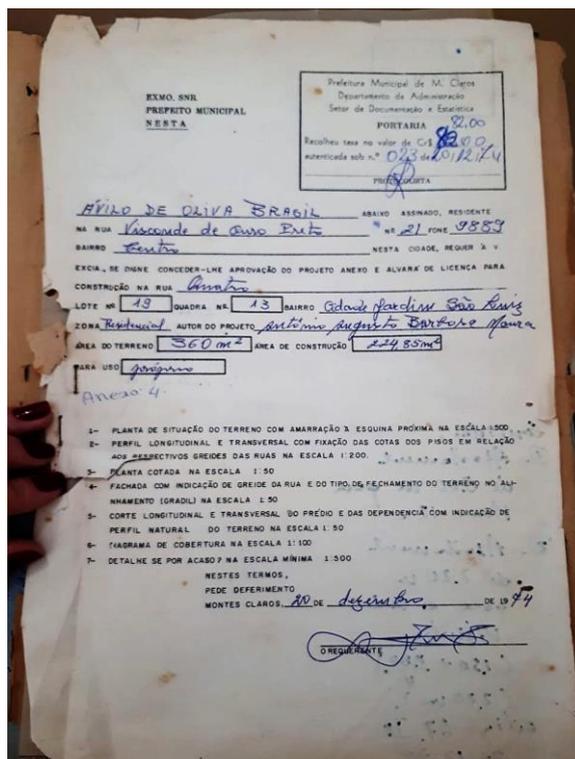
Através de uma pesquisa na Secretaria de Infraestrutura Urbana, foram levantados os nomes de todos os proprietários de casas aprovadas pelo arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura. Com essa lista em mãos, iniciou-se uma busca pelos projetos inicialmente na Mapoteca do município, onde foram encontrados alguns dos projetos listados (Figura 33). No entanto, parte do acervo foi perdido; os funcionários justificaram a falta de controle das administrações anteriores. Os projetos identificados estavam separados em pastas por ano, nome do arquiteto e endereço; bem como os dados referentes à aprovação: itens a convidar, alvará de construção, dados de registro, etc. (Figura 34).

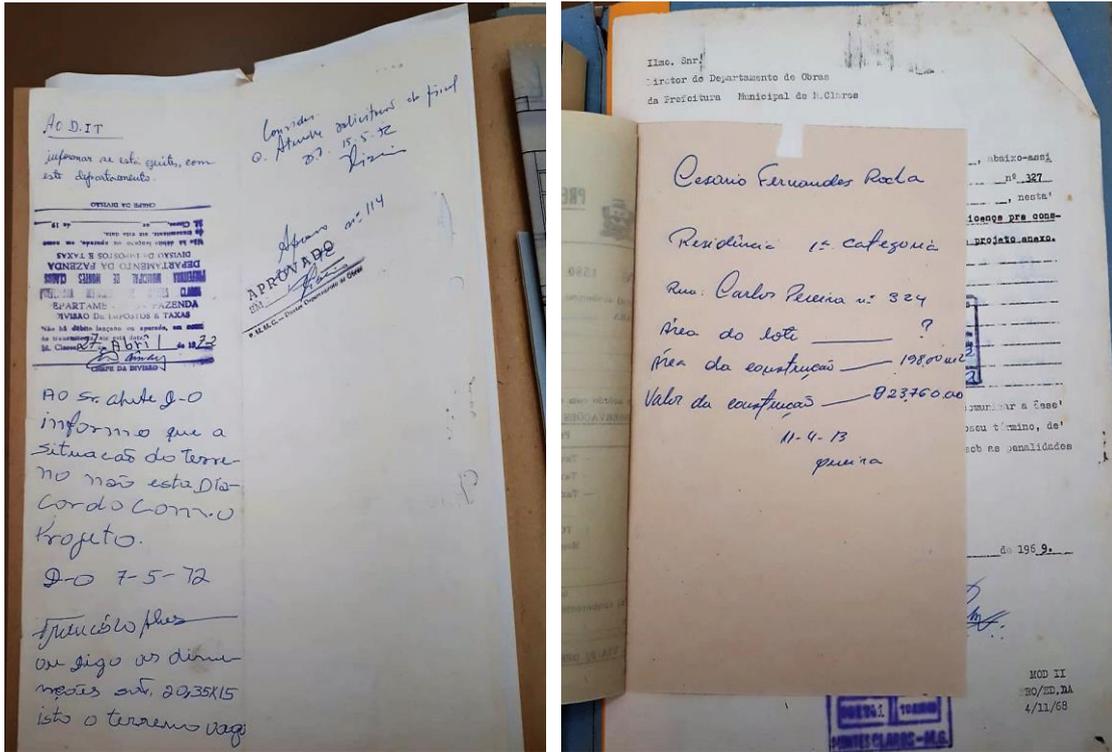
Figura 35 - Projeto residência Rubem Castro Lacerda.



Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros (2017)

Figura 36 – Registros das casas na Prefeitura Municipal.

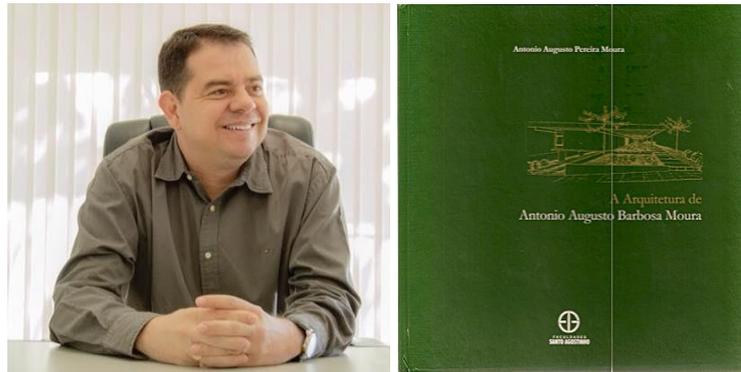




Fonte: Acervo pessoal (2017)

A pesquisa no arquivo foi extensa, e primordial. Primeiro, pelo fato de se tratar de uma fonte fidedigna, o que garante a precisão das datas, endereço e demais dados referentes à obra; segundo, porque dispõe dos projetos originais. Assim, a pesquisa se estendeu ao longo da elaboração da dissertação. Após a pesquisa no acervo municipal, foi realizada uma entrevista com o arquiteto Antônio Augusto Pereira Moura (Figura 35), autor do único livro, até então publicado, sobre as obras do pai: As obras de Antônio Augusto Barbosa Moura. O filho disponibilizou parte do currículo do pai, em que o próprio datilografou e manuscreeveu as suas obras (Anexo IV).

Figura 37 - Antônio Augusto Pereira Moura e o livro *A Arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura*.



Fonte: Acervo da Família Moura.

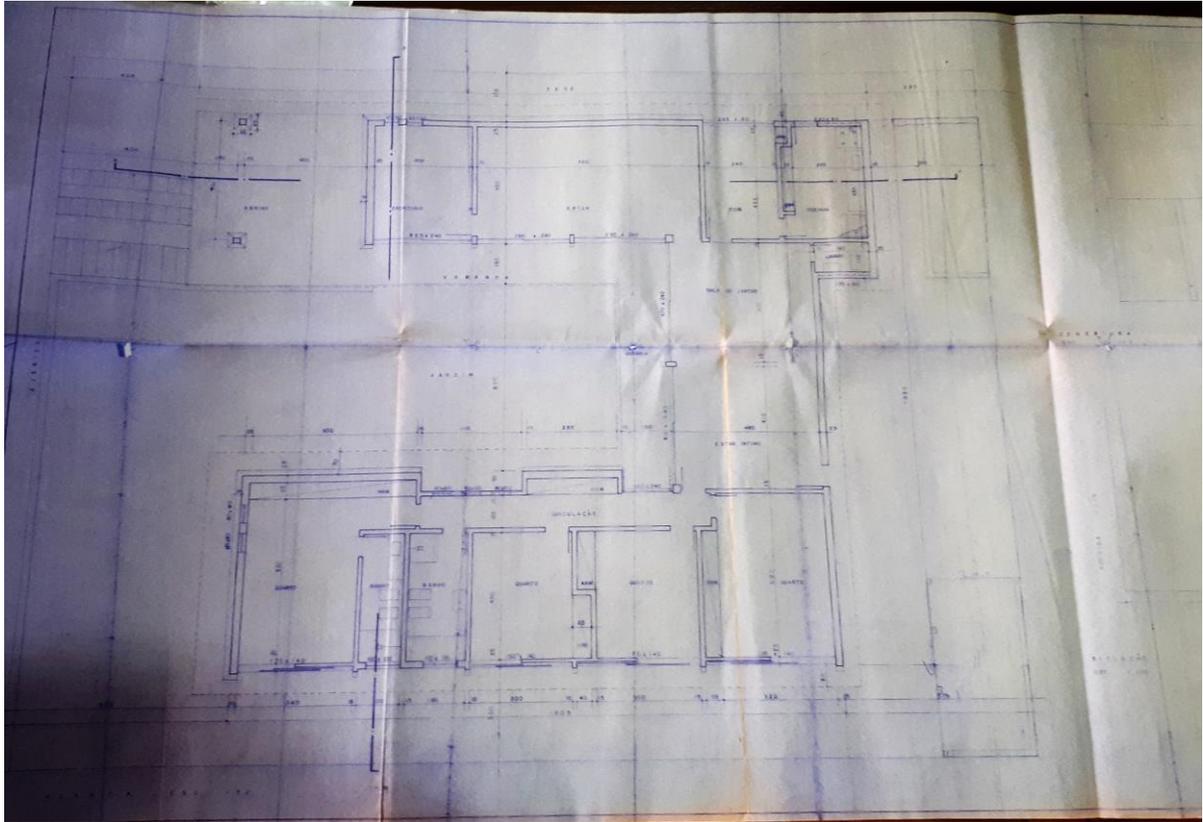
Foi possível também identificar, com o Antônio A. Pereira Moura, a cópia de alguns projetos que não tinham sido encontrados no acervo municipal, o que fortaleceu ainda mais a pesquisa e a completude dos dados (Figura 36). Com os registros em mãos, iniciou-se uma busca pelos endereços, para localização das residências, bem como o registro fotográfico. Como alguns bairros ainda não tinham o nome das ruas definido no projeto original, a informação se restringia ao lote a quadra. Isso fez a pesquisa voltar aos registros municipais atrás dos mapas de loteamento do município (Figura 37).

Identificados, os projetos foram todos digitalizados e a partir da dissertação, disponibilizados virtualmente, bem como os dados das obras e um pouco sobre a história do modernismo. A digitalização foi importante, até mesmo para a própria preservação dos registros, já que as pranchas se encontravam dobradas e anexadas à pasta com grampos. Com o material em mãos, a dissertação se encaminhou para pesquisa das fichas de inventário na Secretaria de Cultura do Município, montagem das fichas-base (Apêndice I) e análise crítica dos elementos modernistas.

Os modelos estudados para as residências foram, em especial, as fichas elaboradas pelo IPHAN, as do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INPAC) do Rio de Janeiro e as do DOCOMOMO, bem como o modelo adotado pelo município de Montes Claros, seguindo a metodologia do Iepha/MG (ver anexo). Alguns desses modelos se apresentam mais detalhados, outros, como a ficha mínima do DOCOMOMO mais simples. No entanto, todas estão com as informações registradas de forma sequencial. As fichas se apresentam com uma

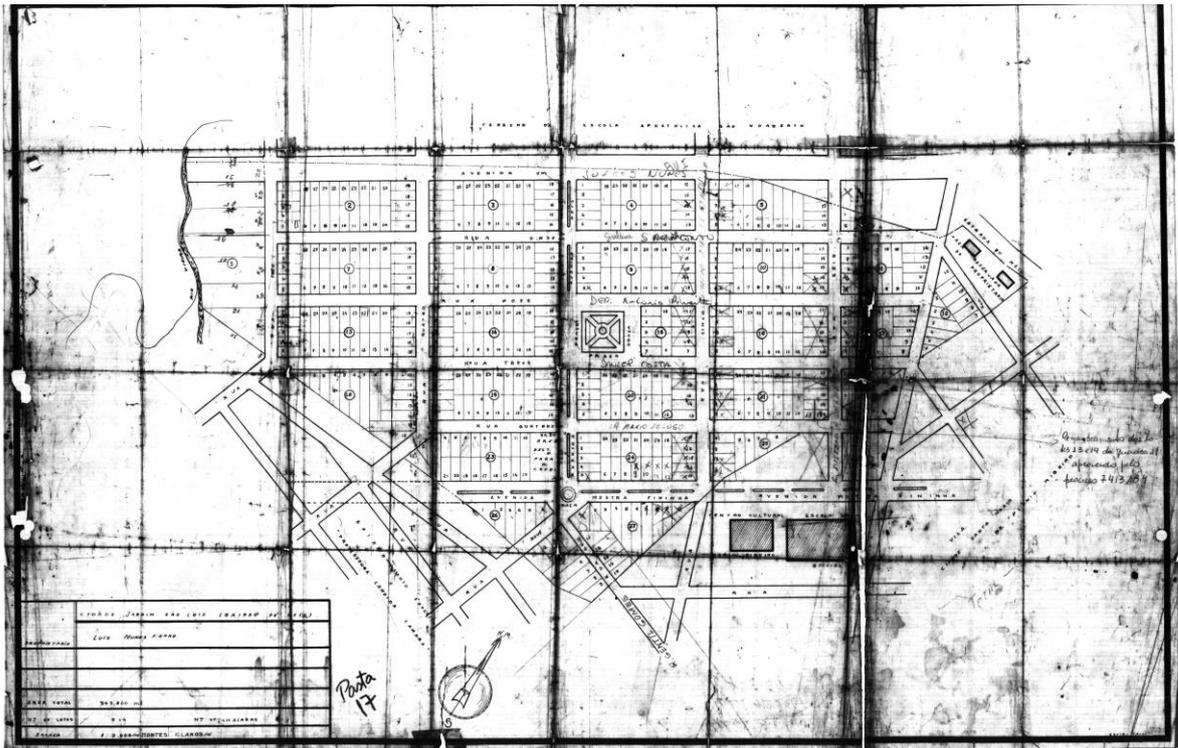
forte característica de dados cadastrais, sem uma especificidade em seu campo de análise em relação ao período em destaque: o modernismo.

Figura 38 - Planta da residência Elias Siufi – recentemente demolida.



Fonte: Acervo da Família Moura.

Figura 39 - Mapa de Parcelamento do solo do bairro São Luís.



Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros (2018).

Para a sistematização dos dados coletados no Arquivo Municipal, nas visitas em campo e das informações adicionais que porventura viessem a surgir criou-se uma ficha-base que sintetiza esse material. O esquema de diagramação ilustra a organização da ficha, as cores foram utilizadas para delimitar os grupos de dados/informações contempladas.

Figura 40 – Ficha Base

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 01	
1. LOCALIZAÇÃO	4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS Figura I:
2. DADOS DO PROJETO	
1.1 Designação:	Figura II:
1.2 Endereço:	
1.3 Zoneamento:	
3. CARACTERIZAÇÃO	Figura III:
2.1 Tipologia Arquitetônica:	
2.2 nº de pavimentos:	
2.4 Uso original:	
2.5 Uso atual:	
Referência:	

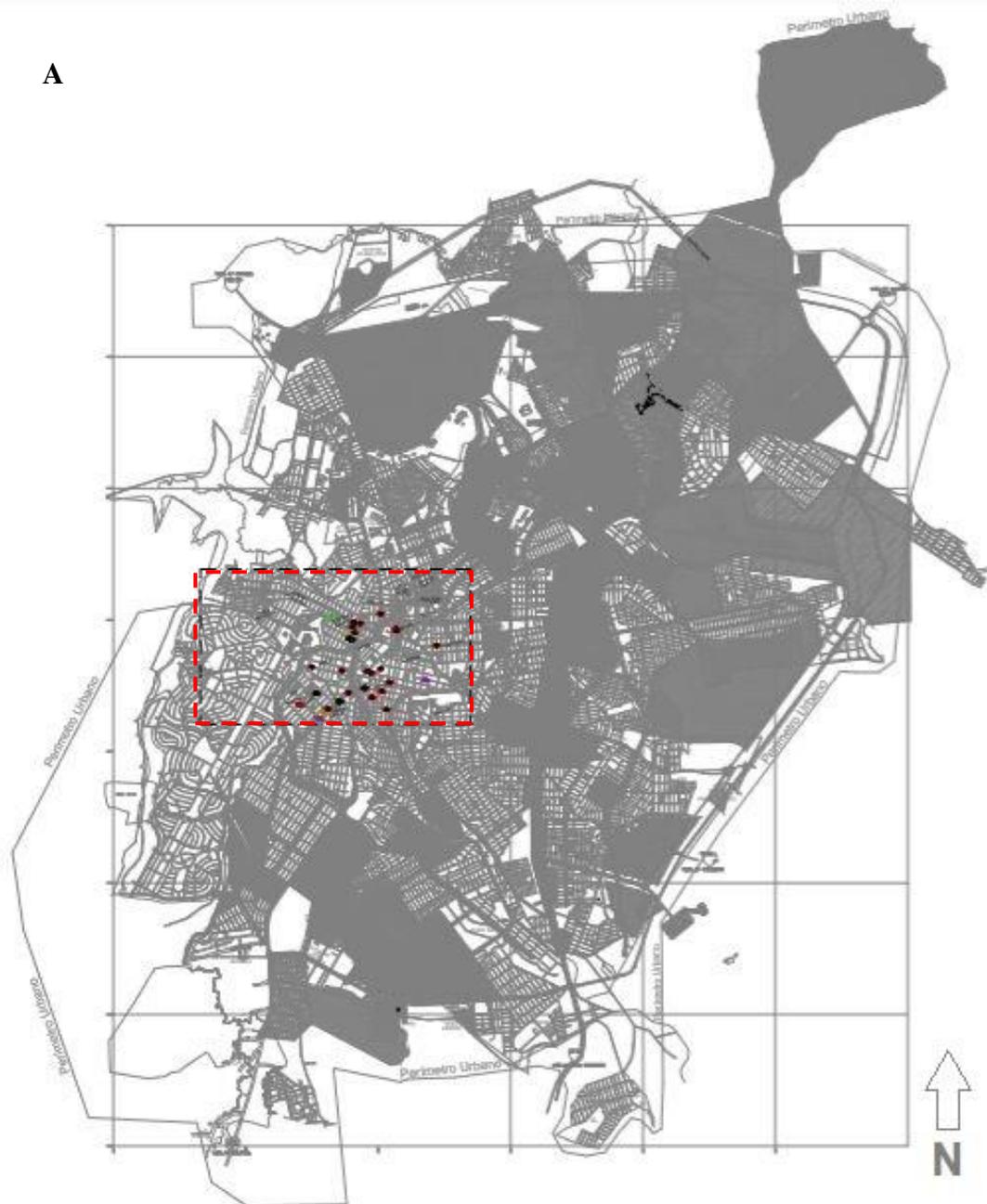
Legenda:

-  - Localização da residência (foto aérea com indicação);
-  - Dados do projeto (designação, endereço, zoneamento);
-  - Caracterização (Tipologia arquitetônica, número de pavimentos, uso original, uso atual);
-  - Desenhos e fotografias (foto de identificação e projetos).

Fonte: Autoria própria (2018).

Considerando o registro na Prefeitura Municipal de Montes Claros dos projetos do arquiteto Antônio Moura foi possível identificar 35 residências unifamiliares, objeto de estudo dessa dissertação. Algumas, no entanto, já foram demolidas, outras não apresentam projeto e/ou fotografias do ano de construção. Esses dados estão mapeados nas fichas-base (Apêndice I). No mapa abaixo (Figura 39) é possível visualizar a localização das residências citadas acima, bem como a relação de proximidade entre elas. A numeração e o nome dos proprietários se encontram na Figura 38. O critério adotado para numeração das casas levou em consideração o ano de aprovação do projeto, em ordem crescente a partir da primeira casa em abril de 1969.

Figura 41 - Mapa do município de Montes Claros/MG. Localização das residências.



Fonte: Autoria própria (2018).

Tabela 1 - Relação das residências identificadas no mapa (Figura 39).

	PROPRIETÁRIOS	ENDEREÇO	DATA
01	CESÁRIO TERMANDO ROCHA	Rua Carlos Pereira - Centro	ABRIL/1969
02	ELIAS SIUFI	Avenida Mestra Fininha com Rua Dr. João Chaves - Jardim São Luiz	OUT/1969
03	WALDIR SENA	Rua Santa Lúcia com Rua São José, nº 213 - Todos os Santos	ABRIL/1970
04	ANTÔNIO MEIRA DA SILVA	Rua Santa Maria com Rua São Pedro - Todos os Santos	ABRIL/1972
05	DÉLIO BERNARDINO	Bairro São José	SET/1972
06	RUBEM CASTRO LACERDA	Rua Santa Mônica, nº 91 - Todos os Santos	SET/1972
07	ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA MOURA	Rua Santa Bernadete com Rua São José, nº81 - Todos os Santos	NOV/1972
08	JOSÉ ABÍLIO	Rua São Pedro - Todos os Santos	MARÇO/1973
09	JOÃO DE DEUS CANDIDO NETO	Rua Benjamin dos Anjos - Melo	ABRIL/1974
10	GENÉSIO TOLENTINO FILHO	Avenida Juarez Nunes - Jardim São Luiz	AGO/1974
11	JOÃO GONÇALVES GODINHO	Rua Germano Gonçalves com Rua Gregório Veloso - São José	SET/1974
12	PACÍFICO RODRIGUES SOARES	Praça Honorato Alves - Centro	OUT/1974
13	ÁVILO DE OLIVA BRASIL	Rua Quatro com Rua Doze - Jardim São Luiz	DEZ/1974- JAN/1975
14	ANTÔNIO CARLOS AMARAL	Rua São José com Rua Santa Bernadete, nº337 - Todos os Santos	AGO/1975
15	JOSÉ GERALDO BICALHO	Rua Tapajós, Nº 170 -MELO	AGO/1975
16	MARCO ANTÔNIO ZUBA MARCONDES	Praça Capitão Enéas - Centro	MAIO/1976
17	DJALMA FREITAS	Rua Geraldina Sarmiento Mourão - Jardim São Luiz	FEV/1977
18	FRANCISCO JOSÉ ZUBA MARCONDES	Praça Capitão Enéas - Centro	ABRIL/1977
19	CRISTOVÃO DE OLIVEIRA BARRETO	Rua São Mateus - Todos os Santos	NOV/1977

Tabela 1 - Relação das residências identificadas no mapa (Figura 39).

	PROPRIETÁRIOS	ENDEREÇO	DATA
20	ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA MOURA	Rua Olimpio Dias de Abreu - Jardim São Luiz	1977?
21	JOSÉ CARLOS GOMES	Rua Francisco José Souto, nº 96 -Todos os Santos	JAN/1978
22	DÁRIO GONÇALVES DE OLIVEIRA	Rua São Pedro, nº 141 - Todos os Santos	JUN/1978
23	ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA MOURA	Rua Edmundo Dias com Rua Januária - Centro	MAR/1979
24	ANÍSIO SANTOS	Praça Honorato Alves - Centro	s/d
25	DEMERVAL OLIVEIRA	Avenida Mestra Fininha	s/d
26	GERALDO RUAS ABREU	Rua João Souto com Rua Corrêa Machado - Centro	s/d
27	IBSEN ALCÂNTARA	Todos os Santos	s/d
28	JOAQUIM ARMANDO DE BARROS	Rua Dona Eva, nº 20 - Centro	s/d
29	JOSÉ COSTA	Rua Januária - Centro	s/d
30	JOSÉ DOS SANTOS ALMEIDA	Rua Dona Eva, nº20 - Centro	s/d
31	JOSÉ MARQUES DE SOUZA	Avenida Mestra Fininha	s/d
32	MANOEL ALVES	Avenida Mestra Fininha	s/d
33	MANOEL FAGUNDES DE OLIVEIRA	Rua Barão do Rio Branco - Centro	s/d
34	ROBERTO DURANTE	Avenida Afonso Pensa nº 380	s/d
35	VALDEMIRO FAGUNDES	Avenida Mestra Fininha	s/d

Fonte: Autoria própria.

4 RESIDÊNCIAS MODERNISTAS

4.1 As obras de Antônio Augusto Barbosa Moura

Antônio Moura desenvolveu ao longo de 13 anos de intensa atividade na cidade de Montes Claros, com diferentes tipologias arquitetônicas. A sua produção envolve desde edifícios de uso múltiplo, a edifícios de apartamentos, hotéis, igrejas e residências, sendo estas últimas o foco principal da pesquisa. Segundo a arquiteta Viviane Marques (MOURA, 2007, p.14), “Em seu trabalho, o sentido da forma marca a arquitetura em que as relações internas e externas condicionam a estrutura e a identidade singular de cada projeto”.

E é sob esse mesmo olhar que o seu filho, também arquiteto, Antônio Augusto Pereira Moura, classifica e subdivide a produção do pai em duas fases: a primeira, envolvendo a produção do início dos anos 1970 e a segunda, o final dos anos 1970.

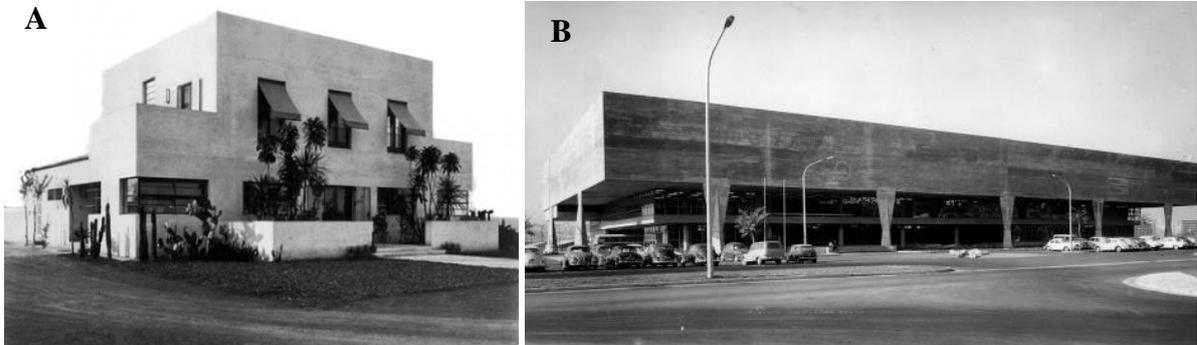
Observa-se a presença de muitas características já descritas pelo movimento em sua composição, principalmente no que se refere à predominância da geometria na formalização estética geral e nos detalhes; isso se segue também nos materiais utilizados, como o revestimento cerâmico, as pedras naturais e os panos de vidro.

Analisando as características da Arquitetura Moderna brasileira nos dias de hoje é possível assinalar dois fatores que contribuíram para sua formação: o primeiro, está relacionado aos problemas de insolação e o segundo, ao desenvolvimento de uma técnica avançada de uso do concreto armado. Este segundo fator teve como resultado não apenas estruturas mais leve, mas também uma significativa economia de material.

Duas características marcantes da arquitetura brasileira podem ser associadas a esses fatores, são elas: os grandes fechamentos em vidro, protegidos por brises quando necessário, e o uso de estruturas livres com o térreo aberto, sobre pilotis, características que indicam a influência de Le Corbusier, principalmente após a sua vinda ao Brasil.

O Brasil conta com um número significativo de representantes da arquitetura modernista, com obras e características marcantes. Nomes como Gregori Warchavchik, Affonso Eduardo Reidy, João Vilanova Artigas, Lina Bo Bardi, Rino Levi, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, entre outros se destacam neste cenário. Sendo as principais características: a ausência do ornamento, como é possível observar na fachada da Casa Modernista do arquiteto Warchavchik (Figura 40(A)), bem como a planta livre, as formas geométricas e a cobertura plana da Faculdade de arquitetura da USP do Artigas (Figura 40(B)).

Figura 42 – (A) Casa Modernista e (B) Faculdade de Arquitetura da USP.



Fonte: Claro (2008) e Perrone (2016)

É possível ainda destacar a presença de cobogós e a interação com a paisagem, como na obra do Conjunto Pedregulho do arquiteto Reidy em 1947 no Rio de Janeiro (Figura 41). A arquiteta Lina Bo Bardi também apresenta em suas obras importantes características dessa arquitetura modernista brasileira, com uma forma simples, direta e sem acabamento sobre os materiais, como é possível observar nas obras do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP) e na casa de vidro (Figuras 42 e 43).

Figura 43 – Conjunto do Pedregulho.



Fonte: Archdaily (2018).

Figura 44 – MASP – SP.

Fonte: Archdaily (2018).

Figura 45 – Casa de Vidro.

Fonte: Archdaily (2018).

Ainda é possível destacar o pioneiro na exploração das possibilidades construtivas e plásticas do concreto armado, associada às demais características listadas acima, o arquiteto brasileiro, Oscar Niemeyer, considerado um dos mais influentes da arquitetura modernista brasileira. Uma das melhores obras para exemplificar todos esses pontos é o recentemente tombado conjunto da Pampulha na capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte (Figura 44).

Figura 46 – (A) Igreja São Francisco de Assis, (B) A Casa do Baile, (C) e (D) Museu de Arte (antigo Cassino).



Fonte: Archdaily (2018).

Considerando então a obra do Arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura, pode-se estabelecer, segundo seu filho Antônio Augusto Pereira Moura, fases no que se refere à estética de sua produção:

Numa primeira fase de seu trabalho, analisando inicialmente as residências, podem-se enumerar alguns pontos e elementos comuns. As obras desse primeiro período mostram um profissional fortemente influenciado por uma formação nos moldes modernistas da época pós-Brasília e vindo de uma Europa também passando por revoluções. MOURA (2007, p. 34).

As características que mais se destacam são: cobertura em laje plana impermeabilizada ou cobertura por telha em fibrocimento oculta por platibanda. Tomando essa platibanda formatos variados em cada uma das obras, de acordo com partido adotado. As vigas aparentes, como elemento de composição, além de cores variadas e materiais na marcação dos planos da fachada. Outro elemento notório e evidente nas obras é a preferência pelo uso de pedras naturais, revestimentos cerâmicos e planos de vidro, de acordo com MOURA (2007). É possível destacar tais características em algumas obras, como a cobertura

oculta em platibanda nas residências Marco Antônio Zuba Marcondes e Délio Bernadino (Figura 45).

Figura 47 – (A) Residência Marco A. Z. Marcondes e (B) Délio Bernadino.



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 48 – (A) Residência Genésio Tolentino e (B) Geraldo R. Abreu.



Fonte: Acervo da autora (2018).

As vigas aparentes como elemento de composição nas residências Genésio Tolentino e Geraldo Ruas Abreu (Figura 46). Além das pedras naturais, revestimentos cerâmicos e peles de vidro, exemplificado nas residências José Carlos Gomes, Pacífico Rodrigues e João Gonçalves Godinho (Figuras 47 e 48).

Figura 49 – (A) Residência José Carlos Gomes e (B) Pacífico Rodrigues.



Fonte: Acervo da autora (2018).

Figura 50 – Residência João Gonçalves Godinho.



Fonte: Acervo da autora (2018).

A fachada se destaca quase sempre por um jogo de volumes, com avanços e recuos. “O equilíbrio entre os elementos que fazem parte do repertório formal do arquiteto é observado, quando se repara a disposição das aberturas, vãos, materiais e outros componentes” (MOURA, 2007, p. 35). A preocupação com o entorno imediato e o uso de algumas vegetações para o paisagismo também são marcantes. A integração entre a arquitetura e as áreas verdes se mostra presente tanto nos afastamentos frontal e lateral como em áreas internas, sob o formato de jardins de inverno. As espécies mais comuns adotadas

são: agaves, arecas-bambu, bromélias e dracenas (Figura 49), identificadas nas residências Antônio Carlos Amaral e Roberto Durante.

Figura 51 – Espécies Vegetais.



Fonte: Google Imagens (2018).

Figura 52 – (A) Residência Roberto Durante e (B) Antônio Carlos Amaral.



Fonte: Acervo da autora (2018).

As residências estudadas e analisadas apresentam grande parte das características modernistas não apenas adotadas nas capitais do país, mas também nas referências europeias. Nota-se a geometria na composição volumétrica, a laje plana impermeabilizada, o uso de platibanda, a estrutura aparente, os grandes planos de vidro, os revestimentos nas fachadas

(como a pedra e a cerâmica), além da integração entre paisagismo e arquitetura. É notável, porém, a degradação em parte das residências, que sofreram com a ação do tempo e a falta de manutenção ao longo dos anos. Percebe-se também nas residências o fechamento em parte da área térrea; uns para fins comerciais, e outros por necessidade de maior espaço interno da habitação.

Naquela época a questão da orientação solar e dos ventos dominantes já era uma preocupação, bem como a separação dos setores por função (social, íntimo e serviço), como é possível observar na análise realizada na planta térrea da residência José Geraldo Bicalho (Figura 51). Os ambientes de serviço (cozinha, área de serviço, banheiros) foram posicionados na fachada oeste e os ambientes de longa permanência (quartos e salas) foram posicionados na fachada leste; bem como o jardim de inverno, espaço destinado ao convívio familiar.

Figura 53 – Planta da Residência de José Geraldo Bicalho.

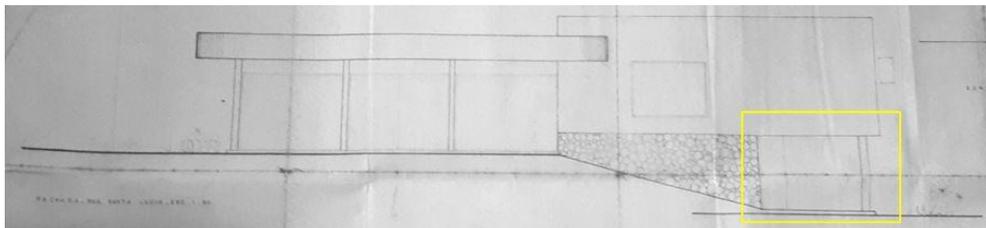


	Jardim
	Setor Social (Sala de Estar e Sala de Jantar)
	Setor Serviço (Garagem, Cozinha e Lavanderia)
	Setor Íntimo (Sala de TV íntima, Quartos e Banheiros)
	Alteração (ampliação da Sala de Jantar)

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Montes Claros (2018).

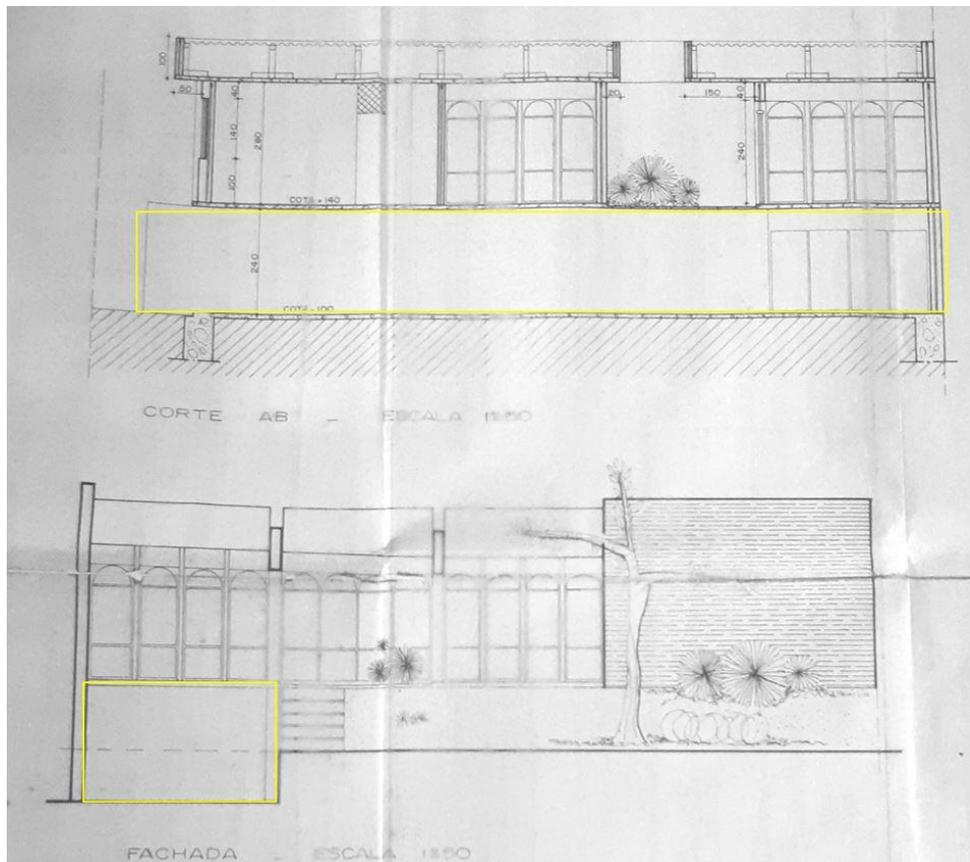
É possível identificar ainda, estabelecendo uma relação com os cinco pontos de Le Corbusier (de grande significado para o estilo modernista), quatro deles presentes na obra montesclareense do Antônio Moura. A construção em pilotis, elevando a construção em relação ao nível da rua, criando um edifício suspenso e uma relação vazada que propicia e relação exterior/interior, como é possível observar nos cortes da residência Geraldo Ruas Abreu e na fachada da residência Waldir Sena (Figuras 52 e 53).

Figura 54 - Fachada da residência Waldir Sena.



Fonte: Acervo pessoal do filho AAPM, modificado pela autora (2018).

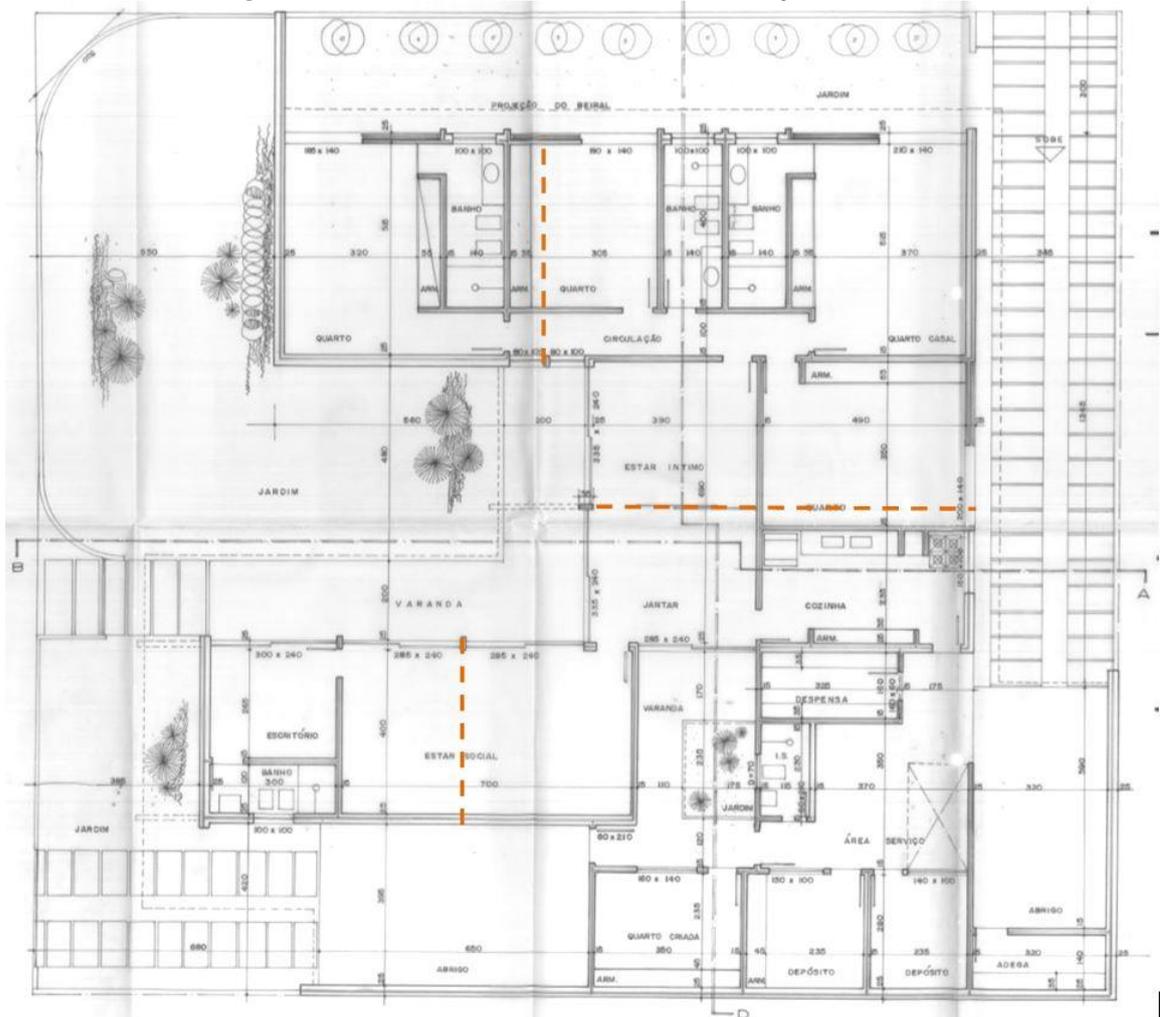
Figura 55 - Cortes Longitudinal e Transversal da residência Geraldo Ruas Abreu.



Fonte: Acervo pessoal do filho AAPM, modificado pela autora (2018).

O segundo ponto observado é a planta livre da estrutura, que permitia a livre posição das paredes; já o terceiro ponto é a fachada livre da estrutura, onde os pilares não necessariamente se alinham com as paredes, como indicado na residência João Gonçalves Godinho (Figura 54).

Figura 56 - Planta do térreo da residência João Gonçalves Godinho.



Fonte: Acervo pessoal do filho AAPM, modificado pela autora (2018).

E por fim, o quarto ponto observado é a janela em fita, recorrente nas fachadas, fortalecendo a horizontalidade da edificação, como é possível identificar na residência José Carlos Gomes (Figura 55). O terraço jardim não foi identificado nas edificações.



Figura 57 - Residência de José Carlos Gomes.



Fonte: Acervo da autora (2018).

5 INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO DE CONSERVAÇÃO

De acordo com o Plano de Inventário de Montes Claros (2013), a identificação dos bens passíveis de inventário terá como base de apoio o histórico do Município. O inventário tem como objetivo conhecer a origem, o apogeu e o declínio da sociedade. Conseqüentemente identificando as edificações, objetos, costumes e traçados urbanos com significado e valor vivenciado pela sociedade. O conhecimento dos bens que compõem o acervo para preservação representa um contínuo processo de pesquisa e documentação, cabendo ao inventário, portanto, mostrar-se como um instrumento dinâmico e de atualização permanente, bem como uma constante vigilância da situação dos bens. Para tanto, o Inventário do Patrimônio Cultural da cidade, segundo o Plano de Inventário da cidade de Montes Claros (2013), segue quatro etapas. São elas: a Identificação do Acervo, as Fichas de Identificação, o Arquivamento e a Disponibilização.

Primeira Etapa: Na Identificação do Acervo utilizam-se critérios de investigação para se obter os dados considerados indispensáveis para evidenciar representatividades do objeto de proteção. Nesta etapa são realizadas as seguintes atividades: pesquisa histórica e temática, reconhecimento do território a ser inventariado, e levantamento de campo(...).

Segunda Etapa: O fichamento de dados, que consiste em registro de Fichas de Identificação, dados coletados na fase anterior ou em fases posteriores. Compreendendo o tratamento de dados com cruzamento de informações do levantamento de fontes de campo: montagem da planta cadastral,

preenchimento de fichas, seleção e vinculação de fatos, etc. Não existindo uma planta cadastral de base, deve-se fazer a representação esquemática do lugar. Estes dados constituem as bases a serem inventariadas em etapa posterior.

Terceira Etapa: Arquivamento é a guarda das informações levantadas, previstas para serem processadas em memória de computadores e conjugadas com arquivos de iconografia e de projetos do órgão (negativos, positivos, fotografias, levantamentos gráficos, mapas, etc). Compreende a organização sistemática dos dados coletados em bases textuais, iconográficos, cartográficos cujas referências devem ser apresentadas nos registros dos bancos de dados.

Quarta Etapa: Disponibilização do Inventário no último ano do trabalho para a valorização, planejamento e pesquisa, entendimento das potencialidades e promoção de processos educativos (MONTES CLAROS, 2013, p.45-46).

5.1 O inventário como instrumento de pesquisa

Este estudo é especialmente adequado para a avaliação das edificações que, mesmo não tendo um encaminhamento para o tombamento, atendem a vários critérios do Plano Diretor de Patrimônio Cultural, coincidentes com a Lei nº 2705 de 22 de abril de 1999 que dispõe sobre a política cultural do município de Montes Claros e dá outras providências. Analisando agora a obra do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura sob os critérios de uma ficha de Inventário (Quadro 1) é possível perceber que as principais características listadas acima, com referência ao estilo modernista, não se fazem presente na avaliação.

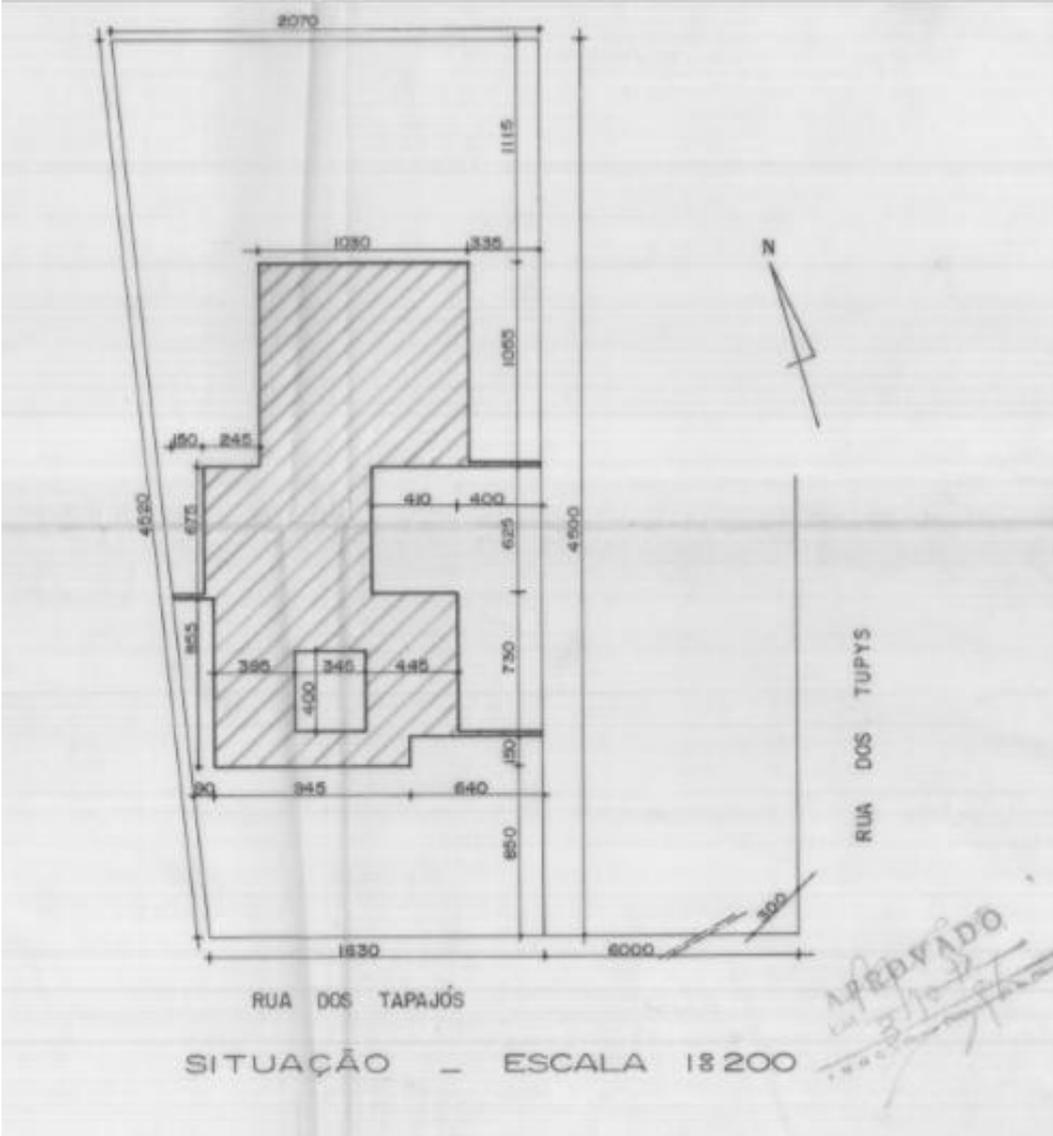
Quadro 1 – Ficha de Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Montes Claros/MG.

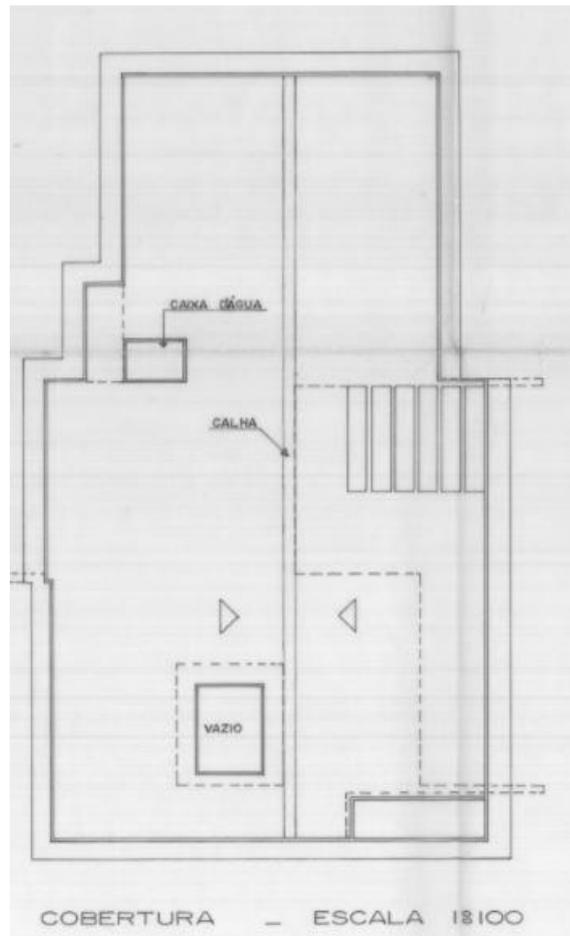
	INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG	
B1 – Bens Imóveis Ficha nº 01		
1. Município: Montes Claros	2. Distrito: Sede	
3. Designação: residência unifamiliar		
4. Endereço: Rua Tapajós, nº 170. Melo		
5. Proprietário / situação de propriedade: Solange Alves Lacerda		
6. Responsável: Solange Alves Lacerda		
7. Situação de Ocupação: própria		
8. Análise do entorno – A residência está situada em um terreno em declive o que favoreceu a implantação em dois níveis, sem a presença de grandes vegetações, apenas jardins.		
A rua na qual ela está inserida apresenta outras edificações com gabarito médio de um a dois pavimentos, antigas		

residências que foram adaptadas para comércio de bairro.

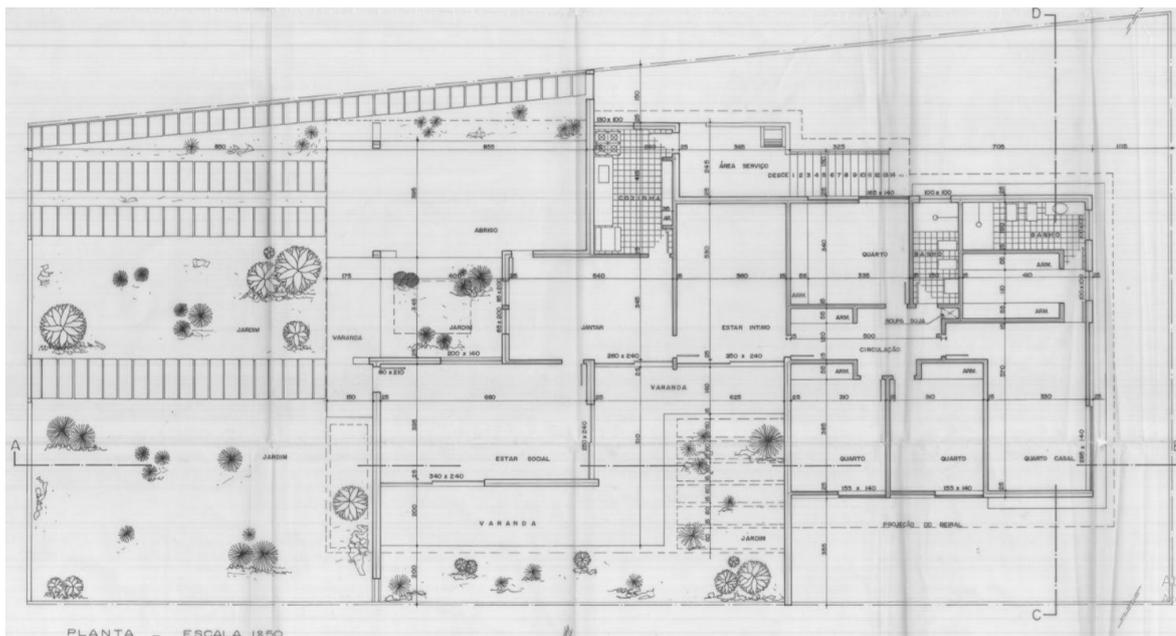
As residências vizinhas apresentam estilos variados, sem uma predominância.

Quadro 1 – Ficha de Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Montes Claros/MG.

	INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG	
B1 – Bens Imóveis Ficha nº 01		
9. Documentação Fotográfica:		
 <p style="text-align: center;">SITUAÇÃO – ESCALA 1:18200</p> <p style="text-align: center;">Situação</p>		

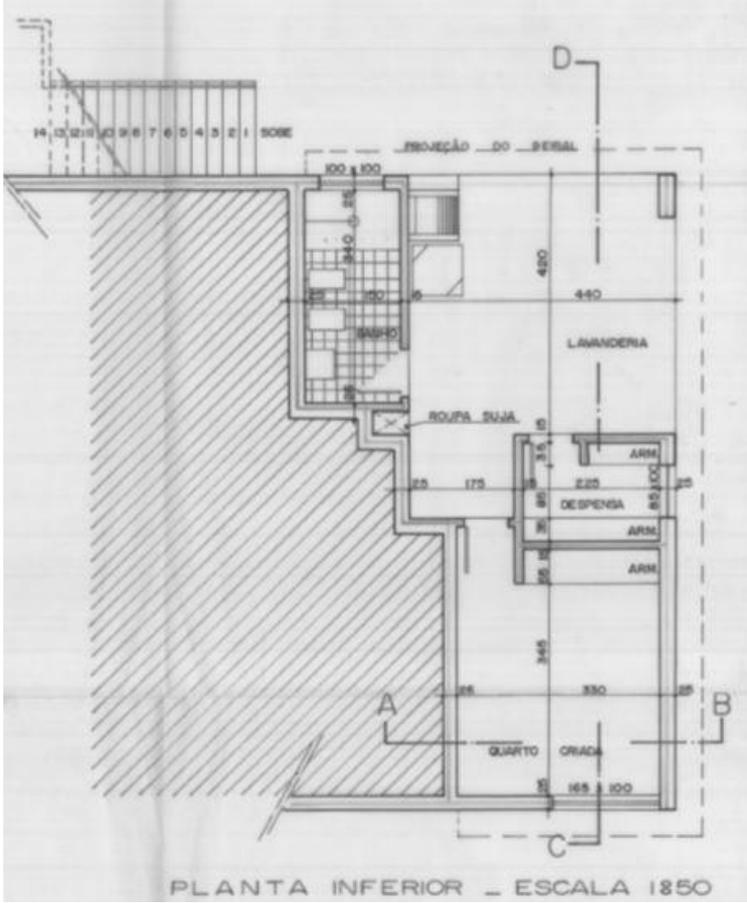
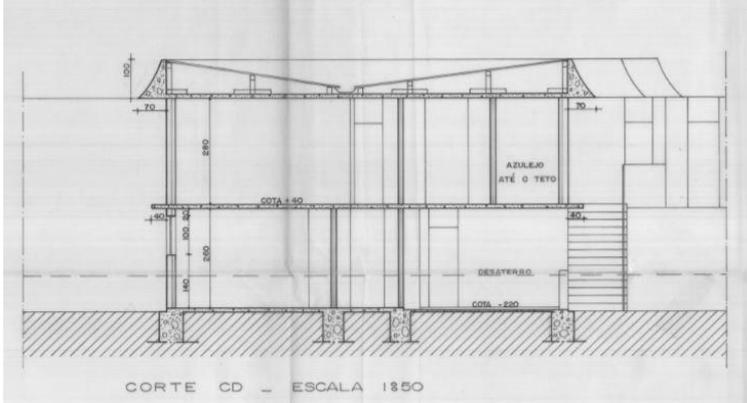


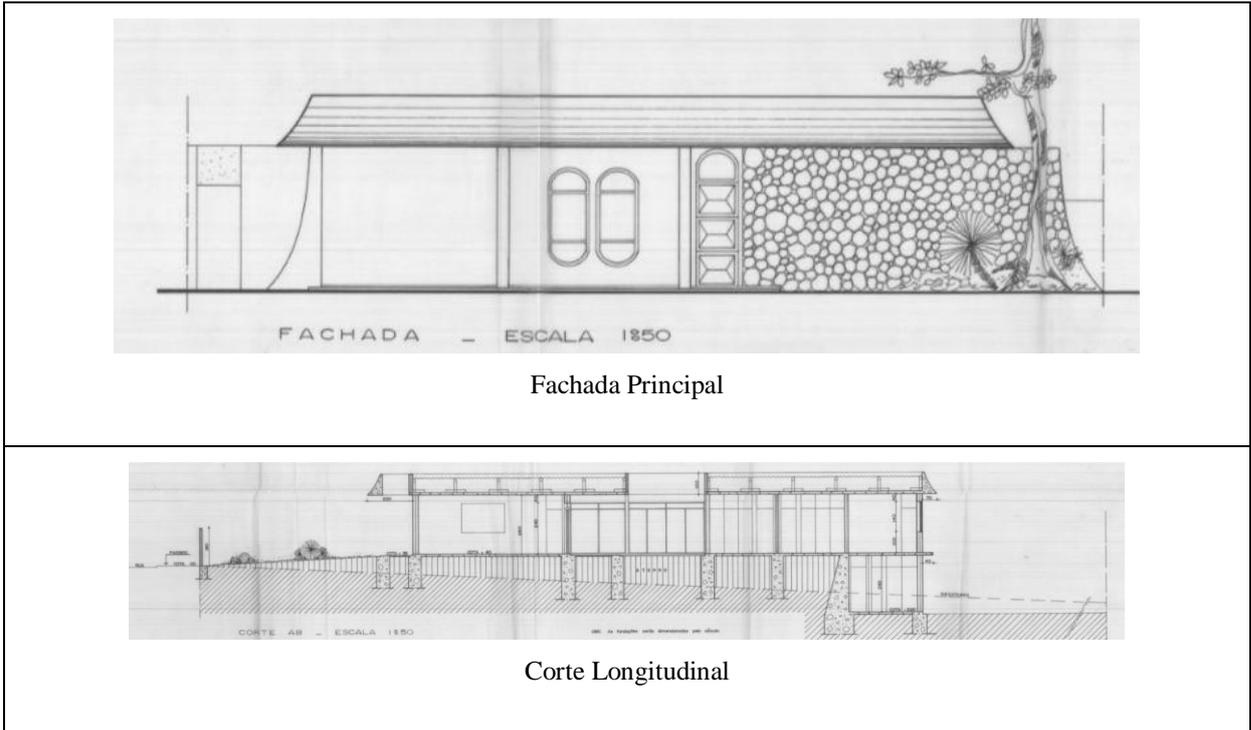
Planta de Cobertura



Planta Térreo

Quadro 1 – Ficha de Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Montes Claros/MG.

	INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG	
B1 – Bens Imóveis Ficha nº 01		
<div style="text-align: center;">  <p>PLANTA INFERIOR – ESCALA 1:850</p> </div> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"> <p>Planta Subsolo</p>  <p>CORTE CD – ESCALA 1:850</p> </div> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"> <p>Corte Transversal</p> </div>		



Fachada Principal

Corte Longitudinal

Quadro 1 – Ficha de Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Montes Claros/MG.

	<p>INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG</p>	
<p>B1 – Bens Imóveis</p>		
<p>Ficha nº 01</p>		
<p>Imagem aérea – Google Maps</p>	<p>Fachada Frontal</p>	



Detalhe Revestimento Garagem

Sala de Jantar com ampliação

Quadro 1 – Ficha de Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Montes Claros/MG.

	<p>INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG</p>	
<p>B1 – Bens Imóveis</p>		
<p>Ficha nº 01</p>		
<p>Sala de TV Íntima e escada acesso aos quartos</p>	<p>Detalhe estante na sala de TV</p>	



Detalhe em madeira sala de
Estar e acesso ao jardim

Fachada lateral esquerda da edificação

Quadro 1 – Ficha de Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Montes Claros/MG.

	<p>INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG</p>	
<p>B1 – Bens Imóveis Ficha nº 01</p>		
<p>Jardim de inverno e detalhe parede revestida em pedra</p>		

Quadro 1 – Ficha de Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Montes Claros/MG.

	INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG	
B1 – Bens Imóveis Ficha nº 01		
<p>10. Histórico: A casa foi projetada pelo arquiteto norte mineiro Antônio Augusto Barbosa Moura, e construída no ano de 1972, para ser a residência do Senhor José Geraldo Bicalho. É um dos poucos exemplares da arquitetura modernista na cidade de Montes Claros. Moura foi um importante arquiteto dos anos 60, 70 e início dos 80 na cidade. Influenciado pela escola federal de arquitetura (UFMG) e pelos arquitetos italianos que teve contato após a sua formação. A casa possui grande valor arquitetônico, e inspirou a construção de vários imóveis dentro deste padrão, representando um marco inovador nos projetos arquitetônicos. Faz parte do rol de imóveis de Arquitetura Moderna que pretende conservar-se como um conjunto que representa um período e uma linguagem arquitetônica da cidade.</p> <p>“A aproximação com a visão de Wright, no uso de grandes beirais prolongando o espaço interno, as janelas até a laje, a preocupação com a textura dos materiais e a planta quadrada mostram a base cultural do arquiteto completa e rica de questionamentos e de liberdade” Viviane Marques (MOURA, 2007)</p> <p>Atualmente pertence à senhora Solange Alves Lacerda e apesar das modificações externas, mantém a sua planta interna preservada, apenas com a ampliação da sala de jantar (modificação que foi realizada durante a execução).</p>		
11. Uso Atual: Residência		
<p>12. Descrição: O imóvel faz parte do grupo das 35 obras residências modernistas identificadas do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura na cidade de Montes Claros / MG. Ele apresenta o seu uso preservado, com apenas algumas descaracterizações na planta e área externa.</p> <p>A ampliação da sala de jantar, apesar da ocupação da área externa, manteve o alinhamento e as características da fachada existente, foi uma ampliação realizada durante a execução da obra, portanto o telhado e demais características foram preservadas. A ampliação da área construída no afastamento posterior para a criação de suítes para aluguel é reversível e não alterou a planta.</p>		
13. Proteção Legal Existente: Nenhuma		
14. Proteção Legal Proposta: Inventário		
15. Estado de Conservação: Bom		
<p>16. Análise do Estado de Conservação: A residência apresenta um bom estado de conservação; a cobertura e os revestimentos foram mantidos e preservados pelos moradores, bem como os fechamentos em vidro e os jardins.</p>		
17. Fatores de Degradação: Desgaste natural dos materiais		
18. Medidas de Conservação: Manutenção preventiva da edificação		
19. Intervenções: Ampliação da sala de jantar de construção de suítes no afastamento posterior (sem vínculo construtivo com a edificação principal).		

Quadro 1 – Ficha de Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Montes Claros/MG.

	INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG	
B1 – Bens Imóveis Ficha nº 01		
20. Referências Bibliográficas: MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura . Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.		
21. Informações Complementares: Não há		
22. Ficha Técnica: Levantamento realizado em Novembro e Dezembro de 2018 Revisão realizada em Janeiro de 2019 Equipe: Dayodara Teixeira Reis Rebello, Antonio Lafetá Rebello Neto e Bruna Alesxandra Matula		

Fonte – Secretaria de Cultura do município. Adaptado pela autora (2018)

O senso de pertencimento, a memória, o resgate da identidade de um local, entre outros sentimentos estão vinculados à imagem construída pela população de um determinado edifício e/ou de um determinado conjunto. A Carta de Veneza de 1964, realizada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, defendeu a preservação não apenas da criação arquitetônica isolada, mas também do conjunto. Em seu Art. 1º, a Carta (1964, p. 1-2) apresentava:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações, mas também às modernas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CURRY, 2000, n.p.).

As fichas de Inventário de Conjunto Arquitetônico, de acordo com a Carta de Veneza (1964), podem ser utilizadas como instrumento de valorização e reconhecimento. No entanto, em relação à preservação das residências modernistas, o que é acrescido na Ficha em termos de análise, não fortalece as características da obra, serve-se apenas para especificar o tipo de proteção: “isolada ou conjunto”.

6 CONCLUSÕES

Desde o princípio da pesquisa buscou-se enfatizar o seu principal objetivo, que é a identificação das obras e elementos característicos da linguagem modernistas em residências unifamiliares presentes no trabalho do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura, na cidade de Montes Claros, no período compreendido entre de 1960 a 1980. Foi necessário estabelecer um recorte temático e cronológico para que se pudesse compreender essa produção de forma íntegra, sem cogitar a exclusão de obras que, em algum momento, pudessem parecer menos significativas do que as outras, reforçando o valor e o reconhecimento dessa arquitetura no contexto da cidade.

O trabalho buscou discutir temas relevantes para o enfrentamento de questões como o (re)conhecimento e a preservação do patrimônio arquitetônico modernista. Através de estudos de caso, pretendeu-se, de alguma forma, exemplificar algumas situações referentes a esse enfrentamento. Esta dificuldade de intervenção em arquiteturas recentes é sintetizada por Moreira (2010, p.184), que diz: “Na conservação da arquitetura moderna, é preciso encontrar um equilíbrio entre a autenticidade do espaço e o respeito pela autenticidade material”. É importante que se preserve também as intenções projetuais da arquitetura para futuras gerações; o registro, as fotos, as plantas originais, até mesmo as pessoas que tiveram contato com o arquiteto/construtor e os primeiros usuários, só fortificam a identificação dessas estratégias projetuais.

Em relação à estrutura do trabalho, cada capítulo buscou enriquecer essa discussão sobre a preservação de arquiteturas recentes, mas sempre com foco nos projetos. Apesar da pesquisa abarcar a “arquitetura modernista”, em especial a do arquiteto em questão, reconhece-se que, em todo o território nacional figura uma grande diversidade de representantes cujos caminhos divergem dos exemplos abordados.

Assim como na Arquitetura Moderna no âmbito mundial, a arquitetura montesclareense apresenta espaços mais abstratos e geométricos, na busca de uma organização funcional e racional. O estudo da forma adotado vai ao encontro com a arquitetura Moderna Brasileira, que insere elementos nacionais as normas internacionais. O ornamento, assim como nas capitais e grandes centros no país, foi reduzido ao revestimento das paredes em azulejo ou pedra. No mais, a arquitetura é sóbria, limpa e repleta de grandes vãos planos de vidro. Numa visão utilitária dos projetos analisados do Antônio A. B. Moura, percebe-se que a circulação foi reduzida e a setorização da casa bem distribuída, indicando sua praticidade.

Há algumas décadas, a arquitetura do século XIX vem sendo estudada e reavaliada, passando por esse período de quebra de preceitos. Isso tem contribuído, certamente, para o surgimento de uma nova consciência sobre a proteção de restauração do patrimônio cultural. Essa arquitetura tem suas raízes presentes na sua formação de valores sociais, simbólicos e culturais, representante de uma época de significativas transformações econômicas. Preservar vai além de manter as raízes culturais do lugar, são registros e documentos vivos da memória de uma cidade.

A construção do inventário de bens imóveis e, sequencialmente, uma análise da edificação em seu contexto mais amplo são etapas fundamentais no processo de registro de bens culturais. Esforços são necessários no sentido de incentivar a preservação e viabilizar ações municipais nesse sentido, uma vez que o inventário não possui regulamentação infraconstitucional, fica sob a responsabilidade dos municípios e estados suprir tal lacuna, exercendo os seus respectivos poderes de legislar, além de um processo constante de revisão dos modelos de fichas existentes para melhor adequação à arquitetura e às características do período.

Além disso, o registro através do inventário tem por finalidade, propiciar maior conhecimento do lugar, das pessoas e das edificações, visto que o conhecimento da história oferece base para entender o presente. A hipótese sobre até que ponto as fichas de inventário refletem o reconhecimento do modernismo como patrimônio e as possibilidades de preservação enquanto bem patrimonial foi verificada e, no entanto, percebeu-se que as diversas configurações de ficha existentes não contribuem especificamente para tal período histórico, a falta de itens característicos da linguagem modernista acabam não fortalecendo e/ou estimulando a preservação de tais obras. Verifica-se ainda, uma escassez de estudos referentes ao objeto, impedindo que ações que assegurem sua manutenção sejam devidamente postas em prática.

O conhecimento é o primeiro passo para a conservação, pois não se conserva o que não se conhece. Nesse sentido, o registro dessa pesquisa apresenta subsídios para contribuir com uma maior conscientização sobre a necessidade de preservação desse patrimônio como documento histórico e arquitetônico. Sendo fortalecido pelo valor enquanto conjunto, como apresentado pela Carta de Veneza (1964), estimulando ainda a criação de um caminho entre as obras. Acredita-se, no entanto, que muitas das discussões, abordagens e aproximações, norteiem novos estudos que tenham como interesse a preservação do patrimônio arquitetônico modernista desse recorte temporal. A moradia desempenha um papel relevante no cotidiano e

na formação do espaço, o que levou a elegê-la como foco de aprofundamentos. Por fim, é possível afirmar que os estudos, mesmo com suas limitações não se invalidam, pelo contrário, só tendem a reforçar, somando aos já existentes, o reconhecimento e a preservação da arquitetura modernista brasileira.

7 SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

De acordo com os entendimentos adquiridos na dissertação, sugere-se para novas pesquisas:

- Criar uma nova etapa no Inventário de Patrimônio Cultural da cidade;
- Inserir na ficha de inventário as características das obras para valorização da Arquitetura Modernistas local;
- Realizar o *as built* das edificações que não possuem projeto.
- Digitalizar os projetos existentes para auxiliar na proteção e controle de futuras intervenções e adaptações.

REFERÊNCIAS

ÁBALOS, I. **A boa-vida: visita guiada às casas da modernidade**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2003.

ALBERTON, J. O. **Influência modernista na arquitetura residencial de Florianópolis**. Florianópolis, 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2006.

ARGAN, G. C. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARRUDA, A. M. V. A Popularização dos Elementos da Casa Moderna em Campo Grande, MS. In: 6º SEMINÁRIO DO COMOMOMO – BRASIL, 2003, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Docomomo Brasil, 2003.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Projeto de lei 939 de 2011: Ex- Projeto de Lei nº 1.698/2007**. Minas Gerais, v. 11, n. 12, 2011.

AYMONINO, C. **La vivienda racional**. Barcelona: G. Gilli, 1973. 313p.

BARTHÉLÉMY, J. Nosso Patrimônio no Ano 2000. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília / DF, n.20, p.108-111, 1984.

BENEVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BERDINI, P. **Walter Gropius**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1994.

BLASER, W. **Mies van der Rohe**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BOESIGER, W. **Le Corbusier**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOTELHO, T. R. Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: Uma análise do ICMS Cultural de Minas. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 4, n.1, p. 471-492, jan./jun. 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRANDÃO, V. B. **Brasília, a cidade patrimônio e sua escala residencial: preservar o quê? E por quê?**. Brasília, 2013. 450 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

BRANDÃO, L. L. **A casa subjetiva**. Cuiabá: E. Perspectiva, 2002.

BRASIL, H. O. **História e Desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Leme, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1937)**. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, jul. 1937.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 35 ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Decreto - Lei nº25, de 30 de novembro de 1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2015.

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASILEIRO, V. B.; SALLES, C. T. C. A casa é uma máquina de morar (?): analisando a casa modernista. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v.14, n.15, p.92-114, 2007.

CAMARGO, M. J. Residências modernas: Patrimônio ameaçado. In: 7º SEMINÁRIO DOCOMOMO - BRASIL, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Docomomo Brasil, 2006.

CAMARGO, M. J. Residências modernas: Patrimônio ameaçado. In: 7º SEMINÁRIO DOCOMOMO - BRASIL, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Docomomo Brasil, 2006. p.18.

CAMPOS, Y. D. S. C. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des)caracterizadores de seu fim. **Revista CPC**, São Paulo, n.16, p. 001-208, maio/out. 2013.

CARVALHO, F. A casa do homem do século XX, In: DEPOIMENTO DE UMA GERAÇÃO. 2013, São Paulo. **Anais...**São Paulo: Cosac &Naify, 2003.

CASTRIOTA, L. B. (org.). **Arquitetura da Modernidade**. Belo Horizonte: UFMG/IAB, 1998.

CAVALCANTI, L. **Moderno e brasileiro**: A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAVALCANTI, L.; LAGO, A. C. **Ainda Moderno?** Arquitetura brasileira contemporânea. São Paulo: Vitruvius, 2005.

CESAR, P. A. B.; STIGLIANO, B. V. A viabilidade superestrutural do patrimônio: estudo do museu da língua portuguesa. **Cultur Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus / BA, ano 04, n.01, p.18, 2010.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. 5.ed São Paulo: Estação da Liberdade, 2006.

CHUVA, M. (Org.). **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 67-80.

CLARO, Mauro. **Ambientes Modernos – A casa modernista da Rua Santa Cruz, de Gregori Warchavchik, e outras casa da modernidade**. São Paulo, Vitruvius, 2008.

COELHO, A.; ODEBRETCHT, S. Arquitetura moderna: reconhecimento e análise de edifícios representativos em Blumenau, SC. **Revista Dynamis**, Blumenau / SC, v. 13, n.1, 2007.

COLIN, S. **CIAM: O movimento moderno na academia**, 2010. Disponível em: <<https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/07/28/ciam-o-movimento-moderno-na-academia/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CORREIA, T. B. **A construção do habitat moderno no Brasil 1870-1950**. São Carlos, RiMa, 2004.

CURY, I. **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

DOCOMOMO. **Minimum Documentation Fiche**, 2014. Disponível em: https://www.docomomoitalia.it/register/MF_14.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FICHER, S.; ACAYABA, M. M. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Projeto, 1982.

FONSECA, N. M. R. **Habitação mínima: o paradoxo entre a funcionalidade e o bem-estar**. Coimbra, 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

GARDINER, S. **Le Corbusier**. São Paulo: Cultrix, 1977.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GNOATO, L. S. Preservação da Arquitetura dos Primeiros Modernos em Curitiba. Experiência de legislação de preservação de bens culturais modernos. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO, 3., 1999, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: Docomo, 1999. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Luis_salvador.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

GROPIUS, W. **Bauhaus: Nova Arquitetura**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. 220 p.

GROPIUS, W. **Bauhaus: Nova Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

HARVEY, D. **A condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

JUSTIÇA BRASIL. LEI Nº 2705/1999 DE 22 DE ABRIL DE 1999. **Dispõe sobre a política cultural do município de Montes Claros e dá outras providências**, Montes Claros, MG, 1999. Disponível em: <<https://camara-municipal-do-montesclaros.jusbrasil.com.br/legislacao/352250/lei-2705-99#art-1>>. Acesso em: 15 jul. 2018

KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: USP, 1990.

KUHL, B. M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

LARA, F. L. C. Modernismo popular: elogio ou imitação?. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v.12, n.13, p.171-184, dez.2005.

LESSA, S. N.; SILVEIRA, A.V. F. Reestruturação do patrimônio cultural de Montes Claros MG. **Revista Multidisciplinar das Faculdades Integradas Pitágoras**, Montes Claros, ano 10, n.15, p.12-21, 2012.

LIMA, J. W. **O patrimônio histórico modernista: Identificação e valoração de edifício não tombado de Brasília O caso do edifício sede do Banco do Brasil**. 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

LUPFER, G.; PAUL, J.; SIGEL, P. Século XX. In: **TEORIA DA ARQUITETURA E DO RENASCIMENTO ATÉ AOS NOSSOS DIAS**. Trad. Maria do Rosário Paiva Boléo. Köln: Ed. Taschen, 2003. p. 654-823.

MACIEL, C. A. **Villa Savoye: arquitetura e manifesto**. 2001. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MAGRO, B. S. Habitações econômicas. In: **CONGRESSO DE HABITAÇÃO, I**, 1931, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Publicação Oficial, 1931.

MAHFUZ, E. C. **O sentido da arquitetura moderna brasileira**. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.020/811>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MALARD, M. L. Forma arquitetura. **Interpretar Arquitetura**, Belo Horizonte, v.5, n.6, p. 1-15, 2004.

MATEUS, J. “A Casa” in SARDO, Delfim (ed.), **Falemos de Casas: entre o Norte e o Sul**. Lisboa: Athena, 2010.

MEDEIROS, G. F. **Por que preservar, conservar e restaurar?**, 2005. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uem_mat_artigo_jocely_garbelini_sturion.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

MENESES, U. B. A psicologia social do campo do patrimônio material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, p. 283-290, jan/dez, 1996.

MEYER, R. M. P. Notas sobre “A sedução do lugar” de Joseph Rykwert - do protesto ao projeto. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, São Paulo, n.4, p.153-159, 2004.

MONTES CLAROS. LEI Nº 4195/2009 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. **Cria o fundo municipal de preservação do patrimônio cultural do município de Montes Claros – MG e dá outras providências**, Montes Claros, MG, 2009. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis_pdf/leis-2009/dez-09/leis%204195-09.pdf. Acesso em: 25 jul. 2018.

MONTES CLAROS. LEI Nº 2705/1999 DE 22 DE ABRIL DE 1999. **Dispõe sobre a política cultural da cidade de Montes Claros e dá outras providências**. Montes Claros, MG, 1999. Disponível em: < <https://camara-municipal-do-montes-claros.jusbrasil.com.br/legislacao/352250/lei-2705-99>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MONTES CLAROS/MG, **Plano de Inventário do Município de Montes Claros**. Montes Claros, 2013.

MONTES CLAROS. **História**, s.d. Disponível em: <http://montesclaros.mg.gov.br/desenvolvimento%20economico/div_tur/index.php>. Acesso em: 10 set. 2014.

MOREIRA, Fernando Diniz. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. **Revista CPC**, São Paulo, n. 11, p. 152-187, nov. 2010/abr. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15676/17250>>. Acesso em: 10 dez 2017.

MOURA, A. A. P. **A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura**. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.

MUSEUM DER DINGE. **Werkbundarchiv**, 2018. Disponível em: <<https://www.museumderdinge.de/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

OLIVEIRA, C. A. P.; PERPÉTUO, M. O. **Setenta e Cinco anos da primeira Escola de Arquitetura do Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Cleo-Alves-Pinto-de-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

OLIVEIRA, M. F. M. **O processo de desenvolvimento em Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE**. São Paulo: FFCLH/USP, 1996.

OLIVEIRA, R. A. **Brasília e o paradigma modernista: planejamento urbano do moderno atraso**. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PADUA, Carolina Dal Ban. **Arquitetura moderna: um estudo sobre patrimônio e preservação**. 2013. 333 f. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Paróquia Senhor do Bonfim. **Sobre a Paróquia**: “Bocaíuva tem sim, uma história ao Senhor do Bonfim, 2018. Disponível em: <<https://senhordobonfim.net.br/sobreaparoquia/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

PELEGRINI, S. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Revista patrimônio e Memória**, São Paulo, v.2, n.2, p.54. 2006.

PELLEGRINI, A. F. **Ecologia Cultura e Turismo**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1993.

PERRONE, Rafael Antônio Cunha. **Vila Nova Artigas e o Edifício da FAU USP – A formação dos espaços de formação**. São Paulo, Vitruvíu, 2016.

PORTA, P. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC). **Atlas Escolar Histórico, Cultural e Geográfico do Município de Montes Claros**. Montes Claros, MG: Didática Editora do Brasil, 2006.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC). Secretaria Municipal de Cultura. Montes Claros, MG; 2018.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC). Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, MG; 2018.

REIS, D. T.; SILVA, M. B. Reconhecimento e preservação do patrimônio arquitetônico "moderno" de Montes Claros/MG. In: XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, 2010, Recife. **Anais...** Recife: XIX Congresso Brasileiro de Arquitetos, 2010.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Revista PUC SP**, São Paulo, v.19, n.35, p.65-79, 2015.

SAINT’HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SALVO, Simona. A intervenção na arquitetura contemporânea como tema emergente do restauro. **Revista do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU – USP**, São Paulo, São Paulo, n.23, p.184-211, jun 2008.

SANTOS, C. R. “Patrimônio Cultural: documentação e reflexão necessárias “. In: CUREAU. 2011, Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: CUREAU, 2011.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1909**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SILVA, Marina Nascimento. **Levantamento e diagnóstico das manifestações patológicas no prédio da antiga alfândega de Florianópolis**. 2013. 118 f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013.

TIRELLO, R. A.; COSTA, A. C. S. Questões sobre conservação do patrimônio arquitetônico moderno e a vila serra do navio. **PARC Pesq. Em Arquit. E Constr**, Campinas, v.8, n.2, p.75-87.

UNDERWOOD, D. K. **Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2002.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2017.

VASCONCELLOS, S. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais II. **Arquitetura e Engenharia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 42-49, jul./ago.,1946.

VIEIRA, Elvis José. **A contribuição das casas modernas para o ensino de projeto de arquitetura: uma interpretação do estudante e sua formação**. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VILLELA, D. S. **A sustentabilidade na formação atual do arquiteto e urbanista**. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura (Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2007.

VITRUVIUS. **O edifício do Masp como sujeito de estudo**, 2007. Disponível em: <>. Acesso em: 10 ago. 2018

VOGT, O. P. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

WILLER, M. **Uma utopia urbana para o trabalho**. 1997. 228 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

WISNIK, G. Subjetividades domésticas. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 07, n. 075.04, p. E2, mar. 2008 .

ZEVI, B. **Frank Lloyd Wright**. Barcelona: Gustavo Gilli S.A, 1990.

ANEXO I – Modelo de Ficha de Inventário – INEPAC

Inepac**Instituto Estadual do Patrimônio Cultural**
Secretaria de Estado de Cultura – RJ**INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS**

denominação:

Igreja Matriz N.S. dos Remédios

código de identificação:

PAR-CO-004

localização:

Praça da Matriz/ Praça Monsenhor Hélio Pires - Bairro Histórico, Centro

município:

Paraty

época de construção:

1646

estado de conservação:

satisfatório

uso atual:

religioso

uso original:

religioso

proteção existente / proposta:

IPHAN (655-T-61 Livro Histórico vol.I, nº336, fl.56) 130262

propriedade:

Diocese de Itaguaí



situação e ambiência:

Voltada para a praça arborizada que leva o nome da Matriz, a Igreja tem sua escala monumental suavizada pela copa das árvores. A grande praça, maior espaço livre de edificação do centro histórico, acolhe a escala da matriz e permite ao pedestre boas visadas da mesma. Os sobrados do século XIX acompanham este movimento e dão suporte ao grande volume, que, caso posto em outro local da cidade, estabeleceria ainda maiores relações de contraste.

Do lado esquerdo da Igreja há um vazio beira-rio Perequê-Açu que permite bom ângulo da fachada principal e da lateral.

levantado: F. Brito, L. H. de Paula, V. Natividade data: 26 / 11 / 03

revisado:

data: / /

descrição arquitetônica

A fachada da Igreja representa com justiça o longo processo de construção e mudanças por que passou até ser completada na 2ª metade do século XIX. Este que é um fenômeno comum às Igrejas coloniais brasileiras, deve ser entendido como um fator integrante da própria obra, em cuja idealização e realização participavam não apenas o autor do risco original, mas um sem número de trabalhadores, mestres, mecenas de diferentes gerações. Por esta razão, com já ressaltou Sandra Alvim, a arquitetura das Igrejas é capaz de revelar a sociedade que a originou, bem como seus processos de mudança.

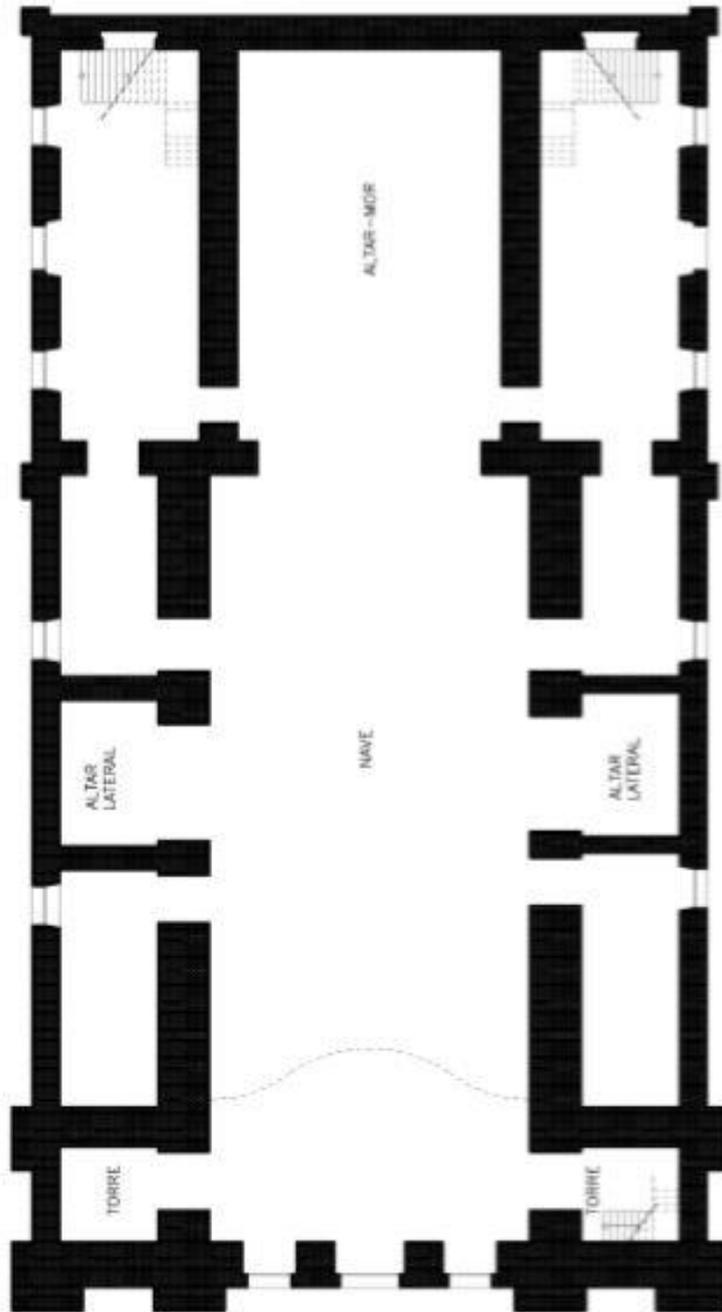
A Igreja, de planta retangular, com nave central e naves laterais, é de um período em que as plantas vão se complexificando e anexando aos espaços essenciais (nave, capela e sacristia) outros espaços secundários, como corredores laterais, consistório, salas administrativas, entre outros.

Assim como nas Igrejas do Rio de Janeiro, cujo padrão característico é o contraste entre o branco da calçação e a cantaria, a Matriz de N.S. dos Remédios de Paraty prima pelo uso destes elementos. A fachada também revela um padrão típico dos templos do Rio de Janeiro: um corpo central coroado por frontão e ladeado por duas torres. A presença de duas torres indicava riqueza da paróquia, e, por hipótese, a não conclusão das torres, neste caso, decorre de uma impossibilidade significativa.

A utilização da cantaria na arquitetura religiosa colonial corresponde em Portugal ao período maneirista, quando o gosto pelo uso da cantaria desenvolve-se largamente. No Rio de Janeiro, devido aos custos e à falta de mão de obra, ela foi empregada nas guarnições dos vãos e, quando possível, nos elementos estruturais. A pedra trabalhada transformou-se num padrão estético e protótipo formal.

A cantaria da Matriz salta da fachada e revela em seus desenhos, frisos e formas um gosto de época, típico da segunda metade do XVIII no Rio de Janeiro, quando a utilização da pedra aumenta em número em elaboração.

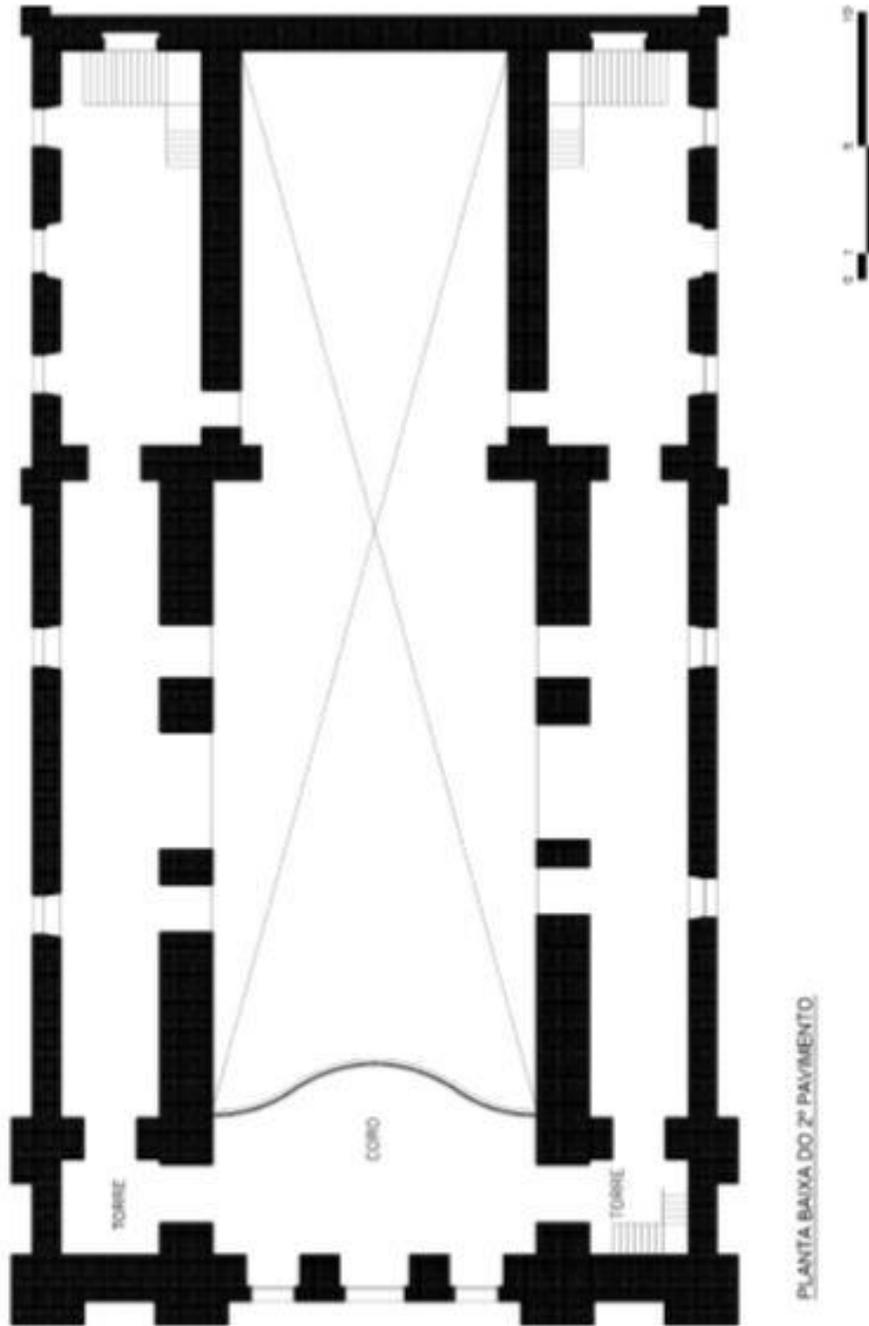
O aspecto monumental e quase "fora de escala" que apresenta a Igreja decorre da ausência das torres que acirram a horizontalidade e a impressão de estabilidade e também da ausência de equilíbrio entre os cheios e vazios. Esta relação não é proporcional na fachada e os cheios, além de serem em maiores estão acompanhados por cantarias.



PLANTA BAIXA DO 1º PAVIMENTO



identificação gráfica



PLANTA BAIXA DO 2º PAVIMENTO

pesquisa histórica

A Igreja de N.S. dos Remédios teve sua construção iniciada em 1646, mas paralisada em 1679 por falta de recursos. A construção deveu-se à iniciativa de D. Maria Jácome de Mello, que doou o terreno em 1646 para a construção da Vila e, logo, de uma nova Igreja que substituisse a de São Roque. Esta capela de pedra e cal foi demolida em 1668, e outra foi construída, sendo terminada em 1712, mas considerada pequena. Vale lembrar que este é o período em que a vila ganha nova posição no cenário colonial após a descoberta do ouro e o conseqüente crescimento do movimento portuário. Em 1787 deu-se início à obra que hoje podemos ver, cuja construção foi terminada em 1873, quase cem anos depois. Por ter uma escala muito grande a obra da Igreja foi paralisada por diversas vezes e acabou por custar muito caro à população da cidade. Com a intervenção de Dona Geralda Maria da Silva, fornecendo dinheiro e escravos as obras puderam continuar. Quando da inauguração, a Igreja não estava completamente encerrada, faltando ainda as duas torres e parte dos fundos por arrematar. A não finalização das torres encontra duas justificativas: 1. a falta de recursos para a construção; 2. um problema estrutural: o frontispício havia ficado por demais pesado e a elevação das torres iria provocar um perigoso balanço frontal.

Por ser a matriz a Igreja foi freqüentada mormente pela elite branca da cidade que contribuiu por séculos para sua construção.

A imagem de N.S. dos Remédios de Paraty é obra do século XVIII, provavelmente oriunda de Portugal (1,40m de altura de 70cm em seu diâmetro maior).

registro fotográfico



Lateral da Igreja Matriz
Fonte: Strauss & Sene, 1997



Vista da Igreja
Fonte: Strauss & Sene, 1997



Fachada lateral direita
Fonte: L. H. de Paula



Fachadas posterior e lateral esquerda
Fonte: L. H. de Paula



Detalhe da fachada principal
Fonte: L. H. de Paula



Detalhe da fachada principal
Fonte: L. H. de Paula

registro fotográfico



Detalhe da fachada
Fonte: L. H. de Paula



Detalhe da fachada
Fonte: L. H. de Paula

fontes

ALVIM, Sandra. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro - plantas, fachadas e volumes*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN/PMCRJ, 1999. (vol.2).

Arquivo Noronha Santos - Inventário de Paraty de 1979 (pasta 1579, Cx 411)

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/PMCRJ, 2000.

Inventário de bens turísticos - Flumitur.

STRAUSS, Dieter & SENE, Maria A. *Júlia Mann: uma vida entre duas culturas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

ANEXO II – Modelo de Ficha DOCOMOMO

do_co_mo_mo_

Minimum Documentation Fiche 2003

composed by national/regional working party of:

0.1 Picture of building/site
depicted item:

source:

date:

1. Identity of building/group of buildings/urban scheme/landscape/garden

- 1.1 current name of building
- 1.2 variant or former name
- 1.3 number & name of street
- 1.4 town
- 1.5 province/state
- 1.6 zip code
- 1.7 country
- 1.8 national grid reference
- 1.9 classification/typology
- 1.10 protection status & date

2 History of building

- 2.1 original brief/purpose
- 2.2 dates: commission/completion
- 2.3 architectural and other designers
- 2.4 others associated with building
- 2.5 significant alterations with dates
- 2.6 current use
- 2.7 current condition

3 Description

- 3.1 general description
- 3.2 construction
- 3.3 context

4 Evaluation

- 4.1 technical
- 4.2 social
- 4.3 cultural & aesthetic
- 4.4 historical
- 4.5 general assessment

do_co_mo_mo_

ISC/R members update 2003
for office use only

International working party for
documentation and conservation
of buildings, sites and neighbourhoods of the
modern movement

5 Documentation

- 5.1 principal references
- 5.2 visual material attached
- 5.3 rapporteur/date

6 Fiche report examination by ISC/R

name of examining ISC member:
approval:
working party/ref. n°:
comments:

date of examination:

NAI ref. n°:

do_co_mo_mo_

ISC/R members update 2003
for office use only

International working party for
documentation and conservation
of buildings, sites and neighbourhoods of the
modern movement

ANEXO III – Modelo de Ficha IPHAN. Manual de Aplicação - Educação Patrimonial: Inventários Participativos

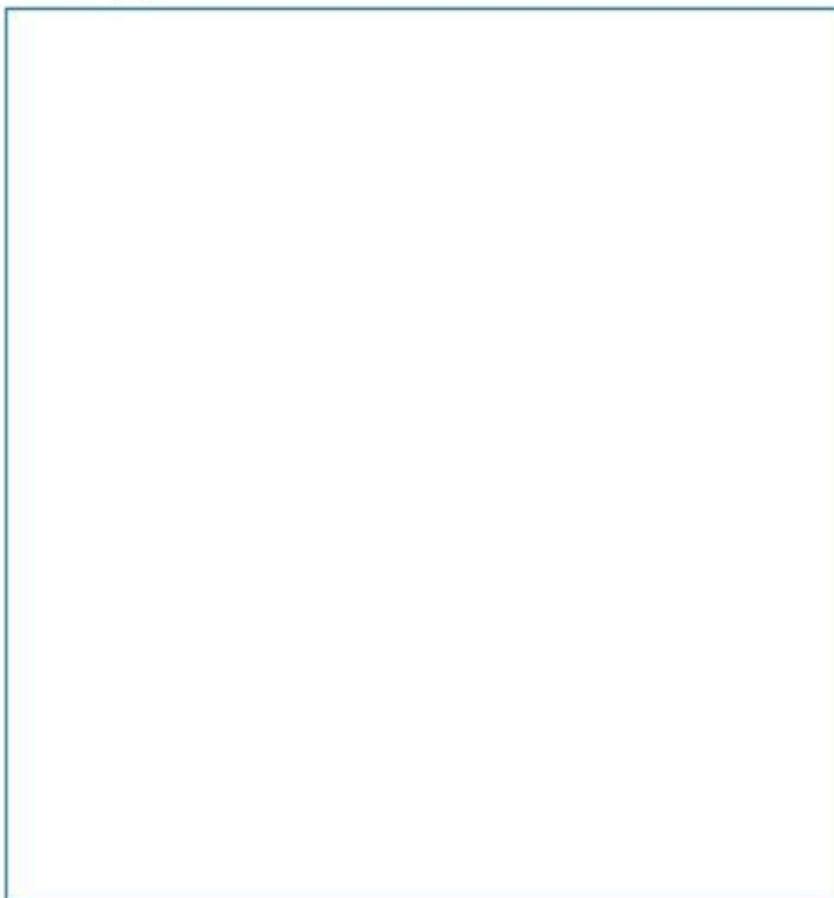
Educação Patrimonial - Mais Educação
VERSÃO PRELIMINAR

Ficha do Projeto

Título do Projeto:

Nome da Escola/Bairro/Município/Estado

Foto da equipe:



1

Período de realização:

Bens culturais pesquisados:

Fichas das categorias do patrimônio cultural utilizadas no Projeto:

	Lugares: _____
	Objetos: _____
	Celebrações: _____
	Formas de Expressão: _____
	Saberes: _____

Total de Fichas produzidas: _____**Documentação Produzida:**

Nº de fotografias: _____

Horas de gravação de vídeo: _____

Horas de gravação de som: _____

Nº de desenhos: _____

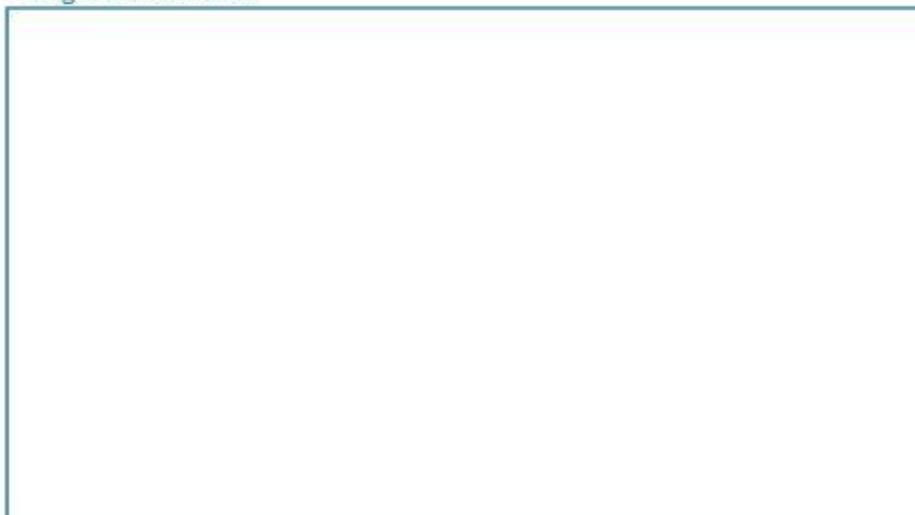
Nº de transcrições de entrevistas: _____

Nº de cadernos de campo: _____

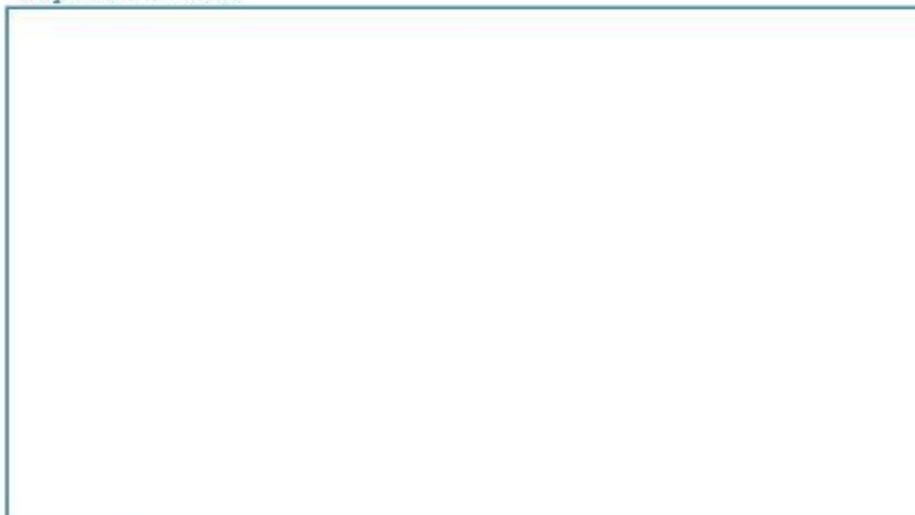
Observações:

Ficha de Território

Imagem do território:



Mapa do Território:



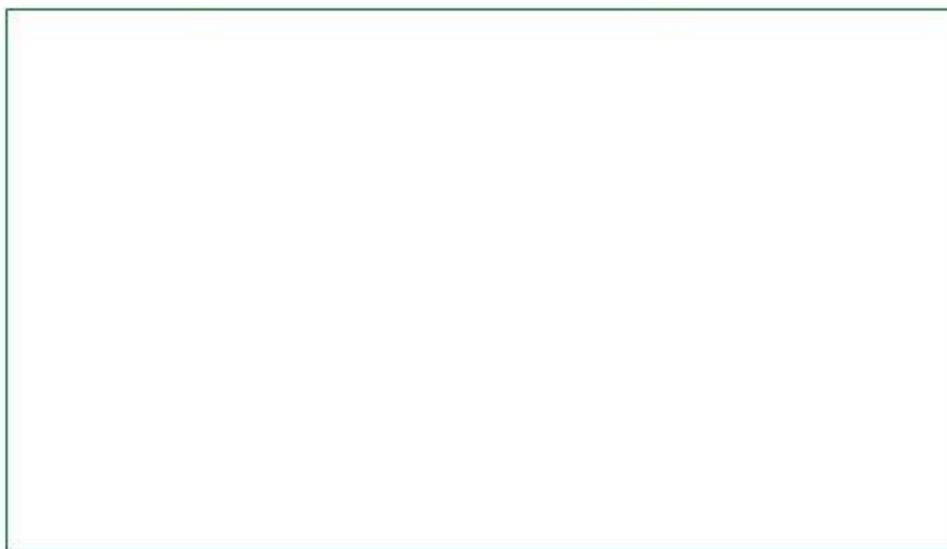
Denominação do Território:

 **Lugares****Identificação****Nome**

Escreva o nome mais comum e outros nomes pelos quais o lugar é conhecido.

Imagem

No quadro de imagem, insira fotos ou faça um desenho do lugar.

**O que é**

Conte de forma resumida o que é o lugar.

Elementos construídos

Informe se há elementos construídos no lugar e quais são as suas características.

Vestígios

Pesquise se o local possui vestígios de ocupações anteriores.

Materiais

Informar os principais materiais que constituem os elementos do lugar.

Técnicas ou modos de fazer

Pesquise sobre as técnicas utilizadas para a construção do lugar.

Medidas

Informe quais as medidas aproximadas: altura, largura, perímetro da área.

Atividades que acontecem no lugar

Informe as principais atividades realizadas no lugar por pessoas ou grupos.

Manutenção

Identifique os responsáveis e os cuidados necessários para manutenção do lugar.

Conservação

Informe se o lugar está bem ou mal cuidado.

ANEXO IV - Modelo de Ficha para Bens Imóveis no município de Montes Claros

Plano de Inventário
Município de Montes Claros
Página 47 de 106

6 – Modelos de Fichas:
Bens Imóveis (estruturas arquitetônicas e urbanísticas)

	INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL Município de Montes Claros/MG	
BI – Bens Imóveis Ficha n°.		
1. Município:	2. Distrito:	
3. Designação:		
4. Endereço:		
5. Propriedade / situação de propriedade:		
6. Responsável:		
7. Situação de Ocupação:		
8. Análise do entorno – situação e ambiência:		
9. Documentação fotográfica:		
10. Histórico:		
11. Uso Atual:		
12. Descrição:		
13. Proteção Legal existente:		
14. Proteção Legal Proposta:		
15. Estado de Conservação:		
16. Análise do Estado de Conservação		
17. Fatores de Degradação:		
18. Medidas de Conservação:		
19. Intervenções:		
20. Referências Bibliográficas:		
21. Informações Complementares:		
22. Ficha Técnica:		

ANEXO V - Registro pessoal das obras do arquiteto Antônio Augusto Barbosa Moura

Fls. 02

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**a. Projetos residenciais construídos:**

Cesário Termando Rocha

Pacífico Rodrigues

Elias Siuffi

José Marques de Souza

Waldyr de Senna Batista - Financiamento pela CPS BANCO DO BRASIL

Pedro Prates Guimarães

Ilda Silveira

Antonio Carlos Amaral - Financiamento pela CPS BANCO DO BRASIL

Antonio Meira da Silva

Rubem de Castro Lacerda - Financiamento pela CPS BANCO DO BRASIL

Joaquim Armando G. de Barros

José Abílio de Moraes

Sebastião Melo

Genésio Tolentino Filho

João de Deus Cândido Neto

Roberto da Silva Durante

Pacífico Rodrigues Soares - Financiamento pela CEF

João Gonçalves Godinho

Ávila de Oliva Brasil - Financiamento pela CPS BANCO DO BRASIL

João Bosco Martins de Abreu

Ermelindo Figueiredo

José dos Santos Almeida

Luiz Gonzaga de Oliveira

Ana Lopes Esteves - Financiamento pela CEF

Marco Antonio Zuba Marcondes

Marcos Fabiano Peres

Aguu Vieira Marques

Geraldo Ruas Abreu

José Geraldo Bicalho - Financiamento pelo BNB

Eremita Alves Souza

José Comissário Fontes

Maria Wilma Lopes Amaral

Romulo Parrela - JANAÚBA - MG

b. Projetos residenciais em construção?

- Cristóvão de Oliveira Barreto
- Marcus Vinicius Horta Rezende
- Djalma Freitas
- Helmon Angelo Cotta
- Francisco José Zuba Marcondes

Joaldino Teodoro dos Santos
Waldemir Fagundes Oliveira
Genesio Tolentino Filho
Cardiolino Soares Oliveira
Dairis Gonçalves de Oliveira
José Luceli de Lima
Hermany Vilas Boas Azevêdo

~~Antonio Franco de Azevedo Neto~~

~~Paulo Roberto Costa~~

Maurício Cleber de Paula - Financiamento pela CPS BANCO DO BRASIL

c. Projetos diversos:

- Maçonaria Deus e Liberdade - M. Claros - MG
- Clube da Associação Atlética Banco do Brasil - M. Claros - MG
- Igreja do Senhor do Bonfim - Bocaiuva - MG
- Edifício para Motel -(Francisco Ballesteros)- M. Claros - MG
- Edifício de Apartamentos -(Geraldo Aragão)-M. Claros - MG
- Edifício de Apartamentos -(Francisco Ballesteros)- M. Claros-MG
- Edifício de Salas e Lojas -(Jason Teixeira)-M. Claros - MG
- Edifício de Salas e Lojas -(Geraldo Magalhães Gomes)-M. Claros-MG
- Mercado Municipal Espinosa - Espinosa - MG
- Lojas Fátima - Projeto de Decoração - M. Claros - MG
- Kuá Clube Campestre de Salinas - Salinas - MG
- Soc. de Hotéis e Turismo Moc LTDA - Montes Claros - MG
- Tyresoles do Norte de Minas - M. Claros - ME
- Industria Brasileira de Chocolates e Caramelos S/A-M. Claros-MG
- Edifício de Salas e lojas -(Paulo Roberto Costa)- M. Claros-MG

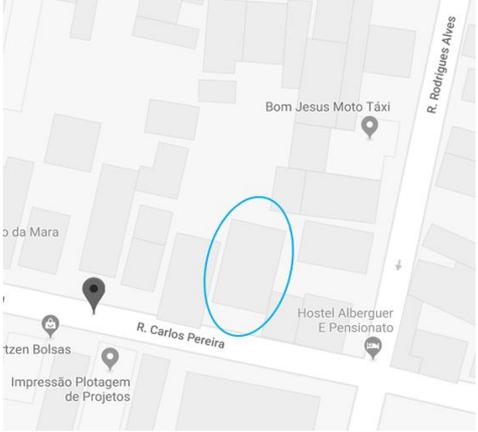
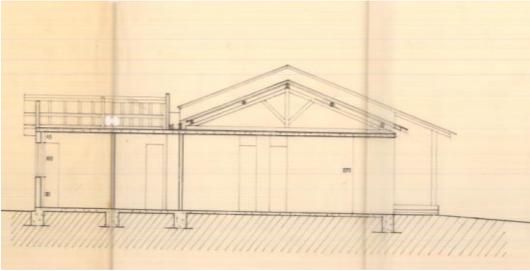
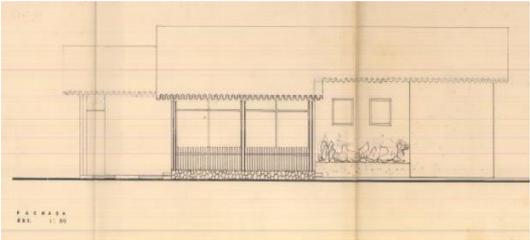
*Edifício de Salas e lojas -(Victor Hugo M. Pina)- M. Claros-MG

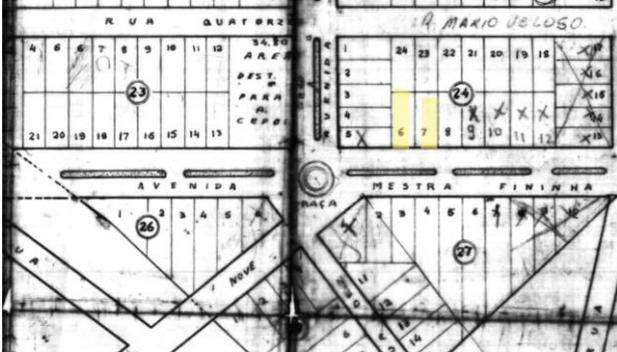
→ Edifício de Salas, lojas e aptos (Constutora Natal-Tubano)
 Edifício de aptos (Geraldo Paulino Santana) a const. M.C.-MG
 5. LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, Edifício de aptos - (Constutora Natal - Tub. SC)

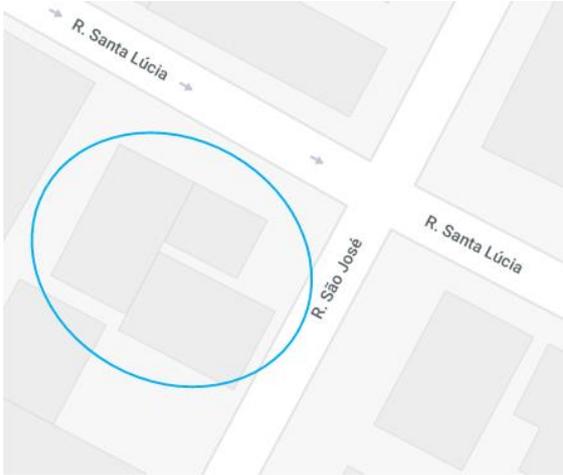
	<u>fala</u>	<u>lê</u>	<u>compreende</u>	<u>escreve</u>
Inglês	bem	bem	bem	bem
Italiano	bem	bem	bem	bem
Francês	regular	regular	regular	regular
Espanhol	bem	bem	bem	regular

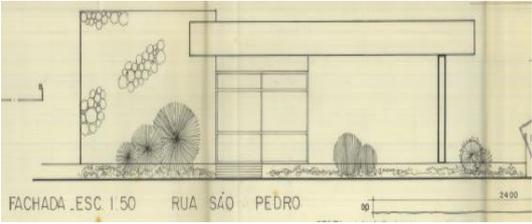
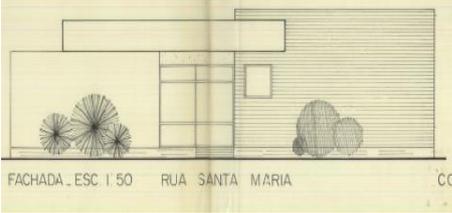
Edifício de Salas e lojas (Genaldino Gonçalves Pereira)

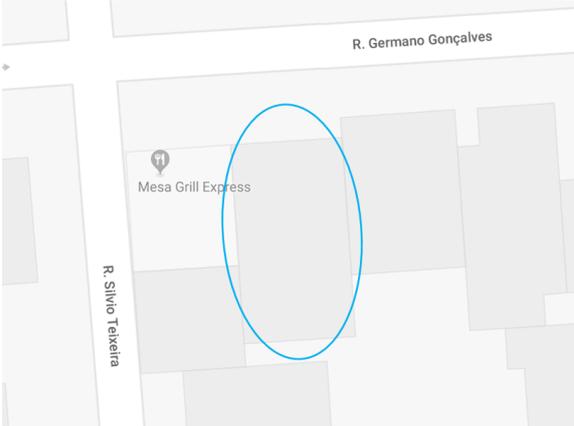
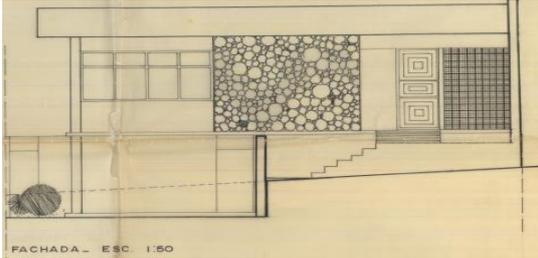
APÊNDICE I - FICHAS – BASE

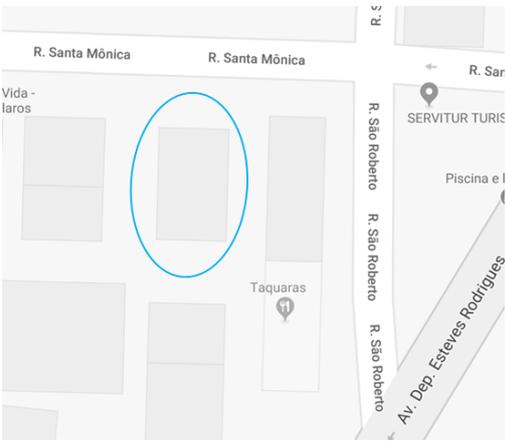
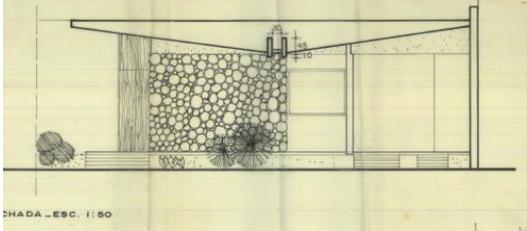
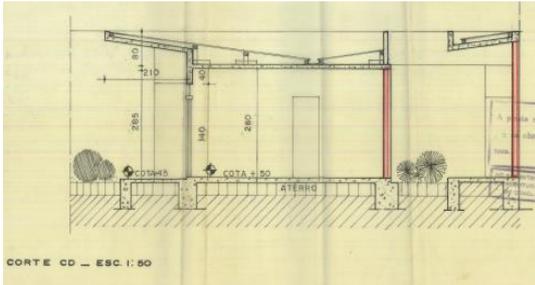
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 01	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1969</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Cesário Termando Rocha</p> <p>1.2 Endereço: Rua Carlos Pereira. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1969</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018</p>	

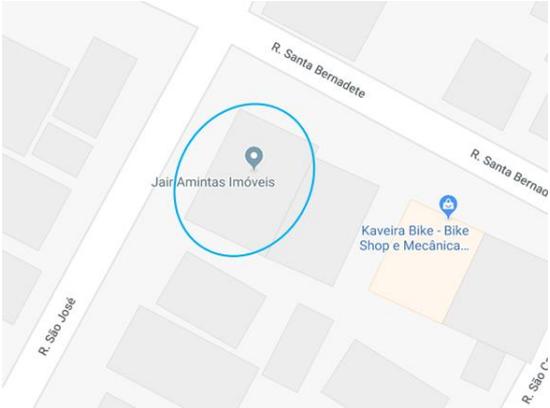
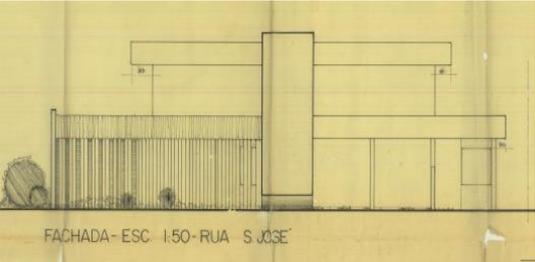
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 02	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Elias Siufi</p> <p>1.2 Endereço: Avenida Mestra Fininha com Rua Dr João Chaves. Jardim São Luiz.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Prédio comercial em construção (residência demolida).</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

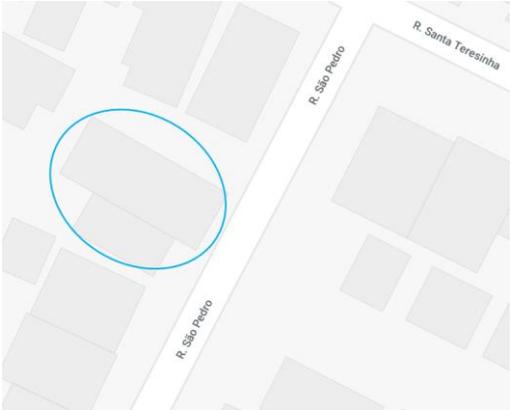
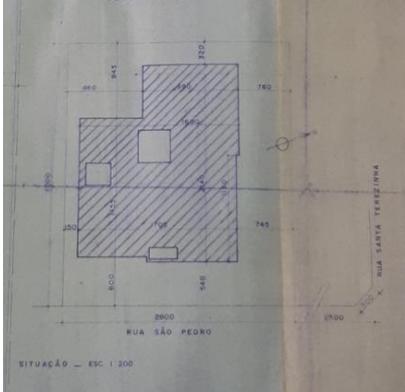
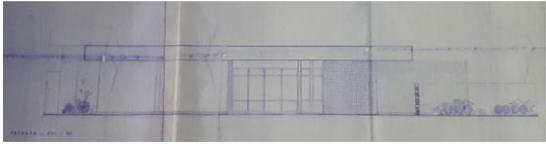
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 03	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Waldir de Senna Batista</p> <p>1.2 Endereço: Rua Santa Lúcia com Rua São José, nº 213. Todos os Santos.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial III</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fachada da Residência de Waldir de Senna Batista</p> <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Comercial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

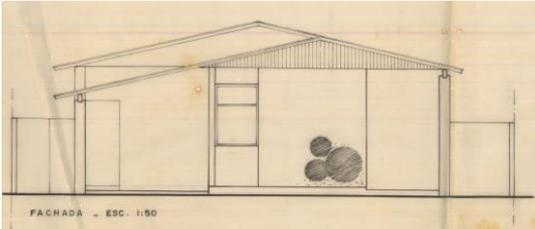
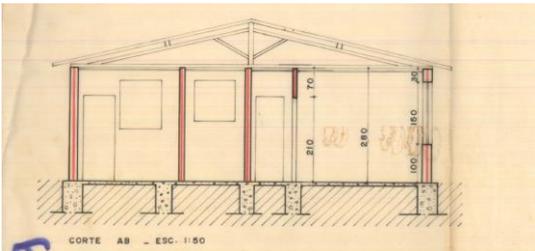
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 04	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1972</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Antônio Meira da Silva</p> <p>1.2 Endereço: Rua Santa Maria com Rua São Pedro. Todos os Santos.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial III</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1972</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Drograria Drogalana (parcialmente demolida).</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018</p>	

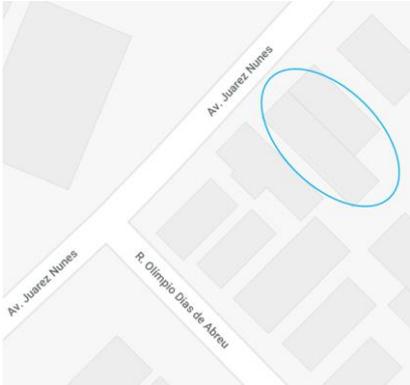
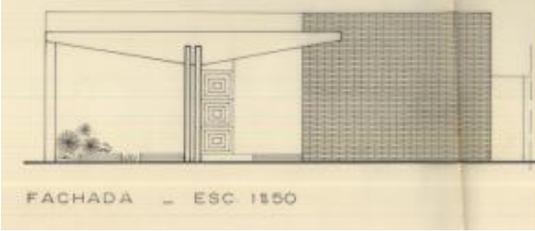
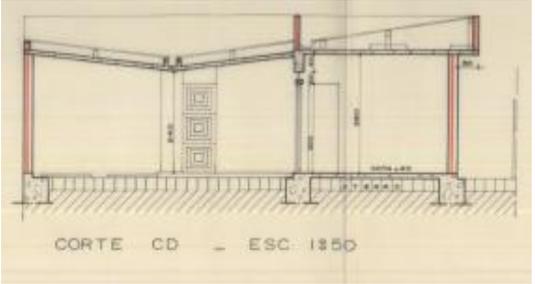
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 05	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Délio Bernadino</p> <p>1.2 Endereço: Rua Germano Gonçalves, nº182. São José.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1972</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

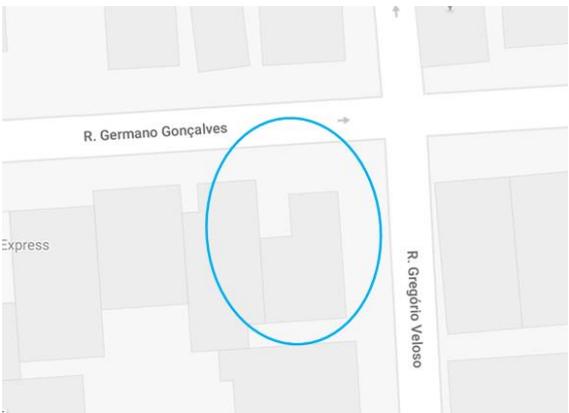
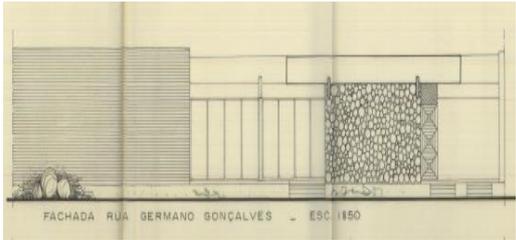
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 06	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1972</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Rubem Castro Lacerda</p> <p>1.2 Endereço: Rua Santa Mônica, n°91. Todos os Santos</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1972</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

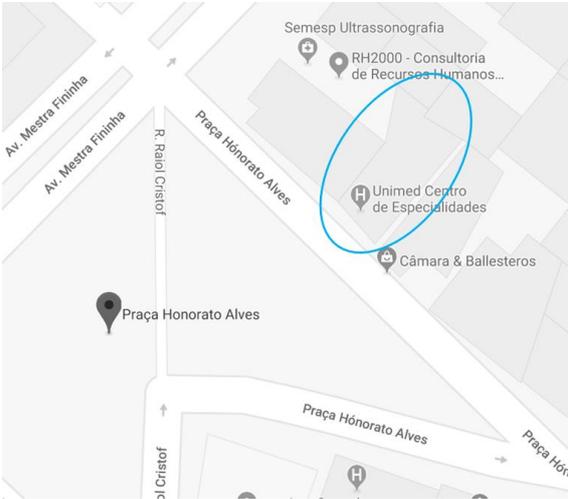
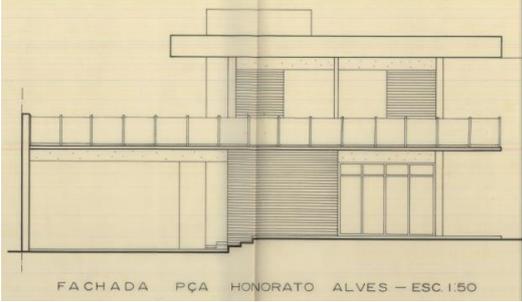
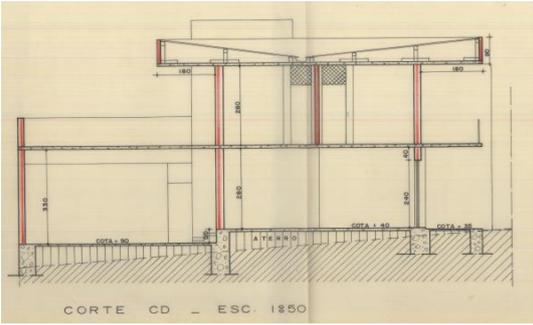
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 07	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Antônio Augusto Barbosa Moura</p> <p>1.2 Endereço: Rua Santa Bernadete com Rua São José, nº81. Todos os Santos.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1972</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Corretora Imobiliária Jair Amintas</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018</p>	

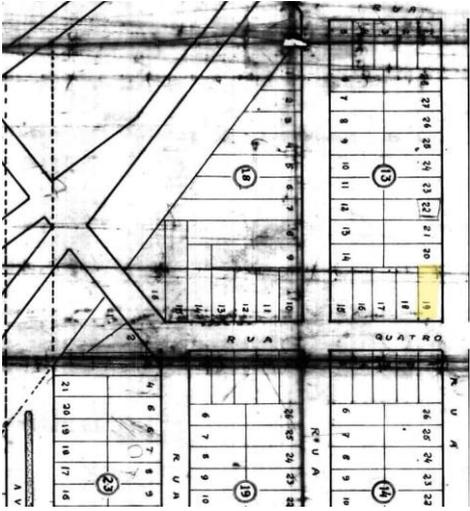
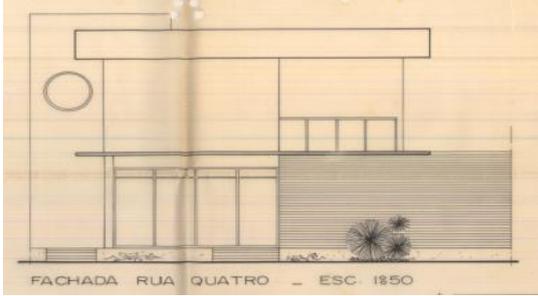
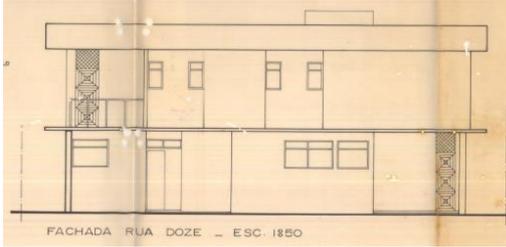
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 08	
1. LOCALIZAÇÃO	4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS
 <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>Figura I:</p>  <p>Acervo família Moura</p>
2. DADOS DO PROJETO	<p>Figura II:</p>
<p>1.1 Designação: Residência José Abílio</p>	 <p>Acervo família Moura</p>
<p>1.2 Endereço: Rua São Pedro, nº141. Todos os Santos.</p>	
<p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	
3. CARACTERIZAÇÃO	<p>Figura III:</p>
<p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p>	 <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p>	
<p>2.4 Uso original: Residencial</p>	
<p>2.5 Uso atual: Desocupada (Aluguel)</p>	
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

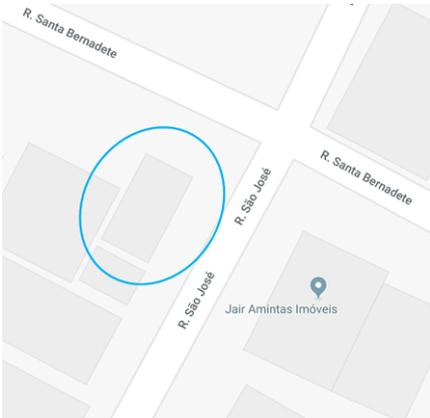
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 09	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: Mapoteca da Prefeitura</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>FACHADA – ESC. 1:50</p> <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1974</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência João de Deus Candido Neto</p> <p>1.2 Endereço: Rua Benjamin dos Anjos. Melo.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>CORTE AB – ESC. 1:50</p> <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1974</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Clínica e Loja de Roupas</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

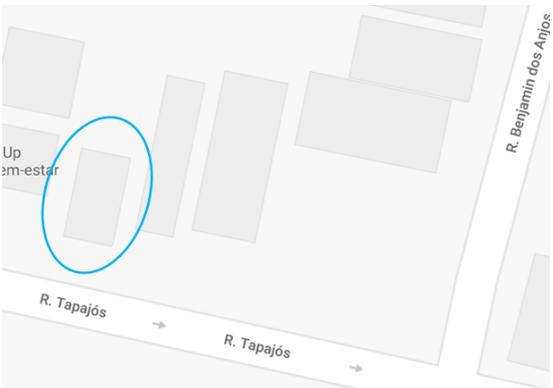
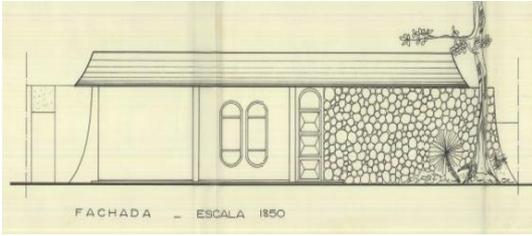
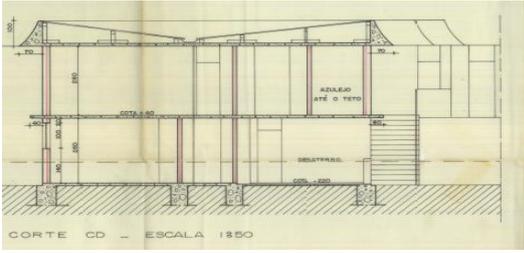
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 10	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1974</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Genésio Tolentino Filho</p> <p>1.2 Endereço: Avenida Juarez Nunes, Jardim São Luiz.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1974</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

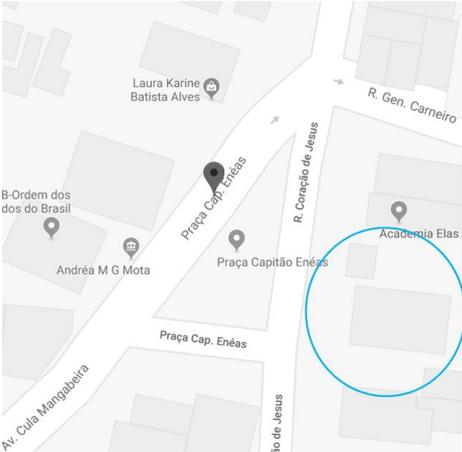
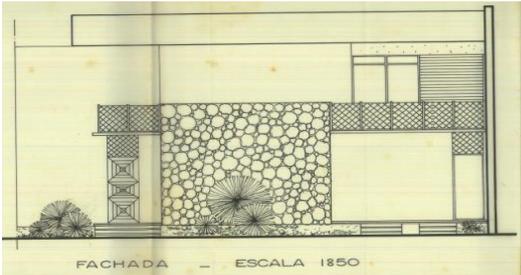
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 11	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência João Gonçalves Godinho</p> <p>1.2 Endereço: Rua Germano Gonçalves com Rua Gregório Veloso. São José.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>FACHADA RUA GERMANO GONÇALVES - ESC. 1150</p> <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1974</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

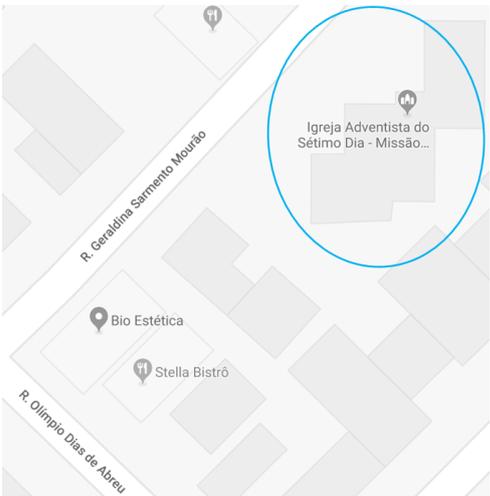
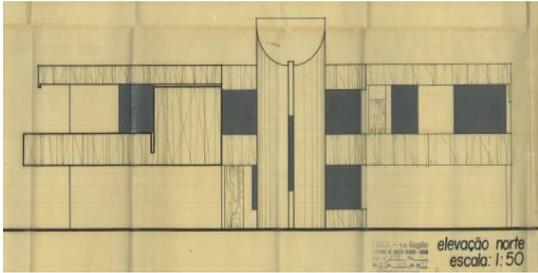
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 12	
1. LOCALIZAÇÃO	4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS
 <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
2. DADOS DO PROJETO	<p>Figura II:</p>
<p>1.1 Designação: Residência Pacífico Rodrigues Soares</p>	 <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>1.2 Endereço: Praça Honorato Alves. Centro.</p>	<p>Figura III:</p>
<p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	 <p>Fonte: ACERO PESSOAL, 2018</p>
3. CARACTERIZAÇÃO	
<p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p>	
<p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p>	
<p>2.4 Uso original: Residencial</p>	
<p>2.5 Uso atual: Plano de saúde UNIMED</p>	
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

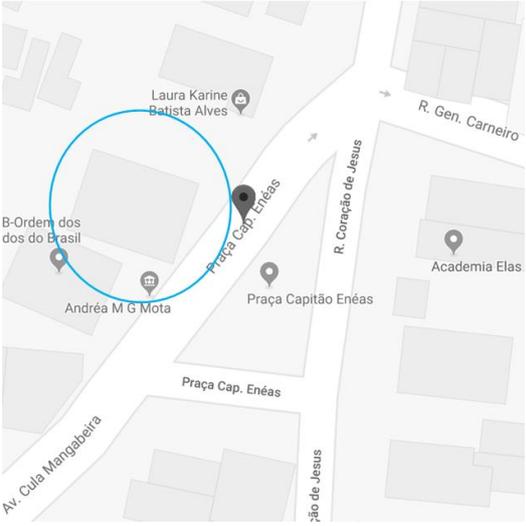
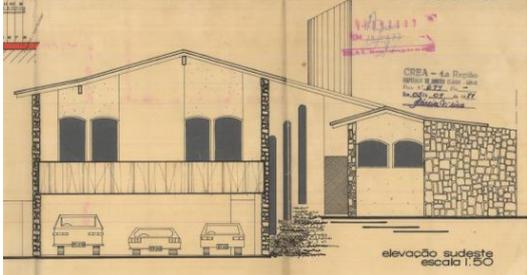
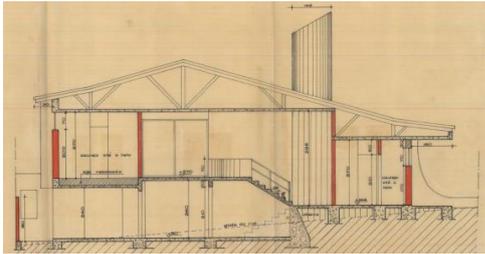
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 13	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: Mapoteca da Prefeitura</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>FACHADA RUA QUATRO – ESC. 1850</p> <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1975</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Ávilo de Oliva Brasil</p> <p>1.2 Endereço: Rua Quatro com Rua Doze, Jardim São Luiz.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>FACHADA RUA DOZE – ESC. 1850</p> <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1975</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial (residência original demolida)</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

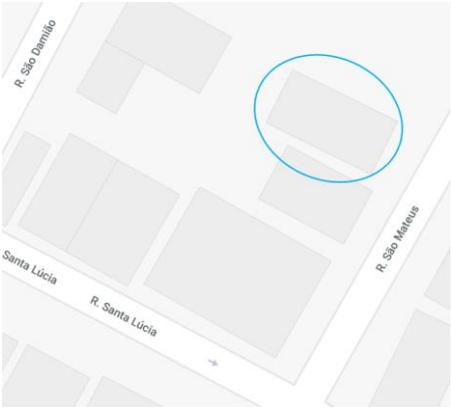
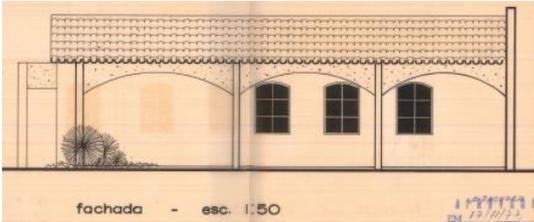
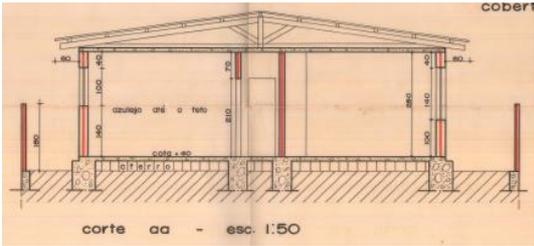
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 14	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Antônio Carlos Amaral</p> <p>1.2 Endereço: Rua São José com Rua Santa Bernadete, nº377. Todos os Santos.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1975</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Núcleo de Desenvolvimento, Pesquisa e Inclusão - COMVIVER</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018</p>	

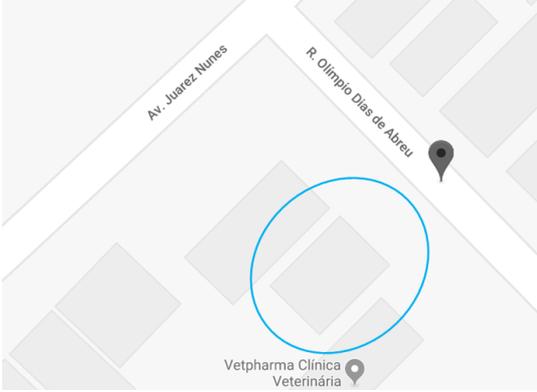
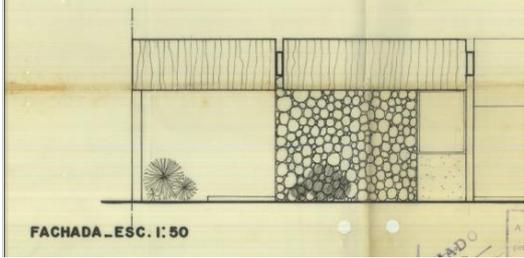
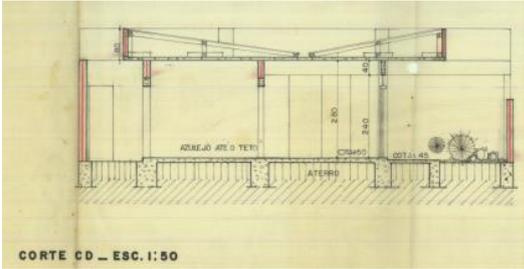
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 15	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1975</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência José Geraldo Bicalho</p> <p>1.2 Endereço: Rua Tapajós, nº170. Melo.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1975</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Pensionato Mãe e Filhos</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

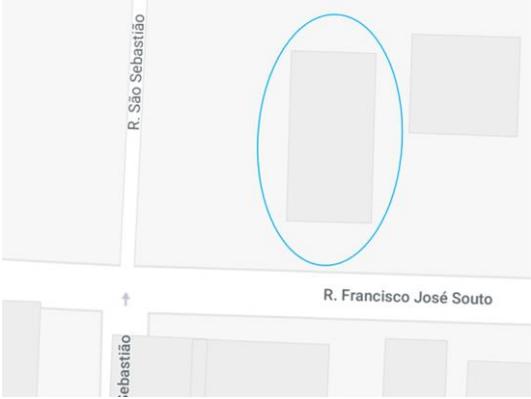
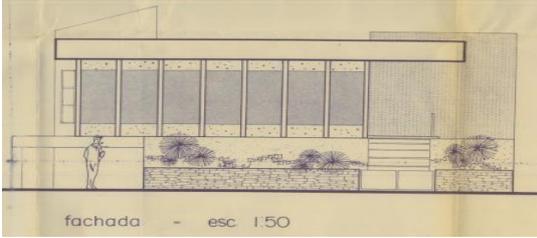
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 16	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Marco Antônio Zuba Marcondes</p> <p>1.2 Endereço: Praça Capitão Eneas. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1976</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

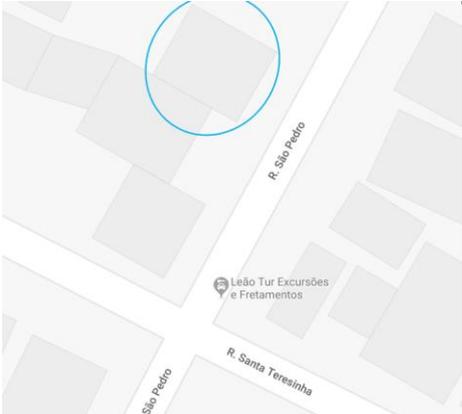
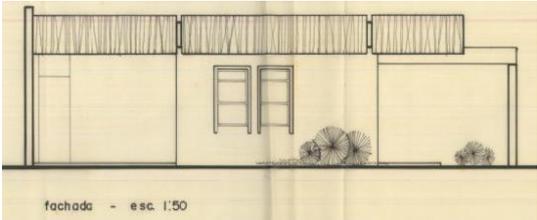
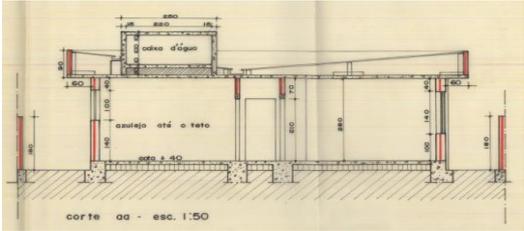
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 17	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Djalma Freitas</p> <p>1.2 Endereço: Rua Geraldina Sarmiento Mourão. Jardim São Luiz</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: Acervo família Moura</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

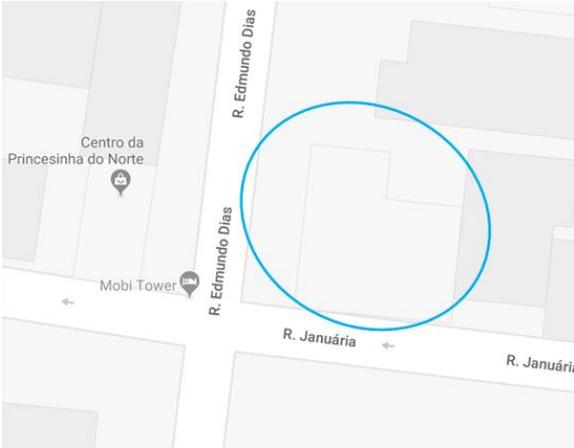
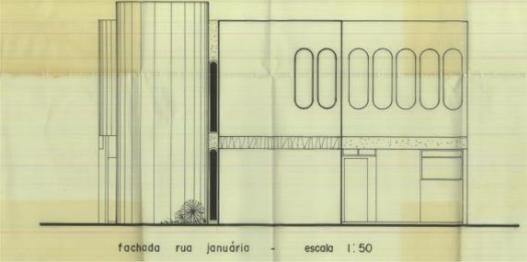
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 18	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p> 	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: Acervo família Moura</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Francisco José Zuba Marcondes</p> <p>1.2 Endereço: Praça Capitão Eneas. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: Acervo família Moura</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 19	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1977</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Cristovão de Oliveira Barreto</p> <p>1.2 Endereço: Rua São Mateus. Todos os Santos.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial III</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1977</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

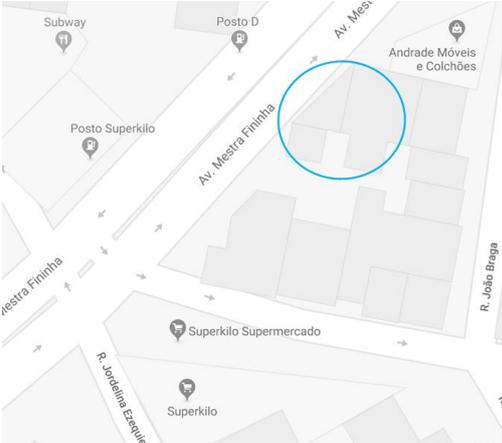
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 20	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1977</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Antônio Augusto Barbosa Moura</p> <p>1.2 Endereço: Rua Olimpio Dias de Abreu. Jardim São Luiz.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Residencial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1977</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

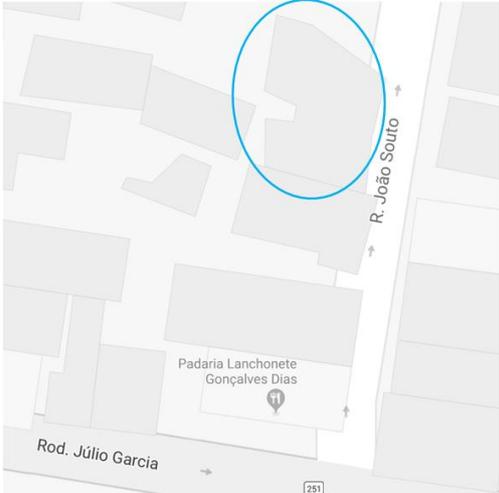
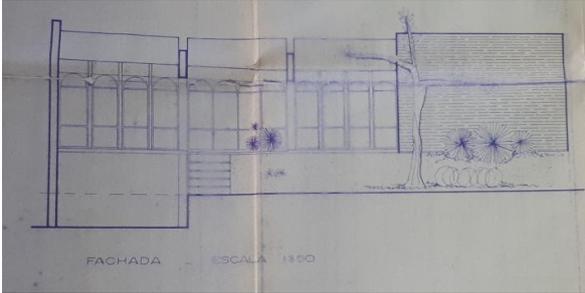
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 21	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência José Carlos Gomes</p> <p>1.2 Endereço: Rua Coronel Francisco José Souto, nº96. Todos os Santos.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1974</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 22	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>fachada - esc. 1:50</p> <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1978</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Dário Gonçalves de Oliveira</p> <p>1.2 Endereço: Rua São Pedro, nº 217. Todos os Santos.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>corte da - esc. 1:50</p> <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1978</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

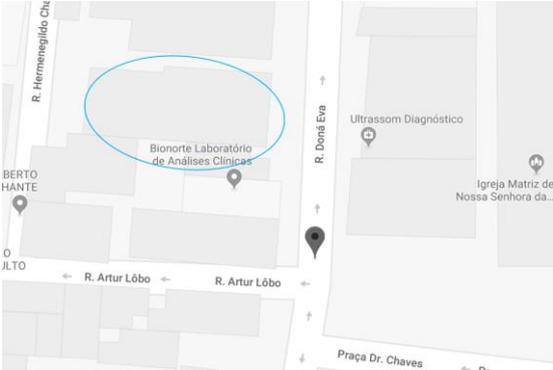
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 23	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Antônio Augusto Barbosa Moura</p> <p>1.2 Endereço: Rua Edmundo Dias com Rua Januária. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PREFEITURA, 1979</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 24	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p> <p>Desconhecida</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Anísio Santos</p> <p>1.2 Endereço: Praça Honorato Alves. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Não Identificado.</p>	<p>Figura II:</p> <p>Não possui</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: desconhecido</p>	<p>Figura III:</p> <p>Não possui</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 25	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Demerval Oliveira</p> <p>1.2 Endereço: Avenida Mestra Fininha. Santa Maria.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

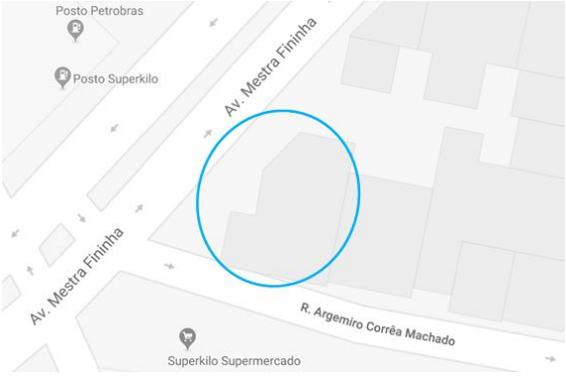
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 26	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Geraldo Ruas Abreu</p> <p>1.2 Endereço: Rua João Souto. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: Acervo família Moura</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Cartório Eleitoral</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 27	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p> <p>Sem Registro</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Ibsen Alcântara</p> <p>1.2 Endereço: Todos os Santos.</p> <p>1.3 Zoneamento: Não Identificado.</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: desconhecido</p>	<p>Figura III:</p> <p>Sem Registro</p> <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 28	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Joaquim Armando de Barros</p> <p>1.2 Endereço: Rua Dona Eva, nº40. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Escola Municipal Professora Sônia Quadros</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 29	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p> <p>Não Identificada</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência José Costa</p> <p>1.2 Endereço: Rua Januária. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Não Identificado.</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Desconhecido</p>	<p>Figura III:</p> <p>Sem Registro</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 30	
1. LOCALIZAÇÃO	4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS
 <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
2. DADOS DO PROJETO	<p>Figura II:</p>
<p>1.1 Designação: Residência José dos Santos Almeida</p>	 <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>1.2 Endereço: Rua Dona Eva, n°20. Centro.</p>	<p>Figura III:</p>
<p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	 <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p>	<p>Referência:</p>
<p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p>	<p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>
<p>2.4 Uso original: Residencial</p>	
<p>2.5 Uso atual: Clínica IMEST – Medicina e Segurança do Trabalho</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 31	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência José Marques de Souza</p> <p>1.2 Endereço: Avenida Mestra Fininha. Santa Maria.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Clínica Odontológica</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 32	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Manoel Alves</p> <p>1.2 Endereço: Avenida Mestra Fininha.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Kátia Noivas</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 33	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Manoel Fagundes de Oliveira</p> <p>1.2 Endereço: Rua Barão do Rio Branco. Centro.</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Desocupada (Aluguel)</p>	<p>Figura III:</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

DENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 34	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora.</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p> <p>1.1 Designação: Residência Roberto Durante</p> <p>1.2 Endereço: Avenida Afonso Pena, nº380. Centro</p> <p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	<p>Figura II:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007</p>
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p> <p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p> <p>2.2 nº de pavimentos: 02 pavimentos</p> <p>2.4 Uso original: Residencial</p> <p>2.5 Uso atual: Residencial</p>	<p>Figura III:</p>  <p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p>	

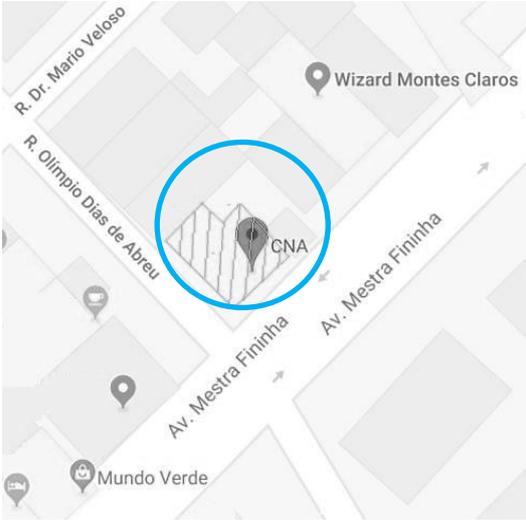
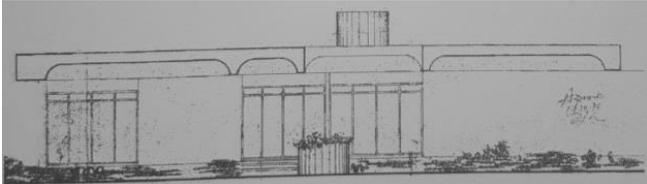
IDENTIFICAÇÃO – RESIDÊNCIA Nº 35	
<p>1. LOCALIZAÇÃO</p>  <p>Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. Editado pela autora</p>	<p>4. DESENHOS/FOTOGRAFIAS</p> <p>Figura I:</p>  <p>Fonte: MOURA, 2007.</p>
<p>2. DADOS DO PROJETO</p>	<p>Figura II:</p>
<p>1.1 Designação: Residência Valdemiro Fagundes</p>	 <p>Fachada 1 - Residência Valdemiro Fagundes</p>
<p>1.2 Endereço: Avenida Mestre Fininha, 1400. Jardim São Luiz.</p>	
<p>1.3 Zoneamento: Zona Comercial I</p>	
<p>3. CARACTERIZAÇÃO</p>	<p>Figura III:</p>
<p>2.1 Tipologia Arquitetônica: Arquitetura Moderna – Habitação Unifamiliar</p>	
<p>2.2 nº de pavimentos: 01 pavimento</p>	
<p>2.4 Uso original: Residencial</p>	
<p>2.5 Uso atual: Escola de línguas CNA</p>	<p>Fonte: ACERVO PESSOAL, 2018</p>
<p>Referência:</p> <p>MOURA, Antônio Augusto Pereira. A arquitetura de Antônio Augusto Barbosa Moura. Montes Claros: Fundação Santo Agostinho de Montes Claros, 2007.</p> <p>MONTES CLAROS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano. Montes Claros, 2018.</p>	

Tabela IV – Situação/Registro das obras

SITUAÇÃO / REGISTRO							PROPRIETÁRIOS	ENDEREÇO	DATA	
X	X	X	X	X	X	X				
X		X	X				01	CESÁRIO TERMANDO ROCHA	Rua Carlos Pereira - Centro	ABRIL/1969
X	X	X		X		X	02	ELIAS SIUFI	Avenida Mestra Fininha com Rua Dr. João Chaves - Jardim São Luiz	OUT/1969
		X	X	X		X	03	WALDIR DE SENNA BATISTA	Rua Santa Lúcia com Rua São José, nº 213 - Todos os Santos	ABRIL/1970
					X	X	04	ANÍSIO SANTOS	Praça Honorato Alves - Centro	Não identificada
X		X	X			X	05	ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA MOURA	Rua Edmundo Dias com Rua Januária - Centro	MAR/1979
X		X	X			X	06	ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA MOURA	Rua Santa Bernadete com Rua São José, nº81 - Todos os Santos	NOV/1972
X		X	X				07	ANTÔNIO AUGUSTO BARBOSA MOURA	Rua Olimpio Dias de Abreu - Jardim São Luiz	Não identificada
X		X	X			X	08	ANTÔNIO CARLOS AMARAL	Rua São José com Rua Santa Bernadete, nº337 - Todos os Santos	AGO/1975
X				X			09	ANTÔNIO MEIRA DA SILVA	Rua Santa Maria com Rua São Pedro - Todos os Santos	ABRIL/1972
X	X			X			10	ÁVILO DE OLIVA BRASIL	Rua Quatro com Rua Doze - Jardim São Luiz	DEZ/1974- JAN/1975
X		X	X				11	CRISTOVÃO DE OLIVEIRA BARRETO	Rua São Mateus - Todos os Santos	NOV/1977
X		X	X				12	DÁRIO GONÇALVES DE OLIVEIRA	Rua São Pedro, nº 141 - Todos os Santos	JUN/1978
X	X	X	X			X	13	DÉLIO BERNARDINO	Bairro São José	SET/1972
		X	X			X	14	DEMERVAL OLIVEIRA	Avenida Mestra Fininha	Não identificada
X		X	X			X	15	DJALMA FREITAS	Rua Geraldina Sarmiento Mourão - Jardim São Luiz	FEV/1977
X		X	X				16	FRANCISCO JOSÉ ZUBA MARCONDES	Praça Capitão Eneas - Centro	ABRIL/1977
X	X	X	X				17	GENÉSIO TOLENTINO FILHO	Avenida Juarez Nunes - Jardim São Luiz	AGO/1974
		X	X	X		X	18	GERALDO RUAS ABREU	Rua João Souto com Rua Corrêa Machado - Centro	Não identificada
					X	X	19	IBSEN ALCÂNTARA	Todos os Santos	Não identificada
X			X	X			20	JOÃO DE DEUS CANDIDO NETO	Rua Benjamin dos Anjos - Melo	ABRIL/1974
X		X	X			X	21	JOÃO GONÇALVES GODINHO	Rua Germano Gonçalves com Rua Gregório Veloso - São José	SET/1974

